

RELATÓRIO FINAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA Nº 52/2024

DATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA: **26/11/2024**

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: **RODRIGO CURVELO DA SILVA SIQUEIRA**

(X) TITULAR() SUBSTITUTO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: **PACATUBA**

DISTRITO(S): **BREJO GRANDE E ILHA DAS FLORES**

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data do ingresso na carreira	24/07/2023
1.2 Data de designação/lotação na Promotoria de Justiça	24/10/2023
1.3 Atribuições	Judiciais: sim (plenas) Extrajudiciais: sim (plenas)
1.4 Exerce atribuições como Promotor Eleitoral	Sim () Não (X)
1.5 Designado(a) para cumular suas atribuições em outra unidade do MP, nos últimos seis meses	Sim (X) Não () Em que unidade? _____ Qual o período/dias da semana? _____ 1ª Promotoria de Justiça de Propriá – de 02.9.2024 a 30.9.2024 5ª Promotoria de Justiça Criminal de Aracaju: 22.10.2024 – apenas para atuação em audiências judiciais dessa data 2ª Promotoria de Justiça de Propriá – de 01º.7.2024 a 11.7.2024 e de 16.7.2024 a 31.7.2024__
1.6 Recebeu colaboração de membro ou de órgão de execução nos últimos seis meses Recebeu colaboração, auxílio, mutirão ou qualquer outro tipo de apoio institucional à sua atuação ministerial, nos últimos 365 dias de efetivo exercício funcional?	Sim (X) Qual? _____ Especificar: - colaboração do GAECO no Inquérito Civil nº 53.19.01.0122 e no Procedimento Investigatório Criminal nº 53.22.01.0050; - atuação do GAAE no Inquérito Civil nº 53.19.01.0047 - solicitação da COAPAZ no Procedimento Administrativo de nº 20240217700000002 Não ()
1.7 Reside na Unidade de lotação	() Sim (X) Não
1.8 Endereço Residencial	Durante a semana: Fórum de Pacatuba – SE: Rua Alto da Boa Vista, 372-390; CEP 49970-000 Aos finais de semana: Rua Poeta Mario Jorge Vieira, 1722, Coroa do Meio, Aracaju – SE -, CEP 49035-660
1.9 Autorizado(a) a residir fora da Comarca	Sim (X) Procedimento/Expediente nº 20.27.0177.0001983/2024-96. Portaria de Autorização nº: 3.343/2024 Data: 18/11/2024 Não ()
1.9.1 Especifique a regularidade de comparecimento à sede da(s)	Comparecimento semanal regular, sobretudo às terças, quartas e

promotoria(s) de justiça	quintas-feiras. Em regra, às sextas-feiras, estou na sede administrativa para as atividades do curso de vitaliciamento.
1.10 Exerce o Magistério	Sim () Dados do Estabelecimento e carga horária: Não (X)
1.11 Férias/Licenças/Afastamentos do último ano	Período de férias do último ano: 1º.8.2024 a 20.8.2024 e 18.11.2024 a 07.12.2024 Período de outros afastamentos do último ano: licença-paternidade – de 25.4.2024 a 14.5.2024

1.12 Observações da Corregedoria Geral

As férias foram devidamente comunicadas à Corregedoria Geral, conforme disposto no art. 104 da Lei Complementar nº 02/1990.

2) DADOS DA PROMOTORIA

2.1 Servidores	Nome: Lazaro Nicolau Ferreira Cargo: servidor cedido do Município de Ilha das Flores Nome: Mariana Teixeira Cardoso dos Santos Cargo: assessora operacional Nome: Quézia Emanuela Messias Alves Cargo: assessora operacional Nome: Roosevelt dos Santos Filho Cargo: estagiário de pós-graduação contratado Nome: Tarciso Jovino da Silva Cargo: policial militar (requisitado pelo BESP)
2.2 A estrutura de apoio é	() Satisfatória (X) Insuficiente Observações: todos os integrantes desempenham suas atribuições com excelência, eficiência e proatividade, inclusive laborando além do horário normal do expediente, em algumas oportunidades. Nada obstante, esta Promotoria atende a três Municípios (Pacatuba, Brejo Grande e Ilha das Flores), fator que, aliado ao crescente volume quantitativo de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais (os quais, em diversos casos, apresentam substancial complexidade, ante a intersecção dos fatores sociopolíticos que os envolvem), demanda, proporcionalmente, um número maior de servidores e estagiários. Outrossim, é importante consignar que, em razão do substancial volume de processos e procedimentos acima citado, a designação de servidor/técnico/assessor substituto por apenas dois dias por semana, à ocasião das férias do integrante da equipe mostra-se, salvo melhor juízo, insuficiente para a continuidade e a eficiência do trabalho prestado por esta Promotoria, que, repise-se, apenas possui duas assessoras com formação em Direito – uma atuante na parte judicial e outra na extrajudicial.
2.3 As instalações da Promotoria são adequadas e satisfatórias	Sim (X) Não () Observações:

2.4 Horário de Funcionamento da unidade	Das 7h00min às 14h00min, sendo o atendimento ao público realizado das 8h00min às 14h00min (período de funcionamento do fórum). Eventualmente, há extensão para o período vespertino, após o horário normal do expediente, para o cumprimento da pauta de audiências judiciais e extrajudiciais.
2.5 Dias/Horário de atendimento ao público. Há regulamentação? Especifique.	Embora não haja regulamentação específica, os atendimentos ao público são realizados regularmente, durante o período do expediente, das segundas às sextas-feiras. Eventualmente, há atendimento no período vespertino, além do horário normal do expediente, para o cumprimento da pauta de audiências extrajudiciais.
2.6 O atendimento ao público também é realizado por intermédio de quais meios?	(X) telefone (X) e-mail institucional
2.7 Quantitativo médio de atendimento ao público semanal	De 6 (seis) a 10 (dez)
2.8 Há registro dos atendimentos realizados ao público externo (partes/advogados/comunidade)	Sim (X) Não ()
2.9 Dias de realização de audiências judiciais	Em regra, terças, quartas e quintas-feiras; eventualmente, também às segundas e sextas-feiras, sobretudo para os depoimentos sem dano, audiências de custódia e com réu preso
2.10 A internet está funcionando a contento	Sim () Não (X) Observações: com alguma frequência, a rede/sinal de internet do fórum é interrompida (“cai”), por diversos períodos durante o expediente, o que prejudica e atrasa o andamento das audiências.
2.11 Como é realizado o acompanhamento das ações ajuizadas	(X) Quando do recebimento dos autos para manifestação (X) Outra forma de controle. Qual? Quando há atendimento de parte ou advogado, em alguns casos, são feitas manifestações de ofício, por meio do MPJud, caso não tenha intimação aberta para o Ministério Público. _____
2.12 Forma de controle de recebimento e devolução de processos eleitorais	Sem atribuição eleitoral
2.13 Livros/Pastas (físicas ou eletrônicas) existentes na Promotoria	(X) Ofícios recebidos. (X) Ofícios expedidos. (X) Atos, avisos, instruções normativas, recomendações, portarias e outros normativos do Conselho Nacional do Ministério Público, Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral e Coordenadoria-Geral. (X) Portarias de Procedimento Administrativo Preparatório e Inquérito Civil instaurados. (X) Controle de atendimento ao público. (X) TAC's homologados. (X) Autos de Prisão em Flagrante. (X) Peças Processuais elaboradas na Promotoria. () Eleitoral. () Livro de carga/protocolo. cópia de preenchimento dos formulários – sistemas do

	MP e CNMP (X) Visitas a Delegacias () CITT (X) Visitas a entidades de acolhimento de crianças e/ou idosos () Visitas a Presídios () Visitas a unidades socioeducativas () Outros. Especificar: _____																		
2.14 Equipamentos existentes na Promotoria	(04) quantidade de computadores (01) quantidade de impressoras (03) quantidade de <i>scanners</i> (08) outros equipamentos. Especificar: <u>04 Monitores e 06 notebooks, 01 aparelho de telefonia fixa e 01 aparelho de telefonia celular iPhone 11</u>																		
2.15 Os Servidores estão aptos a operar os Sistemas do MP/SE e CNMP	<table> <tr> <td>PROEJ:</td><td>Sim (X)</td><td>Não ()</td></tr> <tr> <td>MPJUD:</td><td>Sim (X)</td><td>Não ()</td></tr> <tr> <td>SEEU:</td><td>Sim (X)</td><td>Não ()</td></tr> <tr> <td>SCP (TJSE):</td><td>Sim (X)</td><td>Não ()</td></tr> <tr> <td>CITT:</td><td>Sim (X)</td><td>Não ()</td></tr> <tr> <td>IDEPOL:</td><td>Sim (X)</td><td>Não ()</td></tr> </table>	PROEJ:	Sim (X)	Não ()	MPJUD:	Sim (X)	Não ()	SEEU:	Sim (X)	Não ()	SCP (TJSE):	Sim (X)	Não ()	CITT:	Sim (X)	Não ()	IDEPOL:	Sim (X)	Não ()
PROEJ:	Sim (X)	Não ()																	
MPJUD:	Sim (X)	Não ()																	
SEEU:	Sim (X)	Não ()																	
SCP (TJSE):	Sim (X)	Não ()																	
CITT:	Sim (X)	Não ()																	
IDEPOL:	Sim (X)	Não ()																	
2.16 A Promotoria, em sua atuação, observa as nomenclaturas e terminologias presentes nas tabelas taxonômicas do CNMP	(X) Sim () Não																		
2.17 A Promotoria, em sua atuação, está cumprindo a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso “Favela Nova Brasília”¹	(X) Sim () Não () Sem atribuição criminal específica																		

2.18 Observações da Corregedoria-Geral

No formulário de Correição Ordinária, o Promotor de Justiça registrou que *“todos os integrantes desempenham suas atribuições com excelência, eficiência e proatividade, inclusive laborando além do horário normal do expediente, em algumas oportunidades”*, no entanto, ressaltou que a estrutura de apoio é insatisfatória, tendo em vista que a Promotoria de Justiça *“atende a três Municípios (Pacatuba, Brejo Grande e Ilha das Flores), fator que, aliado ao crescente volume quantitativo de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais (os quais, em diversos casos, apresentam substancial complexidade, ante a intersecção dos fatores sociopolíticos que os envolvem), demanda, proporcionalmente, um número maior de servidores e estagiários.”*.

1

Pontuou, ainda, que, em razão do substancial volume de processos e procedimentos da unidade ministerial, “a designação de servidor/técnico/assessor substituto por apenas dois dias por semana, à ocasião das férias do integrante da equipe mostra-se, salvo melhor juízo, insuficiente para a continuidade e a eficiência do trabalho prestado por esta Promotoria”.

3) DADOS GERAIS DA COMARCA

Existe Juiz Titular na Comarca	(X) Sim () Não
Existe Defensor Público na Comarca	() Sim (X) Não
Existe Delegado de Polícia na Comarca	(X) Sim () Não
Como é feito o atendimento de diligências pela Autoridade Policial	() Satisfatório (X) Insatisfatório Observações: diante da quantidade de serviços e de crimes na Comarca, bem como da insuficiência de servidores nas Delegacias de Polícia, o atendimento a diligências acaba não sendo satisfatório, ante a demora nos respectivos cumprimentos. Contudo, tenho um relacionamento bom com as Autoridades Policiais e, em casos urgentes, envio mensagem para os seus telefones e as diligências são cumpridas logo.
Existe um bom relacionamento com as demais Autoridades da Comarca	(X) Sim () Não Observações:

4) ATUAÇÃO JUDICIAL

Local	TABELA 01 (Certidão cartorária – Anexo 02)		
	Quantidade de processos com carga/vistas ao MP	Quantidade de processos com carga/vista ao MP, há mais de 30 dias no gabinete ministerial	Quantidade de processos em trâmite na Vara
Vara da Comarca de Pacatuba	Vista: 13 Remessa: 18	6	1.308
Distrito de Ilha das Flores	Vista: 8 Remessa: 11	5	940
Distrito de Brejo Grande	Vista: 9 Remessa: 12	10	892

Local	TABELA 02 – processos criminais (Certidão cartorária – Anexo 02)		
	Quantidade de	Quantidade de Ações	Quantidade de sessões


MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

	processos com réus presos	penais do Tribunal do Júri em andamento	do Júri realizadas no último ano antes da correição
Vara da Comarca de Pacatuba	07	03	1 (uma sessão para os processos conexos 201878200430 e 201878200108)
Distrito de Brejo Grande	03	09	2 (mesmo processo – caso de remarcação)
Distrito de Ilha das Flores	04	04	01

Local	TABELA 03 – inquéritos policiais/processos remetidos (Certidão cartorária – Anexo 02)		
	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP há mais de 30 dias	
Vara da Comarca de Pacatuba	16	05	
Distrito de Ilha das Flores	07	05	
Distrito de Brejo Grande	12	10	

TABELA 04 – Inquéritos policiais remetidos há mais de 30 dias		
Número do Processo	Data da remessa ao MP	Data do último movimento
202378200472	25/08/2023	26/10/2024
202478200178	27/05/2024	18/10/2024
202478100041	22/01/2024	26/10/2024
202278100101	27/05/2024	30/10/2024
202278100612	07/12/2022	30/10/2024
202478100307	21/05/2024	30/10/2024
202478100464	26/07/2024	30/10/2024
202478001033	16/10/2024	15/11/2024
202478000052	15/01/2024	09/11/2024
202478000410	23/04/2024	06/11/2024


MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

202478001013	07/10/2024	09/11/2024
202478000015	03/06/2024	15/11/2024
202278200269	02/05/2023	05/11/2024
202478200442	18/09/2024	05/11/2024
202478200010	09/01/2024	14/11/2024
202478100198	03/04/2024	05/11/2024
202378100253	04/04/2024	09/11/2024
202278100554	04/11/2024	05/11/2024
202478100083	08/02/2024	05/11/2024
202478100596	26/09/2024	19/11/2024

	TABELA 05 (Relatório Gerencial do MPJUD)		
	Quantidade de processos recebidos no último ano antes da correição	Quantidade de processos devolvidos no último ano antes da correição	Média processual mensal
Dados Estatísticos	2726	2668	222,3

TABELA 06 (Relatório Gerencial do MPJUD)	
Movimentos por Promotor/Período	Quantidade
1. Ajuizamento de Ação	
1.1 – Denúncia (920015 + 920016)	119
1.2 – Petição Inicial (920013)	1
1.3 Representação por Ato Infracional (920017)	5
2 – Alegações Finais – Memoriais (920202)	40
3 – Ciência (920134)	1.272
4 – Manifestação (920198)	1.250
5 – Recomendação (920068)	-
6 – Recurso	
6.1 – Razões (920213)	9

6.2 – Contrarrazões/Contraminuta (920232)	39
6.3 – Interposição de Recursos (920212)	4
7 – Impedimento/Suspeição (920083)	-
8 – Arquivamento Com Remessa ao Poder Judiciário (920092)	
8.1 – Ausência/Insuficiência de Provas (920268, 920269)	8
8.2 – Decadência (920104, 920097)	3
8.3 – Desconhecimento do Autor (920101, 920094)	4
8.4 – Inexistência de Crime (920102, 920095)	9
8.5 – Morte do Agente (920483, 920484)	1
8.6 – Prescrição (920103, 920096)	3
8.7 – Retratação da Lei Maria da Penha (920105, 920098)	1
9 – Audiências Judiciais (920062)	372
9.1 – Alegações Finais Oraís (920201)	28
9.2 – Termo de Acordo de Não Persecução Penal (920482)	31
9.3 – Proposta de Transação Penal (920124)	19
9.4 – Manifestação Oral (920198)	13
9.5 – Proposta de Suspensão Condicional do Processo (920125)	5
10 – Sessões do Tribunal do Júri (920203)	7
11 – Encaminhamento (920025 + 920026 + 920007)	-
12 – Outros	623
TOTAL	3864

4.1) ATUAÇÃO JUDICIAL E ORGANIZAÇÃO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL

4.1.1) Existe alguma linha de atuação prioritária na Promotoria de Justiça?

Resposta:

(X) SIM. Especificar: processos e procedimentos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, criança e adolescente, tutelas de saúde, situação de risco de criança, adolescente e idoso, processos e procedimentos de guarda e alimentos de criança e adolescente, educação de crianças, adolescentes e jovens, defesa das vítimas nos processos criminais, além das demais prioridades disciplinadas no art. 1.048 do Código de Processo Civil e nos artigos 158, parágrafo único, e 394-A, ambos do Código de Processo Penal.

() NÃO

4.1.2) A prioridade está regulamentada em ato ministerial e/ou Plano de Atuação Prioritária?

Resposta:

(X) SIM

() NÃO

Nota: em caso positivo, anexar cópia do ato regulamentador, relatório, print ou outra forma de demonstração do funcionamento da classificação de prioridade no órgão, caso existente(s).

Seguem anexos:

- 1 – o Termo de Compromisso firmado junto ao Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas, com vistas a levar a efeito as disposições veiculadas na Resolução de nº 243/2021 do Conselho Nacional de Ministério Público;
- 2 – a Recomendação nº 01/2024 (Procedimento Administrativo nº 53.24.01.0013), acerca da adoção das medidas administrativas tendentes a intensificar a fiscalização e o combate à poluição sonora e à perturbação do sossego nos Municípios de Pacatuba, Brejo Grande e Ilha das Flores/SE;
- 3 – a Recomendação nº 008/2023 (Procedimento Administrativo nº 53.23.01.0074), sobre a adoção de medidas repressivas voltadas à vedação ao acesso às drogas, em especial o álcool, aos usuários do CAPS;
- 4 – o Procedimento Administrativo de nº 20240217700000042, por meio do qual é acompanhado o Projeto Concursando, voltado à preparação de jovens e adolescentes - sobretudo alunos do Ensino Médio no Município de Pacatuba – para a aprovação nas provas de vestibulares e de concursos públicos das mais diversas áreas profissionais, bem como criação e sustentação de uma cultura de estudos, visando, especialmente, à emancipação profissional e socioeconômica dos alunos participantes;
- 5 – Requerimento de prisão preventiva do agressor no processo de nº 202456000617, em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher; e
- 6 – Petição inicial de requerimento de medida protetiva de urgência em favor de mulher vítima de violência doméstica e familiar.

4.1.3) Em que consiste a prioridade dada e quais os reflexos dela nas rotinas da Promotoria de Justiça?

Resposta:

- atendimento específico, com base nas peculiaridades dos casos;
- adoção imediata das medidas necessárias à efetiva proteção dos respectivos direitos, como requerimento de medidas protetivas de urgência;
- elaboração e execução de projetos sociotransformadores;
- diálogos e demais interlocuções com os órgãos, instituições e entidades correspondentes, como Magistrados, Prefeitos, integrantes do CRAMs, Conselhos Tutelares, Casas de Acolhimento de crianças e adolescentes, CREAS, CRAS, Secretarias Municipais etc.;
- atuação contundente e com fundamentação exaustiva nos processos judiciais correspondentes; e
- movimentação e tramitação prioritária desses processos e procedimentos.

Os reflexos dessa atuação prioritária na rotina da Promotoria de Justiça consistem em maior volume de trabalho, aumento das comunicações, dos atendimentos e das peças processuais e procedimentais, e maior expertise e sensibilidade nos respectivos temas.

() Prejudicado

4.1.4) Há projetos, iniciativas, ações ou metas destinados ao alcance das prioridades escolhidas?

Resposta:

(X) SIM. Especificar projetos, iniciativas, ações ou metas e em que fase se encontram:

- Projeto Concursando, voltado à preparação de jovens e adolescentes - sobretudo alunos do Ensino Médio no Município de Pacatuba – para a aprovação nas provas de vestibulares e de concursos públicos das mais diversas áreas profissionais, bem como criação e sustentação de uma cultura de estudos, visando, especialmente, à emancipação profissional e socioeconômica dos alunos participantes. O projeto é acompanhado por meio do Procedimento Administrativo de nº 20240217700000042 e se encontra em fase de execução.
- Meta de movimentação prioritária desses processos e procedimentos, inclusive de ofício, se necessário;
- Meta de implementar outros projetos sociotransformadores, sobretudo de cunho preventivo, para a tutela e a salvaguarda dos direitos em questão. Inclusive, a meta do próximo projeto reporta-se a medidas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

() NÃO

4.1.5) A Promotoria de Justiça, de acordo com a sua área de atuação, desenvolve iniciativa(s) alinhada(s) ao Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe? Qual(is)? Descreva a(s) atividade(s).

Área de atuação	Iniciativa	Atividade/Procedimento vinculada(o)
Direitos Humanos	Atividade de fiscalização/Procedimentos Administrativos nº 53.23.01.0052, acompanhamento	53.23.01.0053 e 53.23.01.0054 – procedimentos instaurados com o objetivo de fiscalizar a atuação municipal (Pacatuba, Brejo Grande e Ilha das Flores) no cumprimento da medida cautelar concedida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental N.º 976, da Recomendação N.º 53 do Conselho Nacional do Ministério Público, da Recomendação N.º 60 do Conselho Nacional do Ministério Público e do Guia de Atuação Ministerial para a Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua. Procedimentos já arquivados em razão da inexistência de pessoas em situação de rua nos citados territórios.
Educação	Projeto Concursando, sobretudo	O projeto é acompanhado por meio do Procedimento Administrativo de nº 20240217700000042 e se encontra em fase de execução.

Ensino Médio no Município de Pacatuba – para a aprovação nas provas de vestibulares e de concursos públicos das mais diversas áreas profissionais, bem como criação e sustentação de uma cultura de estudos, visando, especialmente, à emancipação profissional. Notícias de Fato nº 20240217700000012, e socioeconômica dos 20240217700000031 – apurar supostos problemas estruturais nas escolas de Pacatuba.

Atividade de fiscalização/acompanhamento Ressalta-se que já tramita o Cumprimento de Sentença nº 202178000802 gerado por dependência ao processo 201478000255 (ACP – Obrigação de Fazer – reforma das Escolas Municipais).

Infância e Adolescência Atividade de fiscalização/Inquéritos Cíveis nº 53.22.01.0073 , 53.22.01.0074 e acompanhamento em 53.22.01.0075 – Instaurados em virtude de unidades para irregularidades identificadas durante inspeção cumprimento de medida técnica realizada pelo Ministério Público nos socioeducativas; CREAS dos municípios de Pacatuba, Brejo Grande e Ilha das Flores, após relatório técnico Reuniões com a rede de multiprofissional elaborado pela Divisão de Serviço proteção para tratar sobre Social do Ministério Público, que apontou situações específicas desconformidades relacionadas ao cumprimento das envolvendo diretrizes previstas na Lei nº 12.594/12 (SINASE), criança/adolescente em especialmente no atendimento de medidas situação de risco e/ou socioeducativas em meio aberto; acolhidos na Casa Lar;

Conversa com alunos da Realização de reuniões e audiências extrajudiciais rede pública estadual de em alguns procedimentos envolvendo criança em situação de risco e/ou acolhidas: ensino, do Centro de

Excelência Dr. Leandro MPE Extra: 20240217700000030, Maciel, sobre a prática de 20240217700000037, 20240217700000004 e bullying (Lei 14.811/24) 20240217700000010; PROEJ – 53.24.01.0011, 53.22.01.0063 e 53.24.01.0020

Meio Ambiente Atividade de fiscalização/Procedimento Administrativo nº 53.24.01.0013 - acompanhamento; Combate a poluição ambiental (Poluição Combate a poluição sonora/Perturbação de Sossego) – Expedida a ambiental em suas Recomendação nº 01/2024; diversas formas; Serviços Inquérito Civil nº 53.23.01.0068 – Apurar a de relevância pública existência de cemitério clandestino (crime contra o ligados ao meio ambiente; meio ambiente – contaminação do solo – danos à Universalização do meio ambiente – contaminação do solo – danos à esgotamento sanitário fauna e flora)

Procedimento Administrativo nº 53.22.01.0089 - implementação da publicação dos planos de saneamento básico

Procedimento Administrativo nº 53.22.01.0033 - implantação do sistema de abastecimento de água

Procedimento Administrativo nº 53.23.01.0029 -
implantação do sistema de abastecimento de água

Mulher Proteção aos direitos da 20240217700000019 – apura suposta violência
mulher; atendimentos à doméstica e familiar contra a mulher
vítimas de violência
doméstica e familiar 20240217700000025 – apura suposta violência
contra a mulher; doméstica e familiar contra a mulher
requisição de instauração 20240217700000023 – Afastamento Mulher – Lei
de inquéritos policiais, Maria da Penha
Requerimento de medida
protetiva de urgência etc É válido destacar, contudo, que a maior parte da
atuação acaba ocorrendo no bojo de processos
judiciais.

Rio São Francisco

Saúde Fiscalização; Inspeção Exemplos:
Sanitária de Origem Notícia de fato MPEExtra 20240217700000013 -
Animal; Apurar origem Atividade empresarial danosa à saúde da
da carne bovina coletividade

Inquéritos Cíveis nº 53.20.01.0018, 53.20.01.0045 e
53.20.01.0046 – Projeto “Carne Saudável”

Segurança Pública

Terceiro Setor Controle e Fiscalização Notícia de fato 20240217700000036 – Apurar
prestação de contas insuficiente ou irregular da
Associação "Luciele" de Brejo Grande/SE

Procedimento Administrativo nº 53.23.01.0022 -
Apurar má gestão da Assoc. Remanescente dos
Quilombolas Dom José Brandão de Castro

4.1.6) Desde a sua última correção, obteve título(s) judicial(is) de destaque para a comarca (decisão interlocutória/sentença/acórdão) e/ou execução de título judicial com resultado(s) socialmente relevante(s) (considerando-se, para tal fim, a natureza do direito protegido, com especial prestígio aos direitos fundamentais, e o número de beneficiários da atuação institucional)? Algum(ns) resultado(s) foi(ram) decorrente(s) do PAP?

Resposta:

() SIM. Especificar por área de atribuição:

(X) NÃO

Nota: em caso positivo, anexar cópia de documento(s) demonstrativo(s) do(s) resultado(s) obtido(s).

4.1.6) Há destaque para experiência inovadora (apenas práticas não tradicionais de atuação, como petição com tecnologias facilitadoras da exposição, formas de apresentação em audiência ou sessão, uso de métodos diferenciados em pesquisas, novos fluxos de gestão de processos, etc.)?

Resposta:

() SIM. Especificar:

(X) NÃO

Nota: em caso positivo, anexar cópia de documento(s) demonstrativo(s) da experiência inovadora.

4.1.7) Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI): homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo com resultado morte (latrocínio)

Possui atribuição em casos de CVLI?

Resposta:

(X) SIM

() NÃO

Em se tratando especificamente de Promotoria de Justiça com atuação no controle externo da atividade policial, adota algum tipo de monitoramento para que todos os casos de CVLI gerem inquérito policial, com a devida remessa ao Ministério Público no prazo legal?

Resposta:

(X) SIM. Especificar: expedição de ofício às Autoridades Policiais, comunicando-as, regularmente, da necessidade da adoção de tais procedimentos, contato permanente com as Autoridades Policiais, a fim de obter e monitorar essas informações, além de inspeção e visitas às Delegacias de Polícia, com especial atenção aos inquéritos envolvendo CVLI. Outrossim, quando recebemos a notícia de que houve Crimes Violentos Letais e Intencionais, oficiamos à Autoridade Policial, a fim de saber se já foi instaurada a respectiva investigação e, em caso negativo, requisitamos a abertura de Inquérito Policial.

() NÃO

4.2) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO JUDICIAL – PROMOTOR DE JUSTIÇA

Há substancial volume de processos e audiências judiciais, as quais ocupam a maior parte do horário do expediente, às terças, quartas e quintas-feiras, e, eventualmente, às segundas e sextas-feiras. Observa-se que a maior parte dos processos é de natureza criminal, de que grande parte envolve violência doméstica e familiar contra a mulher.

Diante desse cenário, ante a constatação da estrutura cultural e criminológica em questão, para cuja resolução a atuação meramente criminal e punitiva não se mostra suficiente, o órgão ministerial tem estreitado as relações com os Centros de Referência de Atendimento à

Mulher Vítima de Violência Doméstica e solicitado o encaminhamento dos agressores (réus nos processos) aos círculos reflexivos de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher existentes nesta Comarca, além da fixação de valor mínimo para a reparação dos danos causados pela infração, na forma do art. 387, IV, do CPP, e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Ainda é válido destacar a enorme quantidade de processos em tramitação na Comarca, bem como de processos devolvidos, no corrente ano, por meio do MPJud, o que nos faz refletir se não seria viável a criação de mais uma Vara Judicial e, consequentemente, de mais uma Promotoria de Justiça, ou mesmo a designação de mais servidores a esta Promotoria de Justiça, inclusive para viabilizar o incremento da qualidade das manifestações ministeriais e das iniciativas sociotransformadoras da instituição.

Por fim, urge consignar que, a despeito de as informações fornecidas pelo Cartório do Juízo indicarem e existência de processos no gabinete ministerial há mais de trinta dias e de inquéritos policiais remetidos há mais de trinta dias, as telas do sistema MPJUD (que seguem anexas) – incluindo-se a extraída no mesmo dia da elaboração das citadas certidões cartorárias (19/11/2024) – não denotam qualquer processo ou inquérito fora do prazo para a manifestação do Ministério Público, em todas as “caixas” (azul, laranja, vermelha e verde). Com efeito, o controle dos prazos processuais e procedimentais nesta Promotoria de Justiça é realizado de modo diário, contínuo e rigoroso, não apenas por uma questão formal ou numérica, mas, sobretudo, para observar a respectiva celeridade e duração razoável, e, ao fim e ao cabo, cumprir o dever legal ministerial de se manifestar dentro dos prazos normativos nos processos e procedimentos em que atua. Diante desse cenário, acredita-se haver alguma incongruência ou inconsistência entre o sistema MPJUD e o utilizado pelo TJSE, ou mesmo na alimentação de tais informações.

4.3) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO JUDICIAL – CORREGEDORIA GERAL

O Promotor de Justiça informou que possui linha de ação prioritária na Promotoria de Justiça nos processos e procedimentos *“envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, criança e adolescente, tutelas de saúde, situação de risco de criança, adolescente e idoso, processos e procedimentos de guarda e alimentos de criança e adolescente, educação de crianças, adolescentes e jovens, defesa das vítimas nos processos criminais, além das demais prioridades disciplinadas no art. 1.048 do Código de Processo Civil e nos artigos 158, parágrafo único, e 394-A, ambos do Código de Processo Penal”* (subitem 4.1.1).

Afirmou que a prioridade está regulamentada em ato ministerial e indicou os documentos que fundamentam a referida priorização: 1) o Termo de Compromisso firmado junto ao Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas, com vistas a levar a efeito as disposições veiculadas na Resolução de nº 243/2021 do Conselho Nacional de

Ministério Público; **2)** a Recomendação nº 01/2024 (Procedimento Administrativo nº 53.24.01.0013), acerca da adoção das medidas administrativas tendentes a intensificar a fiscalização e o combate à poluição sonora e à perturbação do sossego nos Municípios de Pacatuba, Brejo Grande e Ilha das Flores/SE; **3)** a Recomendação nº 008/2023 (Procedimento Administrativo nº 53.23.01.0074), sobre a adoção de medidas repressivas voltadas à vedação ao acesso às drogas, em especial o álcool, aos usuários do CAPS; **4)** o Procedimento Administrativo de nº 20240217700000042, por meio do qual é acompanhado o Projeto Concursando, voltado à preparação de jovens e adolescentes; **5)** Requerimento de prisão preventiva do agressor no processo de nº 202456000617, em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher; e **6)** Petição inicial de requerimento de medida protetiva de urgência em favor de mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Em resposta ao subitem 4.1.3, o Promotor de Justiça correicionado explicou em que consiste a prioridade dada e os reflexos nas rotinas da Promotoria de Justiça, ressaltando o *“atendimento específico, com base nas peculiaridades dos casos”*; a *“adoção imediata das medidas necessárias à efetiva proteção dos respectivos direitos, como requerimento de medidas protetivas de urgência”*; a *“elaboração e execução de projetos sociotransformadores”*; *“diálogos e demais interlocuções com os órgãos, instituições e entidades correspondentes, como Magistrados, Prefeitos, integrantes do CRAMs, Conselhos Tutelares, Casas de Acolhimento de crianças e adolescentes, CREAS, CRAS, Secretarias Municipais etc.”*; *“atuação contundente e com fundamentação exaustiva nos processos judiciais correspondentes”*; e *“movimentação e tramitação prioritária desses processos e procedimentos”*.

Em relação aos projetos, iniciativas, ações ou metas, destinados ao alcance das prioridades escolhidas (subitem 4.1.4), o Promotor de Justiça elencou 1 (um) projeto e 2 (duas) metas:

– **Projeto Concursando**, voltado à preparação de jovens e adolescentes – sobretudo alunos do Ensino Médio no Município de Pacatuba – para a aprovação nas provas de vestibulares e de concursos públicos das mais diversas áreas profissionais, bem como criação e sustentação de uma cultura de estudos, visando, especialmente, à emancipação profissional e socioeconômica dos alunos participantes. O projeto é acompanhado por meio do Procedimento Administrativo de nº 20240217700000042 e se encontra em fase de execução.

- **Meta** de movimentação prioritária desses processos e procedimentos, inclusive de ofício, se necessário;
- **Meta** de implementar outros projetos sociotransformadores, sobretudo de cunho preventivo, para a tutela e a salvaguarda dos direitos em questão. Inclusive, a meta do próximo projeto reporta-se a medidas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Sobre o desenvolvimento de iniciativas, de acordo com a sua área de atuação, alinhadas ao Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe (subitem 4.1.5), o Promotor de Justiça indicou os procedimentos extrajudiciais vinculados às áreas de direitos humanos, educação, infância e adolescência, meio ambiente, mulher, saúde e terceiro setor.

Nos termos da Recomendação nº 01, de 15 de março de 2023, da Corregedoria Nacional do Ministério Público, que busca fomentar a cultura de desenvolvimento de agendas planejadas, em consonância com a matriz estratégica do Ministério Público, com vistas a incrementar a resolutividade e a unidade institucional, a organização da atuação ministerial na seara judicial constitui importante ferramenta de incremento de resultados organizacionais.

Nesse sentido, a **Corregedoria Geral orienta** que a Promotoria de Justiça, a partir da experiência obtida com a linha de atuação estratégica estabelecida pela unidade ministerial, com reflexos concretos indicados no subitem 4.1.3, e os respectivos documentos que fundamentam a atuação, indicados no subitem 4.1.2, analise a possibilidade de formalização da linha de atuação prioritária, a partir de ato ministerial regulamentador, de modo a perpetuar, na Unidade Ministerial, as boas práticas desenvolvidas e compartilhar com toda a Instituição as rotinas da Promotoria de Justiça, que propiciam maior eficiência na prestação do serviço público.

Foram juntadas peças processuais (Anexo 03), referentes à atuação judicial do Promotor de Justiça, a saber:

Tipo de peça	Quantidade analisada	Processos	Observações da Corregedoria Geral
Petições	07	Não informado	– Ação Penal – Alegações finais – artigo 217-A, do Código Penal;
		202178200356	– Ação Penal – Recurso de Apelação – Razões – artigo 129, §9º do Código Penal;
		Não informado	– Ação de Alimentos c/c alimentos provisório c/c regulamentação de guarda – Parecer;

		202390201368 Não informado Não informado Não informado	– Ação de investigação de paternidade – Parecer – procedência dos pedidos e desfavorável ao reconhecimento da paternidade socioafetiva; – Ação Ordinária – direito à saúde – parecer; – Requerimento de prisão preventiva – violência doméstica; – Medidas Protetivas de Urgência – Lei Maria da Penha.
--	--	---	--

Atas das sessões do júri realizadas no último ano pelo Promotor de Justiça constam do Anexo 4.

5) ATUAÇÃO ELEITORAL

Zona Eleitoral	19ª Zona Eleitoral de Propriá (em substituição) 3ª Zona Eleitoral de Aquidabã (em substituição)
Municípios de abrangência	19ª ZE: Propriá, Amparo de São Francisco, Japoatã, São Francisco e Telha; 3ª ZE: Aquidabã, Cedro de São João e Graccho Cardoso
Início da designação Fim da designação	19ª ZE: períodos de 01º.7.2024 a 11.7.2024 e de 16.7.2024 a 31.7.2024; 3ª ZE: período de 1º.4.2024 a 20.4.2024
Iniciativas adotadas no âmbito eleitoral	Movimentações pertinentes nos processos judiciais, no âmbito do PJE

Local	ESTATÍSTICA ELEITORAL (Certidões cartorárias – Anexo 05)			
	Quantidade de inquéritos policiais eleitorais em andamento	Quantidade de processos eleitorais em andamento	Quantidade de processos/inquéritos eleitorais há mais de 30 dias em gabinete	Quantidade de processos eleitorais remetidos à Promotoria no último ano
Zona Eleitoral	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO	PREJUDICADO

5.1) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO ELEITORAL

O Promotor de Justiça apresentou informações sobre a sua atuação eleitoral durante os períodos de substituição na 19ª Zona Eleitoral de Propriá e na 3ª Zona Eleitoral de Aquidabã, considerando que a Promotoria de Justiça de Pacatuba não possui atribuição eleitoral.

6) ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

() Não exerce atribuição extrajudicial
 (X) Exerce atribuição extrajudicial
 Curadorias: todas (atribuição plena)

6.1) PROCEDIMENTOS EM ANDAMENTO (Relatório do PROEJ)

Trâmites	Notícia de Fato	PP	IC	PIC	PA
Em andamento	0	0	45	1	19
Fora do Prazo	0	0	0	0	0
Numeração dos procedimentos mais antigos (instaurados antes de 2021)			53.17.01.0005 53.17.01.0006 53.17.01.0008 53.17.01.0009 53.17.01.0010 53.18.01.0006 53.18.01.0009 53.18.01.0099 53.19.01.0032 53.19.01.0047 53.19.01.0086 53.19.01.0098 53.19.01.0116 53.19.01.0122 53.19.01.0146 53.19.01.0166 53.19.01.0178 53.19.01.0194 53.20.01.0004 53.20.01.0018, 53.20.01.0038 53.20.01.0045		
Procedimentos com mais de 90 dias sem movimentação	0	0	0	0	0

6.2) ESTATÍSTICA EXTRAJUDICIAL (Relatório do PROEJ)

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DO PROMOTOR (Período: 01 ano antes da correição)							
Trâmites realizados	Ações cautelares ajuizadas	Ações civis públicas ajuizadas	Ações de improbidade ajuizadas	TAC's celebrados	Audiências Extrajudiciais realizadas	Audiências públicas realizadas	Recomendações Expedidas
1003	0	2	0	0	28	0	4

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA - PROVIDÊNCIAS DECORRENTES

(Período: 01 ano antes da correição)						
Quantidade de ações cautelares ajuizadas	Quantidade de ações civis públicas ajuizadas	Quantidade de ações de improbidade ajuizadas	Quantidade de ações criminais ajuizadas	Quantidade de TAC's celebrados	Quantidade de ações de execuções ajuizadas	TOTAL
0	1	0	1	0	0	2

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA (Período: 01 ano antes da correição)								
Registro de Notícias de Fato	Instauração de Procedimentos Preparatórios	Instauração de Inquéritos Cíveis	Instauração de PIC's	Instauração de PA's	Arquivamento sumário	Arquivamento com Remessa/CMP ou Arquivamento com Remessa/Órgão Externo	Arquivamento – Acordo Entre Partes	Declinação de Atribuição/Mesmo Ramo
29	0	7	0	7	46	30	0	1

6.3) PRINCIPAIS ACP'S EM CURSO

Principais ACP's e Ações de Improbidade em curso ajuizadas pelo membro correicionado no último ano (Anexo 6)

Número da ACP	Objeto da ACP
202478000930	Notícia de Fato PROEJ nº 53.24.01.0020 – INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA EM ESTABELECIMENTO PSIQUIÁTRICO
202478200430	Notícia de Fato MPExtra nº 20240217700000006 – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA EM ESTABELECIMENTO PSIQUIÁTRICO COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA
202478100133	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE RISCO DE CRIANÇA

6.4) TAC'S CELEBRADOS/RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

TAC's celebrados/Recomendações expedidas pelo membro correicionado no último ano (Anexo 7)

Número do TAC/Recomendação	Temática
Recomendação nº 01/2024	Procedimento Administrativo nº 53.24.01.0013 Adoção das medidas administrativas tendentes a intensificar a fiscalização e o combate à poluição sonora e à perturbação do sossego nos Municípios de Pacatuba, Brejo Grande e Ilha das Flores/SE.
Recomendação nº 002/2024	Procedimento Administrativo nº 53.23.01.0044 Afastamento de domicílio, em razão de situações que configuram risco à integridade física e psicológica de pessoa idosa.
Recomendação nº 008/2023	Procedimento Administrativo nº 53.23.01.0074 Adoção de medidas repressivas voltadas à vedação ao acesso às drogas, em especial o álcool, aos usuários do CAPS.

6.5) ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Principais Acordos de Não Persecução Penal celebrados pelo membro correicionado/promotoria no último ano (Anexo 8)

Número do Procedimento/Processo Judicial	Temática
202378001056	Crime de falso testemunho (art. 342 do Código Penal)
202378000780	Crime de divulgação de cena de pornografia (art. 218-C do Código Penal)
202378001232	Crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei nº 10.826/2003)
202378200154	Crime de condução de veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência (art. 306 do CTB) e desobediência (art. 330 do CP), e da contravenção penal de perturbação do sossego (art. 42, III, da LCP)
202378100620	Crimes de condução de veículo com capacidade psicomotora alterada (art. 306 do CTB) e desobediência (art. 330 do CP)
202478000003	Posse ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/2003)

6.6) ATUAÇÃO COMO MEMBRO DESIGNADO

Procedimentos em que o Promotor correicionado atua(ou) como membro designado	Situação do Procedimento (encerrado ou em andamento)
53.21.01.0044	Em andamento

6.7) ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL E ORGANIZAÇÃO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL

6.7.1) Atuação Resolutiva

6.7.1.1) Quais são os principais problemas sociais com possíveis impactos na atuação ministerial na comarca? Marcar os assuntos relacionados a tais deficiências.

Resposta:

Alta vulnerabilidade socioeconômica. Conforme o sítio eletrônico “Atlas BR” (<<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/2804904>>), que apura e divulga as informações concernentes a todos os aspectos do índice de desenvolvimento humano, o Município de Pacatuba – SE – ocupa a 5.128ª posição no *ranking* nacional de Municípios brasileiros, e a 68ª posição dentre os Municípios do Estado de Sergipe.

Outrossim, consoante esse mesmo sítio, o índice de distorção idade-série no ensino médio reside em 55,10%, ao passo que o índice de escolaridade da população adulta é de apenas 32,02%, a renda *per capita* mensal, em 2010, era de apenas R\$ 195,47, e os indicadores de vulnerabilidade socioeconômica ultrapassam o patamar de 60% da respectiva população. Nessa perspectiva, o índice de analfabetismo também é substancial.

Tal cenário foi observado, inclusive, presencialmente, pelo Promotor de Justiça, titular da Comarca de Pacatuba, desde outubro de 2024. Decerto, o Município possui, em seu território, apenas uma empresa de médio porte (voltada à construção civil), de modo que a grande maioria da população local não possui acesso ao mercado de trabalho – seja no setor

de comércio ou no de serviços –, ostentando, como fonte de renda, remunerações de cargos públicos comissionados e benefícios assistenciais ou previdenciários, como Bolsa Família e Auxílio Pesca.

A par disso, constata-se a existência de muitas crianças, adolescentes e idosos em situações de risco, quer por negligência familiar, quer por questões socioeconômicas ou de saúde, ou mesmo de natureza criminal.

Nesse ponto, insta consignar que muitas crianças nascem e são criadas por genitores usuários de drogas – dentre as quais o álcool –, e em contexto de promiscuidade sexual e irresponsabilidade parental, o que agrava esse cenário e acarreta, em não raras vezes, o acolhimento institucional dessas crianças e o substancial ajuizamento de demandas de guarda e alimentos de crianças e adolescentes.

Ademais, o índice de violência doméstica e familiar contra crianças, adolescentes e mulheres também é altíssimo, revelando uma estrutura sociocultural patriarcal e machista. Observa-se que a maior parte desses ilícitos são praticados pelo agressor após ou durante o consumo de álcool e demais drogas, o que denota do uso abusivo dessas substâncias.

6.7.1.2) Existe alguma linha de atuação prioritária na Promotoria de Justiça?

Resposta:

(X) SIM. Especificar: procedimentos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, criança e adolescente, situação de risco de criança, adolescente e idoso (incluindo acolhimento institucional, guarda e alimentos), tranquilidade e segurança da população, e educação de crianças, adolescentes e jovens, além das demais prioridades disciplinadas no art. 1.048 do Código de Processo Civil e nos artigos 158, parágrafo único, e 394-A, ambos do Código de Processo Penal.

() NÃO

6.7.1.3) A prioridade está regulamentada em ato ministerial e/ou Plano de Atuação Prioritária?

Resposta:

(X) SIM

() NÃO

Nota: em caso positivo, anexar cópia do ato regulamentador, além de *print* ou outra forma de demonstração do funcionamento da classificação de prioridade no órgão, caso existente(s).

Obs.: seguem em anexo:

1 – o Termo de Compromisso firmado junto ao Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas, com vistas a levar a efeito as disposições veiculadas na Resolução de nº 243/2021 do Conselho Nacional de Ministério Público;

2 – a Recomendação nº 01/2024 (Procedimento Administrativo nº 53.24.01.0013), acerca da adoção das medidas administrativas tendentes a intensificar a fiscalização e o combate à

poluição sonora e à perturbação do sossego nos Municípios de Pacatuba, Brejo Grande e Ilha das Flores/SE;

3 – a Recomendação nº 008/2023 (Procedimento Administrativo nº 53.23.01.0074), sobre a adoção de medidas repressivas voltadas à vedação ao acesso às drogas, em especial o álcool, aos usuários do CAPS;

4 – o Procedimento Administrativo de nº 20240217700000042, por meio do qual é acompanhado o Projeto Concursando, voltado à preparação de jovens e adolescentes – sobretudo alunos do Ensino Médio no Município de Pacatuba – para a aprovação nas provas de vestibulares e de concursos públicos das mais diversas áreas profissionais, bem como criação e sustentação de uma cultura de estudos, visando, especialmente, à emancipação profissional e socioeconômica dos alunos participantes.

6.7.1.4) Em que consiste a prioridade dada e quais os reflexos dela nas rotinas da Promotoria de Justiça?

Resposta:

- atendimento específico, com base nas peculiaridades dos casos;
- abertura dos procedimentos extrajudiciais, se necessário com a realização de audiência extrajudicial com as partes e com a rede de proteção, a fim de buscar a resolutividade e a solução consensual dos conflitos. Em caso de impossibilidade, são ajuizadas demandas judiciais, em regra, com pedidos de tutela antecipada de urgência, havendo, em muitos casos, o encaminhamento das partes para tratamento psicológico, junto ao CAPS (se necessário) e para tratamento de saúde;
- adoção imediata das medidas necessárias à efetiva proteção dos respectivos direitos, como requerimentos de medidas protetivas de urgência;
- elaboração e execução de projetos sociotransformadores;
- diálogos e demais interlocuções com os órgãos, instituições e entidades correspondentes, como Magistrados, Prefeitos, integrantes do CRAMs, Conselhos Tutelares, Casas de Acolhimento de crianças e adolescentes, CREAS, CRAS, Secretarias Municipais etc.; e
- expedição de recomendações com vistas a tutelar os referidos direitos e a prevenir eventuais lesões aos seus titulares;
- movimentação e tramitação prioritária desses processos e procedimentos.

Os reflexos dessa atuação prioritária na rotina da Promotoria de Justiça consistem em maior volume de trabalho, aumento das comunicações, dos atendimentos e das peças procedimentais, e maior expertise e sensibilidade nos respectivos temas.

() Prejudicado

6.7.1.5) Há projetos, iniciativas, ações ou metas destinados ao alcance das prioridades escolhidas?

Resposta:

(X) SIM. Especificar projetos, iniciativas, ações ou metas e em que fase se encontram:

Projeto Concursando, voltado à preparação de jovens e adolescentes – sobretudo alunos do Ensino Médio no Município de Pacatuba – para a aprovação nas provas de vestibulares e de concursos públicos das mais diversas áreas profissionais, bem como criação e sustentação de uma cultura de estudos, visando, especialmente, à emancipação profissional e socioeconômica dos alunos participantes. O projeto é acompanhado por meio do Procedimento Administrativo de nº 20240217700000042 e se encontra em fase de execução.

Meta de movimentação prioritária desses procedimentos;

Meta de implementar outros projetos sociotransformadores, sobretudo de cunho preventivo, para a tutela e a salvaguarda dos direitos em questão. Inclusive, a meta do próximo projeto reporta-se a medidas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Existem, ainda, metas que, embora não regulamentadas em outros projetos específicos, dizem respeito à realização constante de audiências extrajudiciais com as partes e de reuniões com os órgãos componentes da rede de proteção, para discutir, com maior celeridade, os casos mais urgentes. Destaque-se que todos os integrantes da rede de proteção possuem meu número de telefone pessoal e entram em contato, mesmo em férias/fim de semana, em caso de alguma situação emergencial.

() NÃO

6.7.1.6) Desde a sua última correição, há resultado(s) socialmente relevante(s) e concreto(s)/efetivo(s) alcançado(s) em matéria extrajudicial (modificação da realidade fiscalizada), considerando-se, para tal fim, a natureza do direito protegido, com especial prestígio aos direitos fundamentais, e o número de beneficiários da atuação institucional?

Resposta:

() SIM. Especificar por área de atribuição:

(X) NÃO

Nota: em caso positivo, anexar cópia de documento(s) demonstrativo(s) do(s) resultado(s) efetivo(s) alcançado(s). Para fins correicionais, entende-se por materialmente resolutive a atuação pela via extrajudicial quando a respectiva solução for efetivada, não bastando para esse fim apenas o acordo celebrado.

6.7.1.7) Realiza o acompanhamento de políticas públicas ou da execução orçamentária das áreas fiscalizadas?

Resposta:

(X) SIM. Especificar:

- acompanhamento das políticas públicas por meio dos procedimentos administrativos correspondentes, como o que fiscaliza o Programa Prato do Povo e os Procedimentos

Administrativos de nº 53.22.01.0041, 53.22.01.0042 e 53.22.01.0043, que visam a apurar o funcionamento dos Conselhos Municipais de Controle Social;

- instauração de procedimentos de ofício ou por meio de atendimento da população ou por encaminhamento de denúncias oriundas da Ouvidoria do MP e de Conselhos Municipais de Proteção.

☐ NÃO

☐ Prejudicado

6.7.1.8) Ofertou denúncias com base em Procedimentos Investigatórios Criminais?

Resposta:

☐ SIM. Especificar:

☒ NÃO

☐ Prejudicado

Nota: em caso positivo, anexar cópia de documento(s) demonstrativo(s) da prática.

6.7.1.9) Há destaque para experiência inovadora (apenas práticas não tradicionais de atuação, como uso de métodos diferenciados em pesquisas, novos fluxos de gestão de procedimentos extrajudiciais etc.)?

Resposta:

☐ SIM. Especificar:

☒ NÃO

Nota: em caso positivo, anexar cópia de documento(s) demonstrativo(s) da experiência inovadora.

6.7) OBSERVAÇÕES GERAIS – ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL

A **atuação resolutiva** do Ministério Público brasileiro tem seus parâmetros dispostos na Resolução CNMP-CN nº 02, de 21 de junho de 2018, que se filiou à concepção mais moderna de resolutividade, abrangendo todas as áreas e formas de atuação do Ministério Público. Prevê o art. 1º, § 1º, da referida Recomendação:

Para os fins desta recomendação, entende-se por atuação resolutiva aquela por meio da qual o membro, no âmbito de suas atribuições, contribui decisivamente para **prevenir ou solucionar**, de modo efetivo, **o conflito, o problema ou a controvérsia** envolvendo a concretização de direitos ou interesses para cuja defesa e proteção é legitimado o Ministério Público,

bem como para **prevenir, inibir ou reparar adequadamente a lesão ou ameaça a direitos ou interesses e efetivar as sanções aplicadas judicialmente** em face dos correspondentes ilícitos, assegurando-lhes a máxima efetividade possível por meio do uso regular dos instrumentos jurídicos que lhe são disponibilizados para a resolução extrajudicial ou judicial dessas situações.

A partir dessa definição, é possível identificar três desdobramentos da atuação resolutiva do Ministério Público:

Tutela preventiva: visa evitar o conflito, o problema ou a controvérsia e inibir a ameaça ou a lesão a direitos ou interesses.

Tutela repressiva: não alcançado o cenário ideal, atinente à prevenção do ilícito, deve-se providenciar a resolução da situação conflituosa, com a remoção do ilícito e a reparação adequada da ameaça ou lesão a direitos.

Efetivação das sanções: na última etapa, busca-se efetivar as sanções aplicadas em face dos ilícitos, por meio do uso regular dos instrumentos jurídicos².

A resolutividade, portanto, consiste na qualidade da atuação do membro do Ministério Público, judicial ou extrajudicialmente, nas áreas cível, penal ou coletiva, direcionada à produção de **resultados jurídicos úteis**³ e à sua **efetivação**⁴ no plano fático, concretizando direitos fundamentais e valores republicanos, cuja tutela e promoção incumbem à Instituição.

Em resposta aos itens da presente Correição, o Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira, ao responder o subitem 6.7.1.1 sobre os principais problemas sociais com possíveis impactos na atuação ministerial na comarca, destacou a alta vulnerabilidade socioeconômica do município de Pacatuba, cujos indicadores ultrapassam o patamar de 60% da respectiva população; o baixo índice de escolaridade da população adulta; a distorção idade-série no ensino médio, além dos significativos casos de crianças, adolescentes e idosos em situações de risco e o alto índice de violência doméstica e familiar.

2 BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Manual de resolutividade do Ministério Público** [recurso eletrônico] / Corregedoria Nacional do Ministério Público. 1ª ed. Brasília: CNMP, 2023.

3 **Resultados jurídicos úteis à resolutividade:** títulos executivos, judiciais ou extrajudiciais, e quaisquer outros produtos da atuação institucional capazes de contribuir de modo significativamente útil à efetividade de defesa e proteção dos direitos e à efetividade da prevenção e repressão de ilícitos de que o Ministério Público é incumbido (art. 2º, parágrafo único, da Recomendação CNMP n. 54/2017).

4 **Efetivação dos resultados:** implementação no plano fático da solução jurídica – judicial ou extrajudicial – alcançada (art. 1º, § 3º, da Recomendação CNMP n. 54/2017).

Nesse aspecto, destacou a atuação prioritária da Promotoria de Justiça nos *“procedimentos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, criança e adolescente, situação de risco de criança, adolescente e idoso (incluindo acolhimento institucional, guarda e alimentos), tranquilidade e segurança da população, e educação de crianças, adolescentes e jovens, além das demais prioridades disciplinadas no art. 1.048 do Código de Processo Civil e nos artigos 158, parágrafo único, e 394-A, ambos do Código de Processo Penal”* e que a prioridade está regulamentada em ato ministerial, indicando os documentos que fundamentam a referida priorização (subitem 6.7.1.3).

Além disso, o Promotor de Justiça informou os projetos, iniciativas, ações ou metas destinados ao alcance das prioridades escolhidas (subitem 6.7.1.5):

Projeto Concursando, voltado à preparação de jovens e adolescentes - sobretudo alunos do Ensino Médio no Município de Pacatuba – para a aprovação nas provas de vestibulares e de concursos públicos das mais diversas áreas profissionais, bem como criação e sustentação de uma cultura de estudos, visando, especialmente, à emancipação profissional e socioeconômica dos alunos participantes. O projeto é acompanhado por meio do Procedimento Administrativo de nº 20240217700000042 e se encontra em fase de execução.

Meta de movimentação prioritária desses procedimentos;

Meta de implementar outros projetos sociotransformadores, sobretudo de cunho preventivo, para a tutela e a salvaguarda dos direitos em questão. Inclusive, a meta do próximo projeto reporta-se a medidas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Existem, ainda, metas que, embora não regulamentadas em outros projetos específicos, dizem respeito à realização constante de audiências extrajudiciais com as partes e de reuniões com os órgãos componentes da rede de proteção, para discutir, com maior celeridade, os casos mais urgentes. Destaque-se que todos os integrantes da rede de proteção possuem meu número de telefone pessoal e entram em contato, mesmo em férias/fim de semana, em caso de alguma situação emergencial.

Em relação ao subitem 6.7.1.7, o Promotor de Justiça consignou que realiza o acompanhamento de políticas públicas ou da execução orçamentária das áreas fiscalizadas por meio dos procedimentos administrativos correspondentes, *“como o que fiscaliza o Programa Prato do Povo e os Procedimentos Administrativos de nº 53.22.01.0041, 53.22.01.0042 e 53.22.01.0043, que visam a apurar o funcionamento dos Conselhos Municipais de Controle Social”*.

Conforme consignado no item 4.2 (Atuação Judicial), esta **Corregedoria Geral orienta** que a Promotoria de Justiça, a partir da experiência obtida com a linha de atuação estratégica estabelecida pela unidade ministerial, com reflexos concretos indicados no subitem 6.7.1.4, e os respectivos documentos que fundamentam a atuação, indicados no subitem 6.7.1.3, analise a possibilidade de formalização da linha de atuação prioritária, a partir de ato ministerial regulamentador, de modo a perpetuar, na Unidade Ministerial, as boas práticas desenvolvidas e compartilhar com toda a Instituição as rotinas da Promotoria de Justiça, que propiciam maior eficiência na prestação do serviço público.

A **Corregedoria Geral avalia** positivamente as iniciativas já implantadas na unidade ministerial e **sugere**, ainda, que, de acordo com a sua área de atuação, a Promotoria de Justiça analise a viabilidade de desenvolver iniciativa(s) alinhada(s) ao Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe e valorize a tutela preventiva de direitos com o acompanhamento adequado das políticas públicas da sua área de atuação, de modo a garantir resultados socialmente relevantes e concretos/efetivos em matéria extrajudicial, nos termos da Recomendação CNMP nº 54, de 28 de março de 2017, que estabeleceu ao Ministério Público brasileiro a atuação resolutiva dos respectivos Membros e a cultura institucional orientada para a entrega à sociedade de resultados socialmente relevantes (art. 1º).

Para a Correição Ordinária, a equipe de correição, pautando-se nas diretrizes postas na “Carta de Brasília”, editada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que visam modernizar o controle da atividade extrajudicial, pelas Corregedorias do Ministério Público, notadamente: a) Superação do critério de priorização da atuação judicial e da limitação da fiscalização ao cumprimento dos prazos procedimentais; b) Aferição da utilização eficiente e objetiva de instrumentos e métodos de investigação, na determinação de diligências; e c) a fiscalização do tempo de tramitação dos procedimentos extrajudiciais, considerando-se, para isso, a efetividade das diligências determinadas, os intervalos entre os impulsionamentos (períodos em que o procedimento resta concluso), assim como a adoção de instrumentos resolutivos e outras medidas, realizou análise dos procedimentos em tramitação e arquivados, no último ano.

A partir dos critérios retromencionados e das regras de tramitação de procedimentos investigatórios, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, Resolução nº 008/2015 – CPJ, a equipe de Correição analisou 6 (seis) inquéritos civis (PROEJ nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009, 53.18.01.0009 e 53.19.01.0116), constantes da **Tabela 01** e 1 (um) procedimento administrativo, PROEJ nº 53.22.01.0089 (**Tabela 02**).

Já a **Tabela 03** apresenta as notícias de fato e os procedimentos administrativos, com arquivamento sumário, na Promotoria de Justiça de Pacatuba. No período de 18/11/2023 a 18/11/2024, o Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva promoveu o arquivamento sumário de 46 (quarenta e seis) procedimentos extrajudiciais na Promotoria de Justiça de Pacatuba, sendo 29 (vinte e nove) Notícias de Fato e 17 (dezessete) Procedimentos Administrativos.

TABELA 01 – INQUÉRITOS CIVIS

PROEJ e Objeto

Destaque das principais movimentações

Inquérito Civil nº 53.17.01.0005 (Registrado em **01) 09/02/2017** Registro da Notícia de Fato.

09/02/2017)

02) 14/02/2017 Juntada do Ofício n.º 118/2017, oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe,

Objeto: Possível Improbidade Administrativa referente à Operação Antidesmonte. Despacho: “*R.H. 1- Registre-se como N.F. no PROEJ. 2- Oficie-decorrente da emissão de cheques caixas pela se ao gerente do BANESE, requisitando as microfilmagens dos cheques.*” (Promotora de Justiça prefeitura municipal de Brejo Grande.

Luciana Duarte Sobral). Certidão de expedição do Ofício n.º 124/17, em alusão à determinação

Planejamento Estratégico? Sim. Apoio às vítimas de promotorial, recebido pelo destinatário em 14/02/2017.

crimes: Dar atenção às testemunhas e vítimas da **03) 14/03/2017** Despacho: “*(...) PRORROGO O PRAZO da presente Notícia de Fato por igual período de 30 (trinta) dias. Promovam-se as necessárias alterações no PROEJ e cumpram-se as determinações já constantes em despacho anterior nos autos.*” (Promotora de Justiça Luciana Duarte

Especialidade: Patrimônio Público.

Assunto: 10012 DIREITO ADMINISTRATIVO E Sobral).

OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > **04) 11/04/2017** Instauração da Portaria n.º 15/2017, cujo objeto é apurar possível Improbidade Atos Administrativos > Improbidade Administrativa Administrativa, decorrente da emissão de cheques Caixa, pela prefeitura de Brejo Grande.

> Dano ao Erário

Providências: “*1. Nomear para funcionar como escrivã (...); 2. Encaminhar portaria para publicação (...).*” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral). Despacho: “*Diante da necessidade de haver aprofundamento nas investigações, eis que, no prazo estipulado para conclusão da notícia de fato, não foi finalizado o feito, INSTAURO INQUÉRITO CIVIL, por meio da publicação da Portaria anexa. Procedam-se às alterações necessárias no PROEJ e publique-se a portaria do DOFe.*” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral).

05) 09/05/2017 Juntada de resposta do Banese.

Após a referida juntada, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 10/08/2017, quando houve despacho nos autos.

06) 10/08/2017 Despacho: “*Diante da juntada da documentação requisitada ao Município nos autos, e estando o presente procedimento inserido no âmbito da Operação Antidesmonte, remetam-se os autos ao CAOP de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária, para encaminhamento ao TCE/SE, para fins de análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.*” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral). Juntada de cópia do Ofício n.º 556/2027, em atendimento ao despacho alhures.

Após o referido despacho e expedição de ofício, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 29/11/2017, quando houve certidão nos autos.

07) 29/11/2017 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

08) 26/02/2018 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

09) 10/04/2018 Despacho: *“Assim, diante da necessidade da conclusão das diligências e se colherem mais provas que instruem o possível ajuizamento de Ação Civil Pública ou o arquivamento, com fulcro no Artigo 32 da Resolução N° 008/2015-CPJ, prorrogo o prazo para conclusão do Inquérito Civil de n° 53.17.01.0005.”* (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral).

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 10/07/2018, quando houve certidão nos autos.

10) 10/07/2018 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

11) 19/07/2018 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 05/02/2019, quando houve certidão nos autos.

12) 05/02/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

13) 21/03/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

14) 30/04/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

15) 29/05/2019 Despacho: *“(…) Estando o presente procedimento inserido no âmbito da Operação. Antidesmonte, foram remetidos os autos ao TCE/SE, para fins de análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso, aguardando, até o momento, resposta. Assim, diante da necessidade da conclusão das diligências e se colherem mais provas que instruem o possível ajuizamento de Ação Civil Pública ou o arquivamento, com fulcro no Artigo 32 da Resolução N° 008/2015-CPJ, prorrogo o prazo para conclusão do Inquérito Civil de n° 53.17.01.0005.”* (Promotor de Justiça Rivaldo Frias dos Santos Júnior.)

16) 26/06/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

17) 29/07/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

18) 05/09/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

19) 01/10/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

20) 04/12/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

21) 08/01/2020 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

22) 07/02/2020 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 09/05/2020, quando houve nova certidão nos autos.

23) 09/05/2020 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

24) 18/06/2020 Despacho: “1. Considerando que o prazo do presente Inquérito Civil está expirado, havendo, contudo, necessidade de se concluírem as diligências em curso, imprescindíveis à conclusão das investigações, DETERMINO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, (...); 2. Aguarde-se a realização de análise nos autos pelo TCE/SE. Promovam-se as necessárias alterações no PROJ. Cumpra-se.” (Promotor de Justiça Fábio Putumujú de Oliveira)

25) 15/09/2020 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 07/01/2021, quando houve nova certidão nos autos.

26) 07/01/2021 Certidão de designação do Promotor de Justiça Antônio Fernandes da Silva Júnior, a partir de 01/01/2021 até 31/01/2021.

27) 22/03/2021 Autos conclusos. Despacho: “R. Hoje. Certifique o retorno dos autos físicos do TCE/SE. Após, conclusos. Cumpra-se” (Promotor de Justiça Gilvan Oliveira de Rezende).

28) 23/03/2021 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

29) 27/05/2021 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 28/10/2021, quando houve nova certidão nos autos.

30) 28/10/2021 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

31) 29/11/2021 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

32) 07/12/2021 Despacho: “(...) Ocorre que, conforme despacho datado de 10 de agosto de 2017, fora determinada a remessa dos autos físicos do presente procedimento ao CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária para encaminhamento ao TCE/SE, todavia, até o presente momento não retornaram a esta Promotoria de Justiça, conforme última certidão datada de 29 de novembro de 2021. Diante disso, solicite-se ao TCE/SE que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, se já foi concluída a análise da documentação constante no presente procedimento para emissão do relatório técnico sobre o caso. Em caso positivo, devolvam-se os autos físicos a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Pacatuba – Distritos Brejo Grande e Ilha das Flores.” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto).

33) 15/12/2021 Despacho: “Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil, com fulcro no caput do artigo 32 da Resolução nº 008/2015-CPJ, tendo em vista que o prazo está prestes a expirar-se, ainda aguardando resposta do TCE/SE sobre a análise da documentação constante nos autos físicos, deste procedimento, outrora encaminhados àquela Corte de Contas.(...).” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto). Juntada de cópia dos Ofícios n.º 514/2021 e 515/2021, respectivamente ao PGJ e ao TCE/SE, via GED. Despacho: “Aguarde-se a resposta do expediente.” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto).

34) 14/02/2022 Certidão de espera referente à resposta dos ofícios enviados.

35) 08/03/2022 Juntada do Ofício nº 042/2022, advindo do TCE. Autos conclusos.

36) 02/06/2022 Certidão: “Certifico que, nesta data, entrei em contato com a Equipe Técnica do TCE/SE para obter informações acerca dos procedimento físicos encaminhados àquela corte de contas, oportunidade em que fui atendido pelo servidor de prenome JAMESSON, o qual se prontificou em encaminhar aos peças existentes dos autos de Inquéritos Cíveis de nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009 53.17.01.0017 que foram digitalizadas. Dou fé.”

37) 07/06/2022 Juntada do Ofício nº 718/2022 advindo do Procurador Geral de Justiça, juntamente com seus anexos.

38) 18/08/2022 Despacho: “Designo a assessora QUÉZIA EMANUELA para solicitar da maneira mais eficaz (pessoalmente ou por telefone) apoio operacional da Procuradoria-Geral a fim de conseguir informações junto ao Tribunal de Contas de Sergipe quanto ao pedido de devolução dos autos físicos, formalizado no expediente retro, ainda que seja necessário o deslocamento da servidora para entrevistar-se com o setor competente do TCE.” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto).

39) 23/08/2022 Certidão: “Certifico que na data de hoje entrei em contato com a Procuradoria-Geral, e em contato com o servidor ROSENALDO ARAGÃO, assessor do gabinete, este informou que em consulta ao Ofício nº 718/2022 – GPGJ, encaminhado ao TCE/SE, consta a informação de que a Diretoria Técnica do TCE/SE já localizou os procedimentos em questão e os entregou à Presidência,

em 08 de agosto de 2022, a fim de que fosse promovida a devolução dos inquéritos civis a esta promotoria.”

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 06/12/2022, quando houve nova certidão nos autos.

40) 06/12/2022 Certidão: “Certifico que, na data de hoje, entrei em contato com a Assessoria de Apoio Operacional do Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, sendo que foi atendido pelo servidor de prenome MARCELO. Este me informou que quanto ao ofício de nº 718/2022 - PGJ, com pedido de devolução dos autos físicos, ainda não foram encontrados todos os procedimentos solicitados, mas assim que forem, serão devolvidos a esta Promotoria. Certifico ainda que o ofício enviado gerou o Protocolo de nº 005541/2022 no TCE/SE. Don fê.”

41) 06/03/2023 Despacho: “Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil, (...). Diligencie junto ao Tribunal de Contas o retorno dos autos físicos.” (Promotor de Justiça Leydson Gadelha Moreira).

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 19/06/2023, quando houve certidão nos autos.

42) 19/06/2023 Certidão: “Certifico que no dia 12 de junho de 2023, entrei em contato com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para colher informações sobre a solicitação de retorno dos autos físicos de nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0009, 53.17.01.0008 e 53.17.01.0010 a esta Promotoria, e me foi esclarecido que a resposta seria dada no ofício de nº 718/2022 – PGJ. Dou fê.”

O Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira foi promovido, por merecimento, para a Promotoria de Justiça de Pacatuba, em 19 de outubro de 2023 (Ato nº 332/2023).

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 26/01/2024, quando houve nova certidão nos autos.

43) 26/01/2024 “Certifico que, na data de hoje, entrei em contato com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe a fim de buscar informações sobre o retorno dos autos físicos de nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0009, 53.17.01.0008 e 53.17.01.0010, encaminhados por meio do Ofício nº 556/2017, em 10 de agosto de 2017, gerando o Protocolo TCE nº 111286/2017, sendo que na oportunidade fui atendida pelo servidor de prenome LUCAS, lotado na Presidência, o qual me relatou que a citada solicitação já foi atendida por meio do Ofício nº 900/2019, sendo remetida ao MP/SE por meio de correspondência física, porém, não sabendo dar maiores informações sobre os autos físicos. Certifico, ainda, que por diversas vezes entrei em contato com a Assessoria da Presidência do TCE/SE, tendo me comunicado com as servidoras ALINE e JAMARA, ocasiões em que informaram que iam diligenciar no sentido de localizar os procedimentos, todavia não deram retorno posteriormente.”

44) 05/04/2024 Despacho: “Considerando que o prazo do presente Inquérito Civil está expirado, havendo, contudo, a necessidade de outras diligências, imprescindíveis à conclusão das investigações, DETERMINO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, (...). No mais, determino:

Oficie-se mais uma vez o TCE/SE, na pessoa de sua atual Presidente e por intermédio do Procurador Geral de Justiça, em atendimento à determinação legal, para que informe, no prazo de 10 dias, se já foi concluída a análise da documentação constante nos autos físicos dos Inquéritos Cíveis nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009 e 53.17.01.0010, que tratam da “Operação Antidesmonte”, encaminhados a Egrégia Corte de Contas por meio do protocolo TCE nº 111286/2017, a fim de que fossem emitidos relatórios técnicos. Em caso positivo, devolvam-se os autos físicos a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Pacatuba – Distritos Brejo Grande e Ilha das Flores, acompanhados dos devidos relatórios(...)” (Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira.)

Após referido despacho, o procedimento permaneceu 07 (sete) meses sem movimentação até 06/11/2024, quando foi expedida certidão.

45) 06/11/2024 Certidão registrando nos autos que, no dia 29 de outubro de 2024, a Assessora Operacional da Promotoria de Justiça de Pacatuba compareceu, pessoalmente, à sede do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) com o objetivo de verificar o andamento dos procedimentos encaminhados ao referido Tribunal em 2017, os quais permanecem pendentes de devolução, mesmo após diversas tentativas de contato e solicitação de regularização por parte desta Promotoria de Justiça. Na oportunidade, a servidora do MPSE foi recebida pelo servidor Clayton Arthur de Souza Eufrásio, Assessor de Apoio Processual, a quem a servidora do MPSE relatou a situação e os impactos causados pela ausência de resposta e pela retenção prolongada dos referidos documentos. O servidor do TCE/SE demonstrou compreensão quanto à urgência do caso e comprometeu-se a envidar esforços para localizar e/ou coletar as informações pertinentes. Segundo o Sr. Clayton Eufrásio, será realizada uma busca detalhada, em conjunto com a assessoria da Presidência do TCE/SE, com o intuito de promover a regularização e garantir a devolução dos documentos pendentes à Promotoria de Justiça de Pacatuba.

Inquérito Civil nº 53.17.01.0006 (Registrado em **01) 09/02/2017** Registro da Notícia de Fato. 09/02/2017)

02) 14/02/2017 Despacho: “R.H. 1- Registre-se como N.F. no PROEJ. 2- Oficie-se ao INSS, Objeto: Possível Improbidade Administrativa requisitando informações e documentos sobre supostos pagamentos realizados por Cheques Caixas decorrente da emissão de cheques caixas pela Câmara àquela autarquia. 3- Oficie-se ao BANESE, requisitando as microfilmagens dos cheques.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral). Juntada de cópia dos ofícios expedidos ao INSS e ao Planejamento Estratégico? Sim. Apoio às vítimas de BANESE.

crimes: Dar atenção às testemunhas e vítimas da **03) 14/03/2017** Despacho: “(...) e tendo em vista que o prazo inicial de 30 (trinta) dias não foi

criminalidade.

Especialidade: Patrimônio Público.

Assunto: 10012 DIREITO ADMINISTRATIVO E Promovam-se as necessárias alterações no PROEJ e cumpram-se as determinações já constantes em OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > despacho anterior nos autos.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral)

Atos Administrativos > Improbidade Administrativa **04) 15/03/2017** Juntada de documentos da agência do Banese de Neópolis.

> Dano ao Erário

05) 11/04/2017 Portaria 16/2017, cujo objeto é apurar possível improbidade administrativa decorrente da emissão de Cheques Caixa, pela Câmara Municipal de Vereadores de Brejo Grande, determina instauração de Inquérito Civil, para tanto. Despacho: “R. Hoje. Diante da necessidade de haver aprofundamento nas investigações, eis que, no prazo estipulado para conclusão da notícia de fato, não foi finalizado o feito, INSTAURO INQUÉRITO CIVIL, por meio da publicação da Portaria anexa. Procedam-se às alterações necessárias no PROEJ e publique-se a portaria do DOFe.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral.)

06) 12/04/2017 Juntada de documentos advindo do INSS.

Após a referida juntada, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 10/08/2017, quando houve despacho nos autos.

07) 10/08/2017 Despacho: “Diante da juntada da documentação requisitada ao Município nos autos, e estando o presente procedimento inserido no âmbito da Operação Antidesmonte, remetam-se os autos ao CAOP de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária, para encaminhamento ao TCE/SE, para fins de análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.” (Luciana Duarte Sobral). Juntada de cópia do ofício enviado ao CAOp do Patrimônio Público e da Ordem Tributária.

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 29/11/2017, quando houve certidão nos autos.

08) 29/11/2017 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

09) 26/02/2018 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

10) 10/04/2018 Despacho: “(...) Assim, diante da necessidade da conclusão das diligências e se colherem mais provas que instruem o possível ajuizamento de Ação Civil Pública ou o arquivamento, com fulcro no Artigo 32 da Resolução Nº 008/2015-CPJ, prorrogo o prazo para conclusão do Inquérito Civil de nº 53.17.01.0006.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral)

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 10/07/2018, quando houve certidão nos autos.

11) 10/07/2018 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 05/02/2019, quando houve nova certidão nos autos

12) 05/02/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

13) 21/03/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

14) 30/04/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

15) 29/05/2019 Despacho: “(...) Assim, diante da necessidade da conclusão das diligências e se colherem mais provas que instruem o possível ajuizamento de Ação Civil Pública ou o arquivamento, com fulcro no Artigo 32 da Resolução Nº 008/2015-CPJ, prorrogo o prazo para conclusão do Inquérito Civil de nº 53.17.01.0006.” (Promotor de Justiça Rivaldo Frias dos Santos Júnior)

16) 26/06/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

17) 29/07/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

18) 05/09/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

19) 01/10/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

20) 04/12/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

21) 08/01/2020 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

22) 07/02/2020 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 09/05/2020, quando houve nova certidão nos autos.

23) 09/05/2020 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

24) 18/06/2020 Despacho: “1. Considerando que o prazo do presente Inquérito Civil está expirado, havendo, contudo, necessidade de se concluírem as diligências em curso, imprescindíveis à conclusão das investigações, DETERMINO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, (...); 2. Aguarde-se a realização de análise nos autos pelo TCE/SE. (...)” (Promotor de Justiça Fábio Putumujú de Oliveira).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

25) 15/09/2020 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 07/01/2021, quando houve nova certidão nos autos.

26) 07/01/2021 Certidão: “*Certifico, para os devidos fins, que o presente subscritor foi designado pela Portaria nº 1937/20201, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, datada de 02 de dezembro de 2020, para responder, cumulativamente, a partir de 01/01/2021, e até 31/01/2021, pela Promotoria de Justiça de Pacatuba e pela*

Promotoria de Justiça de Gararu.” (Promotor de Justiça Antônio Fernandes da Silva Júnior)

27) 22/03/2021 Autos conclusos. Despacho: “*R. Hoje. Certifique o retorno dos autos físicos do TCE/SE. Após, conclusos. Cumpra-se.*” (Promotor de Justiça Gilvan Oliveira de Rezende).

28) 23/03/2021 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

29) 27/05/2021 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 05 (cinco) meses sem movimentação** até 28/10/2021, quando houve nova certidão nos autos.

30) 28/10/2021 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

31) 29/11/2021 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

32) 07/12/2021 Despacho: “*(...) Diante disso, solicite-se ao TCE/SE que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, se já foi concluída a análise da documentação constante no presente procedimento para emissão do relatório técnico sobre o caso. Em caso positivo, devolvam-se os autos físicos a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Pacatuba – Distritos Brejo Grande e Ilha das Flores.*” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto)

33) 15/12/2021 Despacho: “*Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil, (...), tendo em vista que o prazo está prestes a expirar-se, ainda aguardando resposta do TCE/SE sobre a análise da documentação constante nos autos físicos deste procedimento, outrora encaminhados àquela Corte de Contas. (...).*” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto). Juntada de cópia do Ofício n.º 524/2021/PGJ e cópia do Ofício n.º 525/2021/TCE/SE, conforme despacho promotorial alhures. Despacho: “*Aguarde-se a resposta do expediente.*” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto).

34) 14/02/2022 Certidão: “*Certifico, para os devidos fins, que os autos aguardam a resposta da solicitação realizada através do GED nº 20.27.0177.0000194/2021-05, o qual fora vinculado ao GED*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

nº 20.27.0229.0006119/2021-76, sendo que este último encontra-se com status de ‘arquivado’”. No mais, informo que esta assessoria não obteve acesso ao conteúdo mesmo, em razão de encontrar-se com critério “restrito”, conforme anexos. Dou fé.”

35) 08/03/2022 Juntada do Ofício nº 044/2022, advindo do TCE. Autos conclusos.

36) 02/06/2022 Certidão: “Certifico que, nesta data, entrei em contato com a Equipe Técnica do TCE/SE para obter informações acerca dos procedimentos físicos encaminhados àquela corte de contas, oportunidade em que fui atendido pelo servidor de prenome JAMESSON, o qual se prontificou em encaminhar as peças existentes dos autos de Inquéritos Cíveis de nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009 e 53.17.01.0017 que foram digitalizadas. Dou fé.”

37) 07/06/2022 Juntada da cópia do Ofício nº 718/2022 datado em 03 de junho de 2022 do Procurador Geral de Justiça, juntamente com seus anexos.

38) 18/08/2022 Despacho: “*Designo a assessora QUÉZIA EMANUELA para solicitar da maneira mais eficaz (pessoalmente ou por telefone) apoio operacional da Procuradoria-Geral a fim de conseguir informações junto ao Tribunal de Contas de Sergipe quanto ao pedido de devolução dos autos físicos, formalizado no expediente retro, ainda que seja necessário o deslocamento da servidora para entrevistar-se com o setor competente do TCE.*” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto).

39) 23/08/2022 Certidão: “Certifico que na data de hoje entrei em contato com a Procuradoria-Geral, e em contato com o servidor ROSENALDO ARAGÃO, assessor do gabinete, este informou que em consulta ao Ofício nº 718/2022 – GPGJ, encaminhado ao TCE/SE, consta a informação de que a Diretoria Técnica do TCE/SE já localizou os procedimentos em questão e os entregou à Presidência, em 08 de agosto de 2022, a fim de que fosse promovida a devolução dos inquéritos civis a esta promotoria.”

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 06/12/2022, quando houve nova certidão nos autos.

40) 06/12/2022 Certidão: “*Certifico que, na data de hoje, entrei em contato com a Assessoria de Apoio Operacional do Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, sendo que foi atendido pelo servidor de prenome MARCELO. Este me informou que quanto ao ofício de nº 718/2022 - PGJ, com pedido de devolução dos autos físicos, ainda não foram encontrados todos os procedimentos solicitados, mas assim que forem, serão devolvidos a esta Promotoria. Certifico ainda que o ofício enviado gerou o Protocolo de nº 005541/2022 no TCE/SE. Don fe.*”

41) 06/03/2023 Despacho: “*Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil, (...), tendo em vista que o prazo encontra-se expirado, havendo necessidade de outras diligências. Diligencie junto ao Tribunal de Contas o retorno dos autos físicos.*” (Promotor de Justiça Leydson Gadelha Moreira).

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem**

movimentação até 19/06/2023, quando houve certidão nos autos.

42) 19/06/2023 Certidão: “Certifico que no dia 12 de junho de 2023, entrei em contato com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para colher informações sobre a solicitação de retorno dos autos físicos de nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0009, 53.17.01.0008 e 53.17.01.0010 a esta Promotoria, e me foi esclarecido que a resposta seria dada no ofício de nº 718/2022 – PGJ. Dou fé.”

O Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira foi promovido, por merecimento, para a Promotoria de Justiça de Pacatuba, em 19 de outubro de 2023 (Ato nº 332/2023).

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 26/01/2024, quando houve certidão nos autos.

43) 26/01/2024 Certidão: “Certifico que, na data de hoje, entrei em contato com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe a fim de buscar informações sobre o retorno dos autos físicos de nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0009, 53.17.01.0008 e 53.17.01.0010, encaminhados por meio do Ofício nº 556/2017, em 10 de agosto de 2017, gerando o Protocolo TCE nº 111286/2017, sendo que na oportunidade fui atendida pelo servidor de prenome LUCAS, lotado na Presidência, o qual me relatou que a citada solicitação já foi atendida por meio do Ofício nº 900/2019, sendo remetida ao MP/SE por meio de correspondência física, porém, não sabendo dar maiores informações sobre os autos físicos. Certifico, ainda, que por diversas vezes entrei em contato com a Assessoria da Presidência do TCE/SE, tendo me comunicado com as servidoras ALINE e JAMARA, ocasiões em que informaram que iam diligenciar no sentido de localizar os procedimentos, todavia não deram retorno posteriormente.”

44) 05/04/2024 Despacho: “*Considerando que o prazo do presente Inquérito Civil está expirado, havendo, contudo, a necessidade de outras diligências, imprescindíveis à conclusão das investigações, DETERMINO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, (...). No mais, determino: Oficie-se mais uma vez o TCE/SE, na pessoa de sua atual Presidente e por intermédio do Procurador Geral de Justiça, em atendimento à determinação legal, para que informe, no prazo de 10 dias, se já foi concluída a análise da documentação constante nos autos físicos dos Inquéritos Cíveis nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009 e 53.17.01.0010, que tratam da "Operação Antidesmonte", encaminhados a Egrégia Corte de Contas por meio do protocolo TCE nº 111286/2017, a fim de que fossem emitidos relatórios técnicos. Em caso positivo, devolvam-se os autos físicos a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Pacatuba – Distritos Brejo Grande e Ilha das Flores, acompanhados dos devidos relatórios. Após o decurso do prazo, com ou sem resposta, volvam-se os autos conclusos. Anote-se no sistema PROEJ. Cumpra-se.*” (Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira).

Após referido despacho, o procedimento permaneceu 07 (sete) meses sem movimentação até 06/11/2024, quando foi expedida certidão.

45) 06/11/2024 Certidão registrando nos autos que, no dia 29 de outubro de 2024, a Assessora Operacional da Promotoria de Justiça de Pacatuba compareceu, pessoalmente, à sede do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) com o objetivo de verificar o andamento dos procedimentos encaminhados ao referido Tribunal em 2017, os quais permanecem pendentes de devolução, mesmo após diversas tentativas de contato e solicitação de regularização por parte desta Promotoria de Justiça. Na oportunidade, a servidora do MPSE foi recebida pelo servidor Clayton Arthur de Souza Eufrásio, Assessor de Apoio Processual, a quem a servidora do MPSE relatou a situação e os impactos causados pela ausência de resposta e pela retenção prolongada dos referidos documentos. O servidor do TCE/SE demonstrou compreensão quanto à urgência do caso e comprometeu-se a envidar esforços para localizar e/ou coletar as informações pertinentes. Segundo o Sr. Clayton Eufrásio, será realizada uma busca detalhada, em conjunto com a assessoria da Presidência do TCE/SE, com o intuito de promover a regularização e garantir a devolução dos documentos pendentes à Promotoria de Justiça de Pacatuba.

Inquérito Civil nº 53.17.01.0006 (Registrado em **01) 09/02/2017** Registro da Notícia de Fato.

09/02/2017)

Objeto: Possível Improbidade Administrativa *requisitando informações e documentos sobre supostos pagamentos realizados por Cheques Caixas decorrente da emissão de cheques caixas pela Câmara àquela autarquia.* 3- *Oficie-se ao BANESE, requisitando as microfilmagens dos cheques.* Municipal de Vereadores de Brejo Grande. (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral). Juntada de cópia dos ofícios expedidos ao INSS e ao

Planejamento Estratégico? Sim. Apoio às vítimas de BANESE.

crimes: Dar atenção às testemunhas e vítimas da **03) 14/03/2017** Despacho: “(...) e tendo em vista que o prazo inicial de 30 (trinta) dias não foi criminalidade. suficiente para angariar as informações preliminares acerca dos fatos objeto de apuração,

Especialidade: Patrimônio Público.

Assunto: 10012 DIREITO ADMINISTRATIVO E *Promovam-se as necessárias alterações no PROEJ e cumpram-se as determinações já constantes em OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > despacho anterior nos autos.*” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral)

Atos Administrativos > Improbidade Administrativa **04) 15/03/2017** Juntada de documentos da agência do Banese de Neópolis.

> Dano ao Erário

05) 11/04/2017 Portaria 16/2017, cujo objeto é apurar possível improbidade administrativa decorrente da emissão de Cheques Caixa, pela Câmara Municipal de Vereadores de Brejo Grande, determina instauração de Inquérito Civil, para tanto. Despacho: “R. Hoje. Diante da necessidade de haver aprofundamento nas investigações, eis que, no prazo estipulado para conclusão da notícia de fato, não foi finalizado o feito, INSTAURO INQUÉRITO CIVIL, por meio da publicação da Portaria anexa. Procedam-se às alterações necessárias no PROEJ e publique-se a portaria do DOFe.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral.)

06) 12/04/2017 Juntada de documentos advindo do INSS.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Após a referida juntada, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 10/08/2017, quando houve despacho nos autos.

07) 10/08/2017 Despacho: “*Diante da juntada da documentação requisitada ao Município nos autos, e estando o presente procedimento inserido no âmbito da Operação Antidesmonte, remetam-se os autos ao CAOP de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária, para encaminhamento ao TCE/SE, para fins de análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.*” (Luciana Duarte Sobral). Juntada de cópia do ofício enviado ao CAOP do Patrimônio Público e da Ordem Tributária.

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 29/11/2017, quando houve certidão nos autos.

08) 29/11/2017 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

09) 26/02/2018 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

10) 10/04/2018 Despacho: “*(...) Assim, diante da necessidade da conclusão das diligências e se colherem mais provas que instruem o possível ajuizamento de Ação Civil Pública ou o arquivamento, com fulcro no Artigo 32 da Resolução Nº 008/2015-CPJ, prorrogo o prazo para conclusão do Inquérito Civil de nº 53.17.01.0006.*” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral)

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 10/07/2018, quando houve certidão nos autos.

11) 10/07/2018 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 05/02/2019, quando houve nova certidão nos autos

12) 05/02/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

13) 21/03/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

14) 30/04/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

15) 29/05/2019 Despacho: “*(...) Assim, diante da necessidade da conclusão das diligências e se colherem mais provas que instruem o possível ajuizamento de Ação Civil Pública ou o arquivamento, com fulcro no Artigo 32 da Resolução Nº 008/2015-CPJ, prorrogo o prazo para conclusão do Inquérito Civil de nº 53.17.01.0006.*” (Promotor de Justiça Rivaldo Frias dos Santos Júnior)

16) 26/06/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

17) 29/07/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

18) 05/09/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

19) 01/10/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

20) 04/12/2019 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

21) 08/01/2020 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

22) 07/02/2020 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 09/05/2020, quando houve nova certidão nos autos.

23) 09/05/2020 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

24) 18/06/2020 Despacho: “1. *Considerando que o prazo do presente Inquérito Civil está expirado, havendo, contudo, necessidade de se concluírem as diligências em curso, imprescindíveis à conclusão das investigações, DETERMINO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, (...); 2. Aguarde-se a realização de análise nos autos pelo TCE/SE. (...)*” (Promotor de Justiça Fábio Putumujú de Oliveira).

25) 15/09/2020 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 07/01/2021, quando houve nova certidão nos autos.

26) 07/01/2021 Certidão: “*Certifico, para os devidos fins, que o presente subscritor foi designado pela Portaria nº 1937/20201, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, datada de 02 de dezembro de 2020, para responder, cumulativamente, a partir de 01/01/2021, e até 31/01/2021, pela Promotoria de Justiça de Pacatuba e pela*

Promotoria de Justiça de Gararu.” (Promotor de Justiça Antônio Fernandes da Silva Júnior)

27) 22/03/2021 Autos conclusos. Despacho: “*R. Hoje. Certifique o retorno dos autos físicos do TCE/SE. Após, conclusos. Cumpra-se.*” (Promotor de Justiça Gilvan Oliveira de Rezende).

28) 23/03/2021 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

29) 27/05/2021 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 05 (cinco) meses sem movimentação** até 28/10/2021, quando houve nova certidão nos autos.

30) 28/10/2021 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

31) 29/11/2021 Certidão de localização dos autos físicos no TCE/SE, aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.

32) 07/12/2021 Despacho: “(...) Diante disso, solicite-se ao TCE/SE que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, se já foi concluída a análise da documentação constante no presente procedimento para emissão do relatório técnico sobre o caso. Em caso positivo, devolvam-se os autos físicos a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Pacatuba – Distritos Brejo Grande e Ilha das Flores.” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto)

33) 15/12/2021 Despacho: “Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil, (...), tendo em vista que o prazo está prestes a expirar-se, ainda aguardando resposta do TCE/SE sobre a análise da documentação constante nos autos físicos deste procedimento, outrora encaminhados àquela Corte de Contas. (...)” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto). Juntada de cópia do Ofício n.º 524/2021/PGJ e cópia do Ofício n.º 525/2021/TCE/SE, conforme despacho promotorial alhures. Despacho: “Aguarde-se a resposta do expediente.” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto).

34) 14/02/2022 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos aguardam a resposta da solicitação realizada através do GED n.º 20.27.0177.0000194/2021-05, o qual fora vinculado ao GED n.º 20.27.0229.0006119/2021-76, sendo que este último encontra-se com status de ‘arquivado’”. No mais, informo que esta assessoria não obteve acesso ao conteúdo mesmo, em razão de encontrar-se com critério “restrito”, conforme anexos. Dou fé.”

35) 08/03/2022 Juntada do Ofício n.º 044/2022, advindo do TCE. Autos conclusos.

36) 02/06/2022 Certidão: “Certifico que, nesta data, entrei em contato com a Equipe Técnica do TCE/SE para obter informações acerca dos procedimento físicos encaminhados àquela corte de contas, oportunidade em que fui atendido pelo servidor de prenome JAMESSON, o qual se prontificou em encaminhar aos peças existentes dos autos de Inquéritos Cíveis de n.º 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009 e 53.17.01.0017 que foram digitalizadas. Dou fe.”

37) 07/06/2022 Juntada da cópia do Ofício n.º 718/2022 datado em 03 de junho de 2022 do Procurador Geral de Justiça, juntamente com seus anexos.

38) 18/08/2022 Despacho: “Designo a assessora QUÉZIA EMANUELA para solicitar da maneira mais eficaz (pessoalmente ou por telefone) apoio operacional da Procuradoria-Geral a fim de

conseguir informações junto ao Tribunal de Contas de Sergipe quanto ao pedido de devolução dos autos físicos, formalizado no expediente retro, ainda que seja necessário o deslocamento da servidora para entrevistar-se com o setor competente do TCE.” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto).

39) 23/08/2022 Certidão: “Certifico que na data de hoje entrei em contato com a Procuradoria-Geral, e em contato com o servidor ROSENALDO ARAGÃO, assessor do gabinete, este informou que em consulta ao Ofício nº 718/2022 – GPGJ, encaminhado ao TCE/SE, consta a informação de que a Diretoria Técnica do TCE/SE já localizou os procedimentos em questão e os entregou à Presidência, em 08 de agosto de 2022, a fim de que fosse promovida a devolução dos inquéritos civis a esta promotoria.”

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 06/12/2022, quando houve nova certidão nos autos.

40) 06/12/2022 Certidão: “Certifico que, na data de hoje, entrei em contato com a Assessoria de Apoio Operacional do Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, sendo que foi atendido pelo servidor de prenome MARCELO. Este me informou que quanto ao ofício de nº 718/2022 - PGJ, com pedido de devolução dos autos físicos, ainda não foram encontrados todos os procedimentos solicitados, mas assim que forem, serão devolvidos a esta Promotoria. Certifico ainda que o ofício enviado gerou o Protocolo de n.º 005541/2022 no TCE/SE. Don fe.”

41) 06/03/2023 Despacho: “Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil, (...), tendo em vista que o prazo encontra-se expirado, havendo necessidade de outras diligências. Diligencie junto ao Tribunal de Contas o retorno dos autos físicos.” (Promotor de Justiça Leydson Gadelha Moreira). Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 19/06/2023, quando houve certidão nos autos.

42) 19/06/2023 Certidão: “Certifico que no dia 12 de junho de 2023, entrei em contato com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para colher informações sobre a solicitação de retorno dos autos físicos de nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0009, 53.17.01.0008 e 53.17.01.0010 a esta Promotoria, e me foi esclarecido que a resposta seria dada no ofício de nº 718/2022 – PGJ. Dou fê.”

O Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira foi promovido, por merecimento, para a Promotoria de Justiça de Pacatuba, em 19 de outubro de 2023 (Ato nº 332/2023).

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 26/01/2024, quando houve certidão nos autos.

43) 26/01/2024 Certidão: “Certifico que, na data de hoje, entrei em contato com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe a fim de buscar informações sobre o retorno dos autos físicos de nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0009, 53.17.01.0008 e 53.17.01.0010, encaminhados por



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

meio do Ofício nº 556/2017, em 10 de agosto de 2017, gerando o Protocolo TCE nº 111286/2017, sendo que na oportunidade fui atendida pelo servidor de prenome LUCAS, lotado na Presidência, o qual me relatou que a citada solicitação já foi atendida por meio do Ofício nº 900/2019, sendo remetida ao MP/SE por meio de correspondência física, porém, não sabendo dar maiores informações sobre os autos físicos. Certifico, ainda, que por diversas vezes entrei em contato com a Assessoria da Presidência do TCE/SE, tendo me comunicado com as servidoras ALINE e JAMARA, ocasiões em que informaram que iam diligenciar no sentido de localizar os procedimentos, todavia não deram retorno posteriormente.”

44) 05/04/2024 Despacho: *“Considerando que o prazo do presente Inquérito Civil está expirado, havendo, contudo, a necessidade de outras diligências, imprescindíveis à conclusão das investigações, DETERMINO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, (...). No mais, determino: Oficie-se mais uma vez o TCE/SE, na pessoa de sua atual Presidente e por intermédio do Procurador Geral de Justiça, em atendimento à determinação legal, para que informe, no prazo de 10 dias, se já foi concluída a análise da documentação constante nos autos físicos dos Inquéritos Cíveis nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009 e 53.17.01.0010, que tratam da “Operação Antidesmonte”, encaminhados a Egrégia Corte de Contas por meio do protocolo TCE nº 111286/2017, a fim de que fossem emitidos relatórios técnicos. Em caso positivo, devolvam-se os autos físicos a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Pacatuba – Distritos Brejo Grande e Ilha das Flores, acompanhados dos devidos relatórios. Após o decurso do prazo, com ou sem resposta, volvam-se os autos conclusos. Anote-se no sistema PROEJ. Cumpra-se.”* (Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira).

Após referido despacho, **o procedimento permaneceu 07 (sete) meses sem movimentação** até 06/11/2024, quando foi expedida certidão.

45) 06/11/2024 Certidão registrando nos autos que, no dia 29 de outubro de 2024, a Assessora Operacional da Promotoria de Justiça de Pacatuba compareceu, pessoalmente, à sede do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) com o objetivo de verificar o andamento dos procedimentos encaminhados ao referido Tribunal em 2017, os quais permanecem pendentes de devolução, mesmo após diversas tentativas de contato e solicitação de regularização por parte desta Promotoria de Justiça. Na oportunidade, a servidora do MPSE foi recebida pelo servidor Clayton Arthur de Souza Eufrásio, Assessor de Apoio Processual, a quem a servidora do MPSE relatou a situação e os impactos causados pela ausência de resposta e pela retenção prolongada dos referidos documentos. O servidor do TCE/SE demonstrou compreensão quanto à urgência do caso e comprometeu-se a enviar esforços para localizar e/ou coletar as informações pertinentes. Segundo o Sr. Clayton Eufrásio, será realizada uma busca detalhada, em conjunto com a assessoria da Presidência do TCE/SE, com o

intuito de promover a regularização e garantir a devolução dos documentos pendentes à Promotoria de Justiça de Pacatuba.

Inquérito Civil nº 53.17.01.0008 (Registrado em **01) 15/02/2017** Registro da Notícia de Fato.

15/02/2017)

02) 03/03/2017 Despacho: “R.H. 1) Registre-se como N.F. no Proej. 2) Oficie-se ap gerente da Objeto: Possíveis ilegalidades na emissão de *Instituição Financeira na qual o município tem contas bancárias, requisitando as microfilmagens dos Cheques-caixa e realização de saques da prefeitura de cheques caixa da Prefeitura Municipal de Pacatuba no ano de 2016, no prazo de 15 (quinze) dias.*” Pacatuba, segundo relatório enviado pelo tribunal de (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral.). Juntada de cópia do Ofício 141/2017, expedido em contas.

Planejamento Estratégico? Sim. Apoio às vítimas de **03) 14/03/2017** Despacho: “(...) e tendo em vista que o prazo inicial de 30 (trinta) dias não foi crimes. Dar atenção às testemunhas e vítimas das *suficiente para angariar as informações preliminares acerca dos fatos objeto de apuração, criminalidade.*

Especialidade: Patrimônio Público.

Assunto: 10012 DIREITO ADMINISTRATIVO E despacho anterior nos autos.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral.)

OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > **04) 12/04/2017** Juntada de documentos do Banese.

Atos Administrativos > Improbidade Administrativa **05) 18/04/2017** Portaria n.º 17/2017, cujo objeto é apurar possíveis ilegalidades na realização de Saques e descontos de Cheques-Caixa da Prefeitura de Pacatuba, segundo relatório enviado pelo Tribunal de Contas, Operação Antidesmonte. Despacho: “Diante da necessidade de haver aprofundamento nas investigações, eis que, no prazo estipulado para conclusão da notícia de fato, não foi finalizado o feito, INSTAURO INQUERITO CIVIL, por meio da publicação da Portaria anexa. Procedam-se às alterações necessárias no PROEJ e publique-se a portaria do DOFe.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral)

> Dano ao Erário

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 08/08/2017, quando houve juntada nos autos.

06) 08/08/2017 Juntada de extratos e processo de despesa dos cheques e saques da prefeitura de Pacatuba.

07) 10/08/2017 Despacho: “Diante da juntada da documentação requisitada ao Município nos autos, e estando o presente procedimento inserido no âmbito da Operação Antidesmonte, remetam-se os autos ao CAOP de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária, para encaminhamento ao TCE/SE, para fins de análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral). Juntada de cópia do Ofício n.º 556/2017, encaminhando procedimento ao CAOP do Patrimônio.

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 29/11/2017, quando houve certidão nos autos.

08) 29/11/2017 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação

constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

09) 26/02/2018 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

10) 23/04/2018 Despacho: “(...) Assim, aguarde-se o retorno dos autos físicos a Promotoria para ulteriores designações. Diante da necessidade da conclusão das diligências e se colherem mais provas que instruem o possível ajuizamento de Ação Civil Pública ou o arquivamento, com fulcro no Artigo 32 da Resolução Nº 008/2015- CPJ, prorrogo o prazo para conclusão do Inquérito Civil de nº 53.17.01.0008. ” (Promotor de Justiça Iúri Marcel Menezes Borges).

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 08 (oito) meses sem movimentação** até 05/02/2019, quando houve certidão nos autos.

11) 05/02/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

12) 21/03/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

13) 30/04/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

14) 11/06/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

15) 29/07/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

16) 05/09/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE.”

17) 01/10/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do procedimento encontram-se aguardando perícia técnica complementar a ser realizada pelo Tribunal de Contas de Estado - TCE.”

18) 04/12/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do procedimento encontram-se aguardando perícia técnica complementar a ser realizada pelo Tribunal de Contas de Estado - TCE.”

19) 08/01/2020 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do procedimento



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

encontram-se aguardando perícia técnica complementar a ser realizada pelo Tribunal de Contas de Estado - TCE.”

20) 07/02/2020 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do procedimento encontram-se aguardando perícia técnica complementar a ser realizada pelo Tribunal de Contas de Estado – TCE.”

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 09/05/2020, quando houve nova certidão nos autos.

21) 09/05/2020 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação anexa e emissão de relatório técnico sobre o caso. Dou fé.”

22) 26/06/2020 Despacho: “1. Considerando que o prazo do presente Inquérito Civil está expirado, havendo, contudo, necessidade de se concluírem as diligências em curso, imprescindíveis à conclusão das investigações, DETERMINO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, (...); 2. Aguarde-se a conclusão da análise nos autos pelo TCE/SE. Promovam-se as necessárias alterações no PROEJ.” (Promotor de Justiça Fábio Putumujú de Oliveira)

23) 15/09/2020 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação anexa e emissão de relatório técnico sobre o caso. Dou fé.”

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 07/01/2021, quando houve nova certidão nos autos.

24) 07/01/2021 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que o presente subscritor foi designado pela Portaria nº 1937/20201, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, datada de 02 de dezembro de 2020, para responder, cumulativamente, a partir de 01/01/2021, e até 31/01/2021, pela Promotoria de Justiça de Pacatuba e pela Promotoria de Justiça de Gararu.” (Promotor de Justiça Antônio Fernandes da Silva Júnior.)

25) 22/03/2021 Autos conclusos. Despacho: “R. Hoje. Certifique o retorno dos autos físicos do TCE/SE. Após, conclusos. Cumpra-se” (Promotor de Justiça Gilvan Oliveira de Rezende).

26) 23/03/2021 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que o presente procedimento físico encontra-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

27) 27/05/2021 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que o presente procedimento físico encontra-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 05 (cinco) meses sem movimentação** até 28/10/2021, quando houve nova certidão nos autos.

28) 28/10/2021 Certidão: Certifico, para os devidos fins, que o presente procedimento físico encontra-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

29) 29/11/2021 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que o presente procedimento físico encontra-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

30) 07/12/2021 Despacho: “(...) *Ocorre que, conforme despacho datado de 10 de agosto de 2017, fora determinada a remessa dos autos físicos do presente procedimento ao CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária para encaminhamento ao TCE/SE, todavia, até o presente momento não retornaram a esta Promotoria de Justiça, conforme última certidão datada de 29 de novembro de 2021. Diante disso, solicite-se ao TCE/SE que informe, (...), se já foi concluída a análise da documentação constante no presente procedimento para emissão do relatório técnico sobre o caso. Em caso positivo, devolvam-se os autos físicos a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Pacatuba – Distritos Brejo Grande e Ilha das Flores.*” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto.)

31) 15/12/2021 Juntada de cópia do Ofício n.º 530/2021/PGJ e do Ofício n.º 531/2021/TCE/SE, solicita informações sobre a análise da documentação. Despacho: “*Aguarde-se a resposta do expediente.*” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto).

32) 02/02/2022 Despacho: “*Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil, (...), ainda aguardando resposta do TCE/SE sobre a análise da documentação constante nos autos físicos deste procedimento, outrora encaminhados à referida Corte de Contas. (...).*” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto).

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 27/05/2022, quando houve certidão nos autos.

33) 27/05/2022 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que até a presente data não houve resposta ao ofício n.º 531/2021. Dou fé.”

34) 02/06/2022 Certidão: “Certifico que, nesta data, entrei em contato com a Equipe Técnica do TCE/SE para obter informações acerca dos procedimentos físicos encaminhados aquela corte de contas, oportunidade em que fui atendido pelo servidor de prenome JAMESSQN, o qual se prontificou em encaminhar as peças existentes dos autos de Inquéritos Cíveis de n.º 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009 e 53.17.01.0017 que foram digitalizadas. Dou fé.”

35) 07/06/2022 Juntada de cópia do Ofício n.º 718/2022, datado em 03 de junho de 2022, do Procurador-Geral de Justiça, juntamente com seus anexos.

36) 18/08/2022 Despacho: “*Designo a assessora QUÉZIA EMANUELA para solicitar da maneira mais eficaz (pessoalmente ou por telefone) apoio operacional da Procuradoria-Geral a fim de*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

conseguir informações junto ao Tribunal de Contas de Sergipe quanto ao pedido de devolução dos autos físicos, formalizado no expediente retro, ainda que seja necessário o deslocamento da servidora para entrevistar-se com o setor competente do TCE.” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto).

37) 23/08/2022 Certidão: “Certifico que na data de hoje entrei em contato com a Procuradoria-Geral, e em contato com o servidor ROSENALDO ARAGÃO, assessor do gabinete, este informou que em consulta ao Ofício nº 718/2022 – GPGJ, encaminhado ao TCE/SE, consta a informação de que a Diretoria Técnica do TCE/SE já localizou os procedimentos em questão e os entregou à Presidência, em 08 de agosto de 2022, a fim de que fosse promovida a devolução dos inquéritos civis a esta promotoria.”

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 06/12/2022, quando houve nova certidão nos autos.

38) 06/12/2022 Certidão: “Certifico que, na data de hoje, entrei em contato com a Assessoria de Apoio Operacional do Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, sendo que foi atendido pelo servidor de prenome MARCELO. Este me informou que quanto ao ofício de n.º 718/2022 - PGJ, com pedido de devolução dos autos físicos, ainda não foram encontrados todos os procedimentos solicitados, mas assim que forem, serão devolvidos a esta Promotoria. Certifico ainda que o ofício enviado gerou o Protocolo de n.º 5541/2022 no TCE/SE. Don fê.”

39) 08/03/2023 Despacho: “*Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil, (...), tendo em vista que o prazo encontra-se expirado, havendo necessidade de outras diligências. Diligencie junto ao Tribunal de Contas o retorno dos autos físicos.*” (Promotor de Justiça Leydson Gadelha Moreira). Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 19/06/2023, quando houve certidão nos autos.

40) 19/06/2023 Certidão: “Certifico que no dia 12 de junho de 2023, entrei em contato com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para colher informações sobre a solicitação de retorno dos autos físicos de nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0009, 53.17.01.0008 e 53.17.01.0010 a esta Promotoria, e me foi esclarecido que a resposta seria dada no ofício de nº 718/2022 – PGJ. Dou fê.”

O Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira foi promovido, por merecimento, para a Promotoria de Justiça de Pacatuba, em 19 de outubro de 2023 (Ato nº 332/2023).

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 26/01/2024, quando houve certidão nos autos.

41) 26/01/2024 Certidão: “Certifico que, na data de hoje, entrei em contato com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe a fim de buscar informações sobre o retorno dos autos físicos (...), encaminhados por meio do Ofício nº 556/2017, sendo que na oportunidade fui atendida pelo servidor

de prenome LUCAS, lotado na Presidência, o qual me relatou que a citada solicitação já foi atendida por meio do Ofício nº 900/2019, sendo remetida ao MP/SE por meio de correspondência física, porém, não sabendo dar maiores informações sobre os autos físicos. Certifico, ainda, que por diversas vezes entrei em contato com a Assessoria da Presidência do TCE/SE, tendo me comunicado com as servidoras ALINE e JAMARA, ocasiões em que informaram que iam diligenciar no sentido de localizar os procedimentos, todavia não deram retorno posteriormente.”

42) 08/04/2024 Despacho: *“Considerando que o prazo do presente Inquérito Civil está expirado, havendo, contudo, a necessidade de outras diligências, imprescindíveis à conclusão das investigações, DETERMINO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, (...). No mais, determino: Oficie-se mais uma vez o TCE/SE, na pessoa de sua atual Presidente e por intermédio do Procurador Geral de Justiça, em atendimento à determinação legal, para que informe, no prazo de 10 dias, se já foi concluída a análise da documentação constante nos autos físicos dos Inquéritos Civis nº (...), que tratam da "Operação Antidesmonte", encaminhados a Egrégia Corte de Contas por meio do protocolo TCE nº 111286/2017, a fim de que fossem emitidos relatórios técnicos. Em caso positivo, devolvam-se os autos físicos a esta Promotoria de Justiça (...), acompanhados dos devidos relatórios. Após o decurso do prazo, com ou sem resposta, volvam-se os autos conclusos. Anote-se no sistema PROEJ. Cumpra-se.”* (Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira). Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 06/11/2024, quando houve certidão nos autos.

43) 06/11/2024 Certidão: *“Certifico, para os devidos fins, que no dia 29 de outubro de 2024, compareci pessoalmente à sede do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) com o objetivo de verificar o andamento dos procedimentos encaminhados a este Tribunal em 2017, os quais permanecem pendentes de devolução, mesmo após diversas tentativas de contato e solicitação de regularização por parte desta Promotoria de Justiça. Na oportunidade, fui recebida pelo servidor Clayton Arthur de Souza Eufrásio, Assessor de Apoio Processual, a quem relatei a situação e os impactos causados pela ausência de resposta e pela retenção prolongada dos referidos documentos. O mencionado servidor demonstrou compreensão quanto à urgência do caso e comprometeu-se a envidar esforços para localizar e/ou coletar as informações pertinentes. Segundo o Sr. Clayton Eufrásio, será realizada uma busca detalhada, em conjunto com a assessoria da Presidência do TCE/SE, com o intuito de promover a regularização e garantir a devolução dos documentos pendentes a esta Promotoria. Ficando registrado o empenho do referido servidor em adotar as providências necessárias para o deslinde da questão.”*

Inquérito Civil nº 53.17.01.0009 (Registrado em **01) 15/02/2017** Registro da Notícia de Fato.

15/02/2027)

02) 03/03/2017 Despacho: *“R.H. 1) Registre-se como N.F. no PROEJ. 2) Oficie-se ao gerente da*

Objeto: Possíveis ilegalidades na realização de saques *Instituição Financeira na qual a Câmara de Pacatuba tem conta bancária, requisitando as*

e descontos de cheques - caixa (à boca do caixa) da microfilmagens de todos os cheques-caixas daquela Casa Legislativa no ano de 2016, bem como do Câmaras de Vereadores de Pacatuba.

Planejamento Estratégico? Sim. Apoio às vítimas de (quinze) dias, e dos cheques informados como sendo pagamento ao INSS. 3) Oficie-se ao INSS para crimes. Dar atenção às testemunhas e vítimas da que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe ao MP se as quantias informadas na tabela de fls. retro criminalidade.

Especialidade: Patrimônio Público.

Assunto: 10012 Direito Administrativo e outras cópia dos Ofícios 138/2017 e 139/2017, respectivamente endereçados ao INSS e BANESE

Matérias de Direito Público > Atos Administrativos > **03) 14/03/2017** Despacho: “(...) e tendo em vista que o prazo inicial de 30 (trinta) dias não foi suficiente para angariar as informações preliminares acerca dos fatos objeto de apuração, PRORROGO O PRAZO da presente Notícia de Fato por igual período de 30 (trinta) dias. Promovam-se as necessárias alterações no PROEJ e cumpram-se as determinações já constantes em despacho anterior nos autos.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral).

Improbidade Administrativa > Dano ao Erário

04) 12/04/2017 Juntada de documentos do INSS e do BANESE.

05) 18/04/2017 Portaria n.º 18/2017, instaura Inquérito Civil, cujo objeto é apurar possíveis ilegalidades na realização de saques e descontos de cheques Caixa (à boca do caixa) da Câmara de Vereadores de Pacatuba, segundo relatório enviado pelo Tribunal de Contas, na Operação Antidesmonte. Despacho: “Diante da necessidade de haver aprofundamento nas investigações, eis que, no prazo estipulado para conclusão da notícia de fato, não foi finalizado o feito, INSTAURO INQUÉRITO CIVIL, por meio da publicação da Portaria anexa. Procedam-se às alterações necessárias no PROEJ e publique-se a portaria do DOFe.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral).

06) 09/05/2017 Juntada de resposta do INSS

Após a referida juntada, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 08/08/2017, quando houve despacho nos autos.

07) 08/08/2017 Despacho: “Diante do teor do expediente retro, oficie-se à Delegacia da Receita Federal do Brasil requisitando as informações buscadas nos autos.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral)

08) 09/08/2017 Juntada de cópia do Ofício n.º 550/2017, em atendimento ao despacho retro.

09) 10/08/2017 Despacho: “R. Hoje. Diante da juntada da documentação requisitada ao Município nos autos, e estando o presente procedimento inserido no âmbito da Operação Antidesmonte, remetam-se os autos ao CAOP de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária, para fins de análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral). Juntada de cópia do Ofício 556/2017, conforme despacho alhures.

Após o referido despacho e juntada, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem**

movimentação até 29/11/2017, quando houve certidão nos autos.

10) 29/11/2017 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

11) 26/02/2018 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

12) 23/04/2018 Despacho: “(...) Assim, aguarde-se o retorno dos autos físicos a Promotoria para ulteriores designações. Diante da necessidade da conclusão das diligências e se colherem mais provas que instruem o possível ajuizamento de Ação Civil Pública ou o arquivamento, (...), prorrogo o prazo de conclusão do Inquérito Civil de n.º 53.17.01.0009.” (Promotor de Justiça Iúri Marcel Menezes Borges)

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 08 (oito) meses sem movimentação** até 05/02/2019, quando houve certidão nos autos.

13) 05/02/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

14) 21/03/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

15) 30/04/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

16) 29/05/2019 Despacho: “(...) Assim, diante da necessidade da conclusão das diligências e se colherem mais provas que instruem o possível ajuizamento de Ação Civil Pública ou o arquivamento, com fulcro no Artigo 32 da Resolução n.º 008/2015-CPJ, prorrogo o prazo para conclusão do Inquérito Civil de n.º 53.17.01.0009.” (Promotor de Justiça Rivaldo Frias dos Santos Júnior)

17) 26/06/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

18) 29/07/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

19) 05/09/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que, os autos físicos do presente procedimento encontra-se TCE.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

20) 01/10/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do procedimento encontram-se aguardando perícia técnica complementar a ser realizada pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE.”

21) 04/12/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do procedimento encontram-se aguardando perícia técnica complementar a ser realizada pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE.”

22) 08/01/2020 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do procedimento encontram-se aguardando perícia técnica complementar a ser realizada pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE.”

23) 07/02/2020 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do procedimento encontram-se aguardando perícia técnica complementar a ser realizada pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE.”

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 08 (oito) meses sem movimentação** até 09/05/2020, quando houve nova certidão nos autos.

24) 09/05/2020 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação anexa e emissão de relatório técnico sobre o caso. Dou fé.”

25) 26/06/2020 Despacho: “1. Considerando que o prazo do presente Inquérito Civil está expirado, havendo, contudo, necessidade de se concluírem as diligências em curso, imprescindíveis a conclusão das investigações, DETERMINO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Corregedoria-Geral e à Coordenadoria-Geral, com fulcro no art. 32 da Resolução n.º 08/2015-CPJ; 2. Aguarde-se a conclusão da análise nos autos pelo TCE/SE. Promovam-se as necessárias alterações no PROEJ. Cumpra-se.” (Promotor de Justiça Fábio Putumuju de Oliveira)

26) 15/09/2020 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se no TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação anexa e emissão de relatório técnico sobre o caso. Dou fé.”

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 07/01/2021, quando houve nova certidão nos autos.

27) 07/01/2021 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que o presente subscritor foi designado pela Portaria n.º 1937/2021, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, datada de 02 de dezembro de 2020, para responder, cumulativamente, a partir de 01/01/2021, e até 31/01/2021, pela Promotoria de Justiça de Pacatuba e pela Promotoria de Justiça de Gararu.” (Promotor de Justiça Antônio Fernandes da Silva Júnior)

28) 22/03/2021 Autos conclusos. Despacho: “R. Hoje. Certifique o retorno dos autos físicos do TCE/

SE. Após, conclusos. Cumpra-se.” (Promotor de Justiça Gilvan Oliveira de Rezende)

29) 23/03/2021 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que o presente procedimento físico encontra-se o TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

30) 27/05/2021 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que o presente procedimento físico encontra-se o TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 05 (cinco) meses sem movimentação** até 28/10/2021, quando houve nova certidão nos autos.

31) 28/10/2021 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que o presente procedimento físico encontra-se o TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

32) 29/11/2021 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que o presente procedimento físico encontra-se o TCE/SE aguardando a conclusão da análise da documentação constante nos autos e emissão de relatório técnico sobre o caso.”

33) 07/12/2021 Despacho: “(...) Diante disso, solicite-se ao TCE/SE que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, se já foi concluída a análise da documentação constante no presente procedimento para emissão do relatório técnico sobre o caso. Em caso positivo, devolvam-se is autos físicos a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Pacatuba – Distritos Brejo Grande e Ilha das Flores.” (Promotor Raymundo Napoleão Ximenes Neto.)

34) 15/12/2021 Juntada de cópia do Ofício n.º 528/2021 e 529/2021, respectivamente endereçados ao PGJ/MPSE e ao TCE/SE. Despacho: “Aguarde-se a resposta do expediente.” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto)

35) 02/02/2022 Despacho: “Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil, com fulcro no caput do artigo 32 da Resolução n.º 008/2015-CPJ, tendo em vista que o prazo está prestes a expirar-se, ainda aguardando resposta do TCE/SE sobre a análise da documentação constante nos autos físicos deste procedimento, outrora encaminhados à referida Corte de Contas. Dê-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Corregedoria-Geral e à Coordenadoria-Geral.” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto)

36) 31/03/2022 Juntada de cópia do Ofício n.º 050/2022, endereçado à sua Excelência o senhor Manoel Cabral Machado Neto, Procurador-Geral de Justiça, conforme despacho alhures. Autos conclusos.

37) 02/06/2022 Certidão: “Certifico que, nesta data, entrei em contato com a Equipe Técnica do TCE/SE para obter informações acerca dos procedimentos físicos encaminhados aquela corte de contas, oportunidade em que fui atendido pelo servidor de prenome JAMESSQN, o qual se prontificou em



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

encaminhar as peças existentes dos autos de Inquéritos Cíveis de nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009 e 53.17.01.0017 que foram digitalizadas. Dou fé.”

38) 07/06/2022 Juntada de cópia do Ofício nº 718/2022 datado em 03 de junho de 2022 do Procurador-Geral de Justiça, juntamente com seus anexos.

39) 18/08/2022 Despacho: “*Designo a assessora QUÉZIA EMANUELA para solicitar da maneira mais eficaz (pessoalmente ou por telefone) apoio operacional da Procuradoria-Geral a fim de conseguir informações junto ao Tribunal de Contas de Sergipe quanto ao pedido de devolução dos autos físicos, formalizado no expediente retro, ainda que seja necessário o deslocamento da servidora para entrevistar-se com o setor competente do TCE.*” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto)

40) 23/08/2022 Certidão: “Certifico que na data de hoje entrei em contato com a Procuradoria-Geral, e em contato com o servidor ROSENALDO ARAGÃO, assessor do gabinete, este informou que em consulta ao Ofício nº 718/2022 – GPGJ, encaminhado ao TCE/SE, consta a informação de que a Diretoria Técnica do TCE/SE já localizou os procedimentos em questão e os entregou à Presidência, em 08 de agosto de 2022, a fim de que fosse promovida a devolução dos inquéritos civis a esta promotoria.”

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 06/12/2022, quando houve nova certidão nos autos.

41) 06/12/2022 Certidão: “Certifico que, na data de hoje, entrei em contato com a Assessoria de Apoio Operacional do Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, sendo que foi atendido pelo servidor de prenome MARCELO. Este me informou que quanto ao ofício de nº 718/2022 - PGJ, com pedido de devolução dos autos físicos, ainda não foram encontrados todos os procedimentos solicitados, mas assim que forem, serão devolvidos a esta Promotoria. Certifico ainda que o ofício enviado gerou o Protocolo de nº 005541/2022 no TCE/SE. Dou fé.”

42) 08/03/2023 Despacho: “*Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil, com fundamento no artigo 32 da Resolução n.º 008/2015 – CPJ, tendo em vista que o prazo encontra-se expirado, havendo necessidade de outras diligências. Diligencie junto ao Tribunal de Contas o retorno dos autos físicos.*” (Promotor de Justiça Leydson Gadelha Moreira)

43) 19/06/2023 Certidão: “Certifico que no dia 12 de junho de 2023, entrei em contato com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para colher informações sobre a solicitação de retorno dos autos físicos de nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0009, 53.17.01.0008 e 53.17.01.0010 a esta Promotoria, e me foi esclarecido que a resposta seria dada no ofício de nº 718/2022 – PGJ. Dou fé.”

O Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira foi promovido, por merecimento, para a Promotoria de Justiça de Pacatuba, em 19 de outubro de 2023 (Ato nº 332/2023).

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 26/01/2024, quando houve nova certidão nos autos.

44) 26/01/2024 Certidão: “Certifico que, na data de hoje, entrei em contato com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe a fim de buscar informações sobre o retorno dos autos físicos de nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0009, 53.17.01.0008 e 53.17.01.0010, encaminhados por meio do Ofício nº 556/2017, em 10 de agosto de 2017, gerando o Protocolo TCE nº 111286/2017, sendo que na oportunidade fui atendida pelo servidor de prenome LUCAS, lotado na Presidência, o qual me relatou que a citada solicitação já foi atendida por meio do Ofício nº 900/2019, sendo remetida ao MP/SE por meio de correspondência física, porém, não sabendo dar maiores informações sobre os autos físicos. Certifico, ainda, que por diversas vezes entrei em contato com a Assessoria da Presidência do TCE/SE, tendo me comunicado com as servidoras ALINE e JAMARA, ocasiões em que informaram que iam diligenciar no sentido de localizar os procedimentos, todavia não deram retorno posteriormente.”

45) 08/04/2024 Despacho: “*Considerando que o prazo do presente Inquérito Civil está expirado, havendo, contudo, a necessidade de outras diligências, imprescindíveis à conclusão das investigações, DETERMINO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, (...). No mais, determino: Oficie-se mais uma vez o TCE/SE, na pessoa de sua atual Presidente e por intermédio do Procurador-Geral de Justiça, em atendimento à determinação legal, para que informe, no prazo de 10 dias, se já foi concluída a análise da documentação constante nos autos físicos dos Inquéritos Cíveis nº 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009 e 53.17.01.0010, que tratam da "Operação Antidesmonte", encaminhados a Egrégia Corte de Contas por meio do protocolo TCE nº 111286/2017, a fim de que fossem emitidos relatórios técnicos. Em caso positivo, devolvam-se os autos físicos a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Pacatuba – Distritos Brejo Grande e Ilha das Flores, acompanhados dos devidos relatórios. Após o decurso do prazo, com ou sem resposta, volvam-se os autos conclusos. Anote-se no sistema PROEJ. Cumpra-se.*” (Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira)

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 06/11/2024, quando houve nova certidão nos autos.

46) 06/11/2024 Certidão: Certifico, para os devidos fins, que no dia 29 de outubro de 2024, compareci pessoalmente à sede do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) com o objetivo de verificar o andamento dos procedimentos encaminhados a este Tribunal em 2017, os quais permanecem pendentes de devolução, mesmo após diversas tentativas de contato e solicitação de regularização por parte desta Promotoria de Justiça. Na oportunidade, fui recebida pelo servidor Clayton Arthur de Souza Eufrásio, Assessor de Apoio Processual, a quem relatei a situação e os

impactos causados pela ausência de resposta e pela retenção prolongada dos referidos documentos. O mencionado servidor demonstrou compreensão quanto à urgência do caso e comprometeu-se a emendar esforços para localizar e/ou coletar as informações pertinentes. Segundo o Sr. Clayton Eufrásio, será realizada uma busca detalhada, em conjunto com a assessoria da Presidência do TCE/SE, com o intuito de promover a regularização e garantir a devolução dos documentos pendentes a esta Promotoria. Ficando registrado o empenho do referido servidor em adotar as providências necessárias para o deslinde da questão.

Inquérito Civil nº 53.18.01.0009 (Registrado em **01) 22/02/2018** Registro da Notícia de Fato. Despacho: “R. Hoje. Oficie-se ao Município de Pacatuba, dirigindo o expediente pessoalmente ao Prefeito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis,

Objeto: Apurar eventuais ilegalidades em contratos remeta a esta Promotoria de Justiça todos os contratos recentes celebrados com a sociedade formado entre o poder público municipal de Pacatuba empresária CONSTRUNews, bem como os procedimentos licitatórios prévios e os processos de e a Construnews, considerando a recente operação pagamentos respectivos.” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral). Juntada de cópia do Ofício Hígia da Promotoria de Justiça de Aquidabã em n.º 77/2018, em conformidade com o despacho promotorial.

conjunto com o Gaeco, a qual desvendou ilegalidade **02) 27/02/2018** Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que compareci à sede da Prefeitura da praticadas pela sociedade empresária citada, naquela cidade de Pacatuba/SE, com o objetivo de notificar o Prefeito do município, Sr. Alexandre da Silva município de Aquidabã, e tendo em vista as notícias martins, acerca do ofício de n.º 77/2018. Faço constar que, em virtude da ausência da referida de que essa mesma sociedade possui contrato recentes autoridade municipal, procedi à notificação através da Procuradora do Município, a Sra. Camila e em vigor, de montantes financeiros vultuosos, com Carvalhal.”

o município de Pacatuba.

03) 19/03/2018 Juntada de documentos advindos da Procuradoria-Geral do Município de Pacatuba.

Planejamento Estratégico? Sim. Apoio às vítimas de **04) 03/04/2018** Despacho: “Com fundamento no art. 3º, caput, da Resolução n.º 174/2017 do CNMP crimes: dar atenção às testemunhas e vítimas da – Conselho Nacional do Ministério Público, e tendo em vista que o prazo inicial de 30 (trinta) dias criminalidade. não foi suficiente para angariar as informações preliminares acerca dos fatos objeto de apuração,

Especialidade: Fiscalização dos Serviços e Relevância PRORROGO O PRAZO da presente Notícia de Fato por 90 (noventa) dias, diante da necessidade da Pública conclusão das diligências. Promovam-se as necessárias alterações no PROEJ e cumpram-se as

Assunto: 10012 DIREITO ADMINISTRATIVO E determinações já constantes em despacho anterior nos autos.” (Promotor de Justiça Maurício OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > Gusmão Magalhães)

Atos Administrativos > Improbidade Administrativa **05) 10/04/2018** Despacho: “R. Hoje. 1- Oficie-se novamente ao Município de Pacatuba, concedendo > Dano ao Erário

o prazo de 15 (quinze) dias para que informe e envie a documentação correspondente acerca de eventuais contratos celebrados pelo Município de Pacatuba e a sociedade empresária CONSTRUNWES, desde o ano de 2013 até os dias atuais. Frise-se que devem ser remetidos cópias dos contratos, procedimentos licitatórios prévios e respectivos processos de pagamento. 2- No mesmo expediente, direcionado ao Prefeito de Pacatuba, requisite-se o envio a esta Promotoria de Justiça, igualmente do prazo de 15 (quinze) dias, de cópia do contrato celebrado pelo ente municipal relativo ao serviço de coleta de lixo, bem como os respectivos procedimento licitatório e processos de pagamento, atualmente em vigor no Município, apresentando tabela explicativa acerca das empresas



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

contratadas e respectivos períodos para o serviço mencionado, abrangendo o período de 2013 até os dias atuais. 3- Oficie-se ao CAOP do Patrimônio Público e Ordem Tributária, solicitando a realização de consultas nos sistemas informatizados do TCE/SE, pesquisando a existência de eventuais contratos do Município de Pacatuba com a CONSTRUNews de 2013 até o momento. ” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral)

06) 08/05/2018 Juntada de cópia do Ofício n.º 167/2018, em atendimento ao despacho promotorial alhures.

07) 27/06/2018 Portaria n.º 18/2018, cujo objeto é apurar improbidade administrativa e outras ilegalidades decorrentes de contratos firmados entre o Poder Público Municipal de Pacatuba e a sociedade empresária CONSTRUNews, considerando as apurações preliminares da Operação Hígia, realizada pelo GAECO e pela Promotoria de Justiça de Aquidabã, que desvendou indícios de fraudes em contratos celebrados pela referida empresa não apenas em Aquidabã, mas aliás em diversos municípios sergipanos. Despacho: “*R. Hoje. Diante da necessidade de haver aprofundamento nas investigações, eis que, no prazo estipulado para conclusão da notícia de fato, não foi finalizado o feito, INSTAURO INQUÉRITO CIVIL, por meio da publicação da Portaria anexa. Procedam-se às alterações necessárias no PROEJ e publique-se a portaria no DOFe.*” (Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral)

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 05 (cinco) meses sem movimentação** até 30/11/2018, quando houve expedição de ofício nos autos.

08) 30/11/2018 Juntada de cópia do Ofício n.º 515/2018, dirigido ao Diretor do Grupo de Apoio às Atividades de Execução do MPSE (GAAE).

09) 06/02/2019 Juntada de cópia do Ofício n.º 146/2019, ao GAAE, que solicitou perícia contábil.

10) 21/03/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se aguardando perícia técnica complementar a ser realizada pelo GAAE a partir de solicitação feita pelo sistema GED (...).”

11) 30/04/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se aguardando perícia técnica complementar a ser realizada pelo GAAE a partir de solicitação feita pelo sistema GED (...).”

12) 11/06/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos físicos do presente procedimento encontram-se aguardando perícia técnica complementar a ser realizada pelo GAAE a partir de solicitação feita pelo sistema GED (...).”

13) 19/07/2019 Despacho: “*(...) Assim, diante da necessidade da conclusão das diligências e de se colherem mais provas que instruem o possível ajuizamento de Ação Civil Pública, ou, ainda, o arquivamento do procedimento, PRORROGO o prazo para a conclusão do IC n.º 53.18.01.0009, com fulcro no art. 32 da Resolução n.º 008/2015 - CPJ*” (Promotor de Justiça Rivaldo Frias dos Santos)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Júnior)

14) 05/09/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que, os autos físicos do presente procedimento encontra-se GAAE.”

15) 01/10/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que, o procedimento encontra-se sujeito à análise técnica junto ao Grupo de Apoio às Atividades de Execução do MPSE – GAAE.”

16) 04/12/2019 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que, o procedimento encontra-se sujeito à análise técnica junto ao Grupo de Apoio às Atividades de Execução do MPSE – GAAE.”

17) 08/01/2020 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que, o procedimento encontra-se sujeito à análise técnica junto ao Grupo de Apoio às Atividades de Execução do MPSE – GAAE.”

18) 07/02/2020 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que, o procedimento encontra-se sujeito à análise técnica junto ao Grupo de Apoio às Atividades de Execução do MPSE – GAAE.”

19) 02/03/2020 Juntada da Análise Técnica nº 05/2020.

20) 10/03/2020 Autos conclusos.

21) 03/06/2020 Despacho: “1. *Relate-se o feito.* 2. *Após, voltem conclusos.*” (Promotor de Justiça Fábio Putumuju de Oliveira)

22) 01/09/2020 Despacho: “*Considerando que alguns documentos não foram juntados ao sistema PROEJ, proceda-se à “juntada dos Autos Físicos” ao sistema, a fim de possibilitar a correta análise do feito.*” (Promotor de Justiça Leydson Gadelha Moreira)

23) 04/09/2020 Despacho: “*Diante da necessidade de haver aprofundamento nas investigações, eis que, no prazo estipulado para conclusão do procedimento administrativo preparatório, não foi adotada nenhuma das medidas legais de finalização do feito, a saber: Arquivamento, Termo de Ajuste ou Judicialização, CONVERTO O PRESENTE PROCEDIMENTO EM INQUÉRITO CIVIL.*” (Promotor de Justiça Leydson Gadelha Moreira)

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 18/12/2020, quando houve novo despacho nos autos.

24) 18/12/2020 Despacho: “1. *Cumpra-se o despacho retro.* 2. *Após, volte conclusos.*” (Promotor de Justiça Fábio Putumuju de Oliveira)

25) 07/01/2021 Certidão de designação de Promotor de Justiça, a partir de 01/01/2021. “*Certifico, para os devidos fins, que o presente subscritor foi designado pela Portaria nº 1937/20201, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, datada de 02 de dezembro de 2020, para responder, cumulativamente, a partir de 01/01/2021, e até 31/01/2021, pela Promotoria de Justiça de Pacatuba e pela*

Promotoria de Justiça de Gararu.” (Promotor de Justiça Antônio Fernandes da Silva Júnior)

26) 23/03/2021 Autos conclusos. Despacho: “*R. Hoje. Certifique se houve cumprimento ao contido no despacho datado de 01/09/2020. Em caso negativo, cumpra-se com urgência. Após, conclusos.*”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

(Promotor de Justiça Gilvan Oliveira de Rezende)

27) 24/03/2021 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que o despacho datado de 01/09/2020 não fora cumprido até o presente momento. Outrossim, informo que os autos aguardam o retorno das atividades presenciais para que tão logo venha a ser regularizado, observando-se o disposto na Portaria Conjunta nº 627/2021, de 18 de março de 2021 (trabalho remoto integral), como forma de medida de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19). Dou fé.”

28) 27/05/2021 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que observando-se o disposto na Portaria Conjunta nº 968/2021, de 14 de maio de 2021, que prorroga o regime de trabalho remoto integral (home office) até 31/05/2021, os autos aguardam o retorno das atividades presenciais para que tão logo venha a ser regularizado.”

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 23/09/2021, quando houve conclusão dos autos.

29) 23/09/2021 Autos conclusos.

Após a referida conclusão, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 18/04/2022, quando houve despacho nos autos.

30) 18/04/2022 Despacho: “*Considerando que o decurso do prazo de conclusão deste Inquérito Civil encontra-se prestes a expirar, bem como que se encontra regular e permanecendo em tramitação, aguardando o envio da representação ao TCSE, PRORROGO o prazo para conclusão do Inquérito Civil, com fulcro no artigo 32 da Resolução nº 008/2015 – CPJ.*” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto). Juntada de Representação ao TCE/SE, em face da, possível, ocorrência de irregularidades nas licitações e contratos firmados pelo Município de Pacatuba.

31) 11/05/2022 Juntada de cópia dos Ofícios nº 085/2022/PGJ e 086/2022/TCE-SE, encaminhado REPRESENTAÇÃO ao TCE/SE, referente ao presente Inquérito Civil.

32) 15/07/2022 Juntada de resenha processual do TCE/SE.

33) 27/10/2022 Despacho: “*Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar eventuais ilegalidades em contratos firmados entre o Poder Público Municipal de Pacatuba e a CONSTRUNews, (...). Nesse sentido, a representação de fls. 70/72 dos autos materializados foi encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, sendo aquela protocolada na corte de contas sob o nº de protocolo de nº 004540/2022, conforme consulta de fl. 90 também dos autos materializados. Nessa senda, como não há notícias de quais diligências foram empreendidas e a fim de subsidiar eventual decisão de arquivamento destes autos, determino que seja expedido ofício ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, através do Procurador-Geral de Justiça, solicitando quais diligências foram adotadas na representação encaminhada.*” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes).

Após o referido despacho, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

movimentação até 24/02/2023, quando houve certidão nos autos.

34) 24/02/2023 Certidão negativa de resposta aos ofícios expedidos.

35) 15/03/2023 Juntada de cópia dos Ofícios nº. 034/2023/PGJ e 035/2023/TCE, os quais solicitam informações.

36) 04/04/2023 Despacho: “Notifique-se a prefeita Manuella Martins para que colecionem aos autos os documentos a seguir especificados, referentes ao pregão presencial de nº 011/2013, objeto da contratação pelo município de Pacatuba/SE, da empresa Construnwes para prestação de serviços de limpeza urbana, mediante contrato nº 23/2014: a) Registro dos lances apurados pelo RAP (Registro e Acompanhamento de Pregão), mencionado na Ata de Julgamento e Classificação das Propostas e Habilitação, de 27/01/2014; b) Aditivo contratual em 02/05/2015 de ajuste de prazo e com término da vigência para 02/02/2016; c) Os empenhos referentes ao período de 2014 a 02/2016 e vinculados ao pregão respectivo; d) O empenho nº 3010011, datado de 01/03/2016, no valor de R\$ 315.988,33; e) Documentos da execução do contrato, tais como: notas fiscais com os devidos atestados de que os serviços foram prestados e comprovantes de pagamento e, f) Esclarecimento referente à nota de empenho de 2015, de nº 1050183, no valor de R\$760,00, que tem como credora a empresa “D.C. Locação de máquina e equipamento Ltda-ME” e esclarecendo qual a vinculação desta empresa ao contrato.” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto)

37) 11/04/2023 Certidão de expedição da notificação, em cumprimento ao despacho alhures.

38) 26/04/2023 Juntada de cópia da Notificação, endereçada à Manuella Martins, prefeita da cidade de Pacatuba/SE.

39) 19/05/2023 Certidão de negativa de transcurso de prazo da resposta à notificação expedida. Autos conclusos. Despacho: “Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil, (...), tendo em vista que o prazo encontra-se expirado, havendo necessidade de outras diligências. Diante da certidão de fl. 116 dos autos materializados (...), reitere-se a requisição (...).” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto). Juntada de certidão de expedição da notificação alhures determinada.

40) 26/05/2023 Juntada de cópia da Notificação, em atendimento ao despacho Promotorial.

41) 14/06/2023 Juntada Ofício n. 31/2023, advindo da Procuradoria-Geral de Pacatuba, com documentos. Autos conclusos.

42) 16/06/2023 Despacho: “Diante da documentação e informações complementares juntadas pela prefeitura de Pacatuba/SE, (...), reencaminhe os atos ao Grupo de Apoio às Atividades de Execução do MP/SE – GAEE, a fim de subsidiar com precisão a Análise Técnica nº 05/2020 e resposta dos quesitos encaminhados através do ofício de nº 146/2019 de fl. 09 dos autos materializados.” (Promotor de Justiça Antônio Fernandes da Silva Júnior)

43) 26/06/2023 Juntada de cópia do Ofício nº 173/2023, direcionado ao GAEE, a postular a realização de perícia contábil em contratos celebrados entre o Município de Pacatuba e a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CONSTRUNews.

O Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira foi promovido, por merecimento, para a Promotoria de Justiça de Pacatuba, em 19 de outubro de 2023 (Ato nº 332/2023).

Após a referida juntada, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 23/10/2023, quando houve nova juntada nos autos.

44) 23/10/2023 Juntada do Ofício n.º 292/2023/GP (Tribunal de Contas de Sergipe) – com Informação Técnica n.º 08/2022.

Após a referida juntada, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 05/06/2024, quando houve nova juntada nos autos.

45) 05/06/2024 Juntada da Análise Técnica nº 156/2023 (Ref. Ofício 173/2023 ao GAAE). Autos conclusos.

46) 18/06/2024 Despacho: “Considerando que o prazo do presente Inquérito Civil está expirado, havendo, contudo, a necessidade de outras diligências, imprescindíveis à conclusão das investigações, DETERMINO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, com fulcro no que dispõe o art. 32 da Resolução nº 008/2015 do CPJ. No mais, determino a expedição de ofício ao Município de Pacatuba para que, no prazo de 15 dias, apresente os documentos adiante elencados: 1 – comprovatórios dos lances ofertados, no momento do pregão presencial (...); 2 – comprovatórios do efetivo pagamento ou notas fiscais vinculadas ao empenho de nº 2030008 (...); 3 – comprovatórios do efetivo pagamento ou notas fiscais vinculadas ao empenho de nº 7010104 (...); 4 – comprovatórios do efetivo pagamento ou notas fiscais vinculadas ao empenho de nº 1040127; 5 - comprovatórios do efetivo pagamento ou notas fiscais vinculadas ao empenho de nº 3010011; 6 – comprovatórios da eventual descontinuidade da prestação do serviço; 7 - comprovatórios do total dos pagamentos efetuados à sociedade empresária contratada, em atenção ao objeto licitado; 8 - notas fiscais de nº 81, 89 e 92, mencionadas no empenho nº 3010011. (...)” (Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira)

47) 27/06/2024 Juntada de cópia do Ofício n.º 153/2024, em atendimento ao despacho promotorial.

48) 19/08/2024 Despacho: “Reitere-se o ofício expedido a Prefeita de Pacatuba, com as advertências de praxe acerca do descumprimento das requisições ministeriais.” (Promotor de Justiça Leydson Gadelha Moreira)

49) 22/08/2024 Juntada de cópia do Ofício n. 231/2024 à Prefeita de Pacatuba/SE, em atendimento ao despacho promotorial.

50) 05/09/2024 Juntada do Ofício 71/2014, advindo do Município de Pacatuba/SE, em resposta e com documentação. Autos conclusos.

51) 15/10/2024 Despacho: “Considerando as informações apresentadas e os documentos anexados pelo ente municipal às fls. 218 e seguintes, e tendo como base o checklists constante no anexo VI da

Portaria nº 1.962/2019, determino que a Assessoria proceda, inicialmente, com a análise desses documentos para verificar a existência de pendências. Caso sejam identificadas pendências, deverá ser expedido ofício ao município solicitando a documentação faltante. Na ausência de documentos pendentes, os autos deverão ser encaminhados ao GAAE para uma nova análise complementar.”
 (Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira)

Inquérito Civil nº 53.19.01.0116 (Registrado em **01) 13/08/2019** Registro da Notícia de Fato.

13.08.2019)

02) 20/08/2019 Juntada de cópia do Ofício nº 873/2019, endereçado ao Gestor Municipal, solicitando

Objeto: Irregularidades na execução de contrato documentos referentes à contratação da Agência de Empreendimentos, Projetos e Serviços LTDA – firmado entre a Prefeitura de Pacatuba e a empresa ME, que detalhem os serviços prestados pela empresa em favor do Município.

Agência de Empreendimentos LTDA.

03) 11/09/2019 Juntada de Representação, advinda da Câmara de Vereadores da cidade de

Planejamento Estratégico? Sim. Apoio às vítimas de Pacatuba/SE, versando sobre aquisição de peças e manutenção de veículos e outras ilegalidades da crimes – Dar atenção às testemunhas e vítimas da gestão do município de Pacatuba.

criminalidade.

04) 13/09/2019 Despacho: “Com fundamento no art. 3º, caput, da resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e tendo em vista o prazo inicial de 30 (trinta)

Especialidade: Patrimônio Público.

Assunto: 10012 DIREITO ADMINISTRATIVO Edias não foi suficiente para angariar as informações preliminares acerca dos fatos objetos de OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO >apuração, especialmente diante da necessidade de aguardar a resposta ao Ofício nº 873/2019,

Atos Administrativos > Improbidade Administrativa PRORROGO O PRAZO da presente Notícia de Fato por 90 (noventa) dias, uma vez pendente a > Dano ao Erário conclusão das diligências. Promovam-se as necessárias alterações no PROEJ.” (Promotor de Justiça

10014 DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS Rivaldo Frias dos Santos Júnior)

MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > Atos **05) 23/09/2019** Autos conclusos.

Administrativos > Improbidade Administrativa > **06) 30/09/2019** Despacho: “R. H. Diante do grande volume de documentos trazidos pela Prefeitura de Pacatuba, determino que os mesmos sejam autuados como anexos, permanecendo nos autos os

10429 DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS demais documentos. Enumerem-se as folhas.” (Promotor de Justiça Rivaldo Frias dos Santos Júnior)

MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO > Contratos **07) 22/10/2019** Certidão de cumprimento do despacho alhures. Autos conclusos.

Administrativos > Execução Contratual

08) 21/11/2019 Despacho: “Considerando a denúncia de irregularidades na execução dos contratos celebrados entre a Prefeitura de Pacatuba e as empresas (...), no sentido de que teria havido sucateamento de veículos do ente municipal, (...) tendo sido gasto excessivamente dinheiro público como pagamento pelos serviços que não foram prestados ou foram mal prestados, oficie-se o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, (...), solicitando que seja realizada perícia nos contratos apresentados pela Prefeitura, a fim de apurar os seguintes quesitos, além de outras informações que entenderem pertinentes: (...)” (Promotora de Justiça Caroline Leão Nogueira Melo)

09) 12/12/2019 Portaria 74/2019, cujo objeto é apurar supostos atos de improbidade administrativa, referente a irregularidades na execução de contratos firmados entre a Prefeitura de Pacatuba/SE e as empresas Agência Empreendimentos, Projetos e Serviços LTDA e Chekar Engenharia e manutenção LTDA – EPP, nos anos de 2017 a 2019. Providências: “1. Nomear para funcionar como escrivã do



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

presente feito a Assessora Operacional do MP/SE (...); 2. Encaminhar portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Sergipe (...); 3. Cumpra-se o despacho retro.” (Promotora de Justiça Caroline Leão Nogueira Melo).

10) 22/01/2020 Juntada de cópia do Ofício n.º 50/2020, ao TCE/SE e cópia do Ofício n.º 51/2020, ao PGJ.

11) 04/02/2020 Juntada dos comprovantes de entrega referente aos Ofícios n.º 50/2020 e 51/2020.

12) 03/03/2020 Juntada da informação nos autos físicos do procedimento nº 53.19.01.0116, bem como no sistema do PROEJ.

Após a referida juntada, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 03/06/2020, quando houve despacho nos autos.

13) 03/06/2020 Despacho: “1. *Aguarde-se por mais 60 dias o retorno da perícia solicitada. 2. Após, volte concluso.*” (Promotor de Justiça Fábio Putumuju de Oliveira)

14) 25/08/2020 Certidão: “Certifico, para os devidos fins, que os autos aguardam o retorno da perícia, a partir de solicitação feita pelo sistema GED.

Após a referida certidão, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 18/12/2020, quando houve despacho nos autos.

15) 18/12/2020 Despacho: “1. *Aguarde-se resposta pelo prazo de 60 dias. 2. Após, volte concluso.*” (Promotor de Justiça Fábio Putumuju de Oliveira)

16) 07/01/2021 Juntada da designação de Promotor de Justiça a partir de 01/01/2021 até 31/01/2021, para responder, cumulativamente, pela Promotoria de Justiça de Pacatuba e Gararu.

17) 21/03/2021 Certidão negativa de transcurso de prazo sem resposta do Ofício 50/2020, direcionado ao TCE/SE. Autos conclusos. Despacho: “R. *Hoje. Ante o teor da certidão retro, reitere-se o expediente ao TCE, observando as solenidades de praxe, encaminhando, em anexo, cópia do ofício 50/2020 e recibo de protocolo n.º 1076/2020, este constante do GED n.º (...). Cumpra-se.*” (Promotor de Justiça Gilvan Oliveira de Rezende)

18) 28/03/2021 Juntada de cópia dos Ofícios n.ºs 111/2021 e 112/2021, respectivamente ao TCE/SE e PGJ, em atendimento ao despacho promotorial.

19) 07/04/2021 Juntada do Expediente GED nº 20.27.0177.0000012.2021/69, o qual solicita perícia junto ao TCE/SE.

20) 24/05/2021 Juntada de Parecer Técnico n.º 412/2020, encaminhado pelo TCE/SE.

21) 16/08/2021 Autos conclusos

22) 05/10/2021 Despacho: “Determino a prorrogação do presente Inquérito Civil, tendo em vista que o prazo encontra-se expirado, havendo necessidade de realização de diligências imprescindíveis à conclusão das investigações, (...). Na oportunidade, requisite-se, ao Município de Pacatuba, as Atas de Registro de Preço n.º 01/2017 e n.º 12/2017, o termo de adesão, licitação/dispensa/inexigibilidade



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

própria, ordem de serviço, contrato de despesa e todos os documentos correlatos e anexos às referidas atas, que tenham como parte a empresa Agência de Empreendimentos, Projetos e Serviços Ltda. Além disso, também requisiute-se os orçamentos, notas fiscais e ordens de serviços que envolvam as empresas Agência de Empreendimentos, Projetos e Serviços Ltda e Checkar Engenharia e Manutenção Ltda, cujo objeto seja a prestação de serviços em veículos de utilização do Município de Pacatuba entre os anos de 2017 a 2019.” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto). Juntada de cópia da Notificação n.º 40/2021, expedida em atendimento ao despacho promotorial, bem como seu comprovante de entrega ao destinatário.

23) 19/10/2021 Juntada do Ofício n.º 26/2021, advindo da Procuradoria Geral do Município, em resposta.

24) 08/11/2021 Autos conclusos.

25) 04/02/2022 Juntada da comunicação recebida através do e-mail dessa Promotoria da responsabilidade da Procuradoria Municipal de Pacatuba/SE. Autos conclusos.

26) 24/02/2022 Despacho: *“Analisando os autos, verifico que já se passaram mais de 04 (quatro) meses do recebimento da notificação n.º 40/2021. Diante disso, defiro parcialmente o pedido de dilação do prazo, de modo que fixo prazo de 10 (dez) dias para juntada dos documentos referidos na supracitada notificação. Notifique-se o Município de Pacatuba para conhecimento, informando que a documentação deverá ser encaminhada por meio de mídia compact disco – CD.”* (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto)

27) 11/03/2022 Juntada do Ofício n.º 05/2022, advindo da Procuradoria-Geral do Município, em resposta à Notificação n.º 40/2021, expedida em 05 de outubro de 2021. Autos conclusos.

28) 17/05/2022 Juntada de Representação: *“O Ministério Público do Estado de Sergipe, por intermédio de seu Promotor de Justiça in fine firmado, vem à presença de Vossa Excelência apresentar REPRESENTAÇÃO, com fulcro no art. 152 do Regimento Interno c/c o art. 56 da Lei Orgânica, ambos do TCE/SE, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados: (...) **IV. Do Pedido** Ante todo o exposto, solicito que seja recebida a presente REPRESENTAÇÃO, por esta Egrégia Corte de Contas do Estado de Sergipe, com fulcro no art. 152 do Regimento Interno do TCE/SE, a fim de conhecer e adotar as providências que entender cabíveis, no âmbito de suas competências constitucionais de controle externo, previstas no artigo 1º da Lei Complementar n.º 205/2011 (Lei Orgânica do TCE/SE), por intermédio dos instrumentos de fiscalização consignados no art. 3º da Resolução TC n.º 334/2019 (levantamento, auditoria, inspeção, acompanhamento e monitoramento), com o objetivo de verificar a ocorrência de irregularidades nas licitações e contratos firmados pelo Município de Pacatuba.”* (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto)

29) 14/06/2022 Juntada de cópia do Ofício n.º 100/2022/PGJ e do Ofício n.º 101/2022/TCE/SE, o qual fez encaminhar a Representação supra ao TCE/SE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

30) 05/08/2022 Juntada do protocolo n.º 005754/2022 - TCE/SE.

31) 14/09/2022 Despacho: “*O prazo de conclusão deste procedimento está prestes a expirar, porém ainda há diligências pendentes à conclusão do feito. Nesse sentido, DETERMINO a prorrogação do presente Inquérito Civil (...). (...) Assim, expeça-se ofício ao TCE/SE, através do Procurador-Geral da Justiça, e solicite informações quanto a representação enviada, se foi autuada e quais diligências foram empreendidas.*” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto)

32) 03/10/2022 Juntada de cópia do Ofício n.º 265/2022/PGJ e do Ofício n.º 266/2022/TCE-SE, o qual solicita informações sobre representação encaminhada ao TCE/SE.

Após a referida juntada, **o procedimento permaneceu mais de 90 (noventa) dias sem movimentação** até 24/02/2023, quando houve certidão nos autos.

32) 24/02/2023 Certidão negativa de transcurso de prazo sem resposta aos ofícios expedidos.

33) 03/05/2023 Autos conclusos.

34) 12/05/2023 Despacho: “*(...) oficie-se ao Grupo de Apoio às Atividades de Execução do MP/SE – GAAE, (...), solicitando a realização de PERÍCIA CONTÁBIL/LICITATÓRIA na documentação encartada nos presentes autos, a qual deverá responder aos seguintes quesitos: (...)*” (Promotor de Justiça Raymundo Napoleão Ximenes Neto)

35) 01/06/2023 Certidão de expedição do Ofício n.º 141/2023, endereçado ao GAAE, via GED.

36) 06/10/2023 Juntada do Ofício n.º 231/2023/GP, oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Juntada do Ofício n.º 141/2023, endereçado ao GAAE, o qual solicita a realização de perícia contábil em contratos celebrados entre as empresas EPP e CHEKAR. Juntada da Análise Técnica n.º 137/2023. Autos conclusos.

O Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira foi promovido, por merecimento, para a Promotoria de Justiça de Pacatuba, em 19 de outubro de 2023 (Ato nº 332/2023).

37) 24/10/2023 Despacho: “*Considerando que, até a data presente, não foi possível elucidar o objeto do presente procedimento, DETERMINA-SE, nos moldes da legislação de regência, a prorrogação do prazo do Inquérito Civil em referência. Ademais, tendo em vista as conclusões constantes do relatório pericial de fls.351/355, expeça-se ofício à Prefeitura de Pacatuba/SE, com requisição de que (...), junte aos autos todos os documentos ali citados como demonstrativos do regular atendimento das etapas/ações previstas em lei quanto à contratação, entre 2017 e 2019, das empresas Agência de Empreendimentos, Projetos e Serviços Ltda. e Chekar Engenharia e Manutenção Ltda. - EPP, devendo seguir em anexo cópia do relatório. (...)*” (Promotor de Justiça Victor Figueiredo Sotero)

38) 14/11/2023 Juntada de cópia do Ofício n.º 311/2023, endereçado à Prefeita de Pacatuba, em atendimento ao despacho promotorial alhures.

39) 24/01/2024 Juntada de Resposta da Procuradoria-Geral de Pacatuba, por meio do Ofício n.º.

32/2023 e documentos anexados.

40) 26/01/2024 Juntada do Ofício nº. 01/2024, advindo da Procuradoria-Geral do Município de Pacatuba/SE.

Após a referida juntada, **o procedimento permaneceu mais de 06 (seis) meses sem movimentação** até 13/08/2024, quando houve despacho nos autos.

41) 13/08/2024 Despacho: “*Junte-se ao sistema PROEJ os documentos que foram encaminhados por meio do Ofício n.º 01/2024 - PGM, a fim de possibilitar a correta análise do feito.*” (Promotor de Justiça Leydson Gadelha Moreira). Juntada dos arquivos, encaminhados pela PGM de Pacatuba, na plataforma DRIVE do MP/SE.

42) 15/10/2024 Autos conclusos.

43) 11/11/2024 Despacho: “*Ante a documentação apresentada pelo ente municipal, remetam-se os autos ao GAAE, para a complementação da análise pericial acerca do objeto do presente procedimento (...).*” (Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira)

44) 14/11/2024 Despacho: “*Diante da necessidade de se concluírem as diligências em curso, imprescindíveis à conclusão das investigações, DETERMINO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, (...). Aguarde-se a remessa dos autos ao GAAE e o respectivo recebimento da análise técnica.*” (Promotor de Justiça Rodrigo Curvelo da Silva Siqueira).

TABELA 02 – PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

PROEJ e Objeto	Destaque das principais movimentações
Procedimento Administrativo nº 65.22.01.00191) 14/03/2022 Registro da Notícia de Fato. (Registrado em 14/03/2022) Objeto: Apurar cumprimento de metas estabelecidas para a educação municipal com base na Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014 Planejamento Estratégico? Não Especialidade: Direitos à Educação Assunto: Sem assunto	Conclusão. 2) 18/04/2022 Despacho de prorrogação de prazo da Notícia de Fato com determinação de expedição de Carira que funcionam com ensino integral; percentual de alunos que estão incluídos no ensino integral; as metas estabelecidas para inclusão do percentual de 25% dos alunos até o ano de 2024. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima) Juntada de resposta da Secretaria Municipal de Educação (Ofício nº 138/2022). Despacho designando audiência extrajudicial para o dia 28/04/2022 com o Secretário Municipal de Educação, objetivando melhores informações acerca da implementação do ensino integral na comarca

de Carira-SE. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

3) 20/04/2022 Expedição de notificação ao Secretário Municipal de Educação para comparecer à audiência. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

Juntada da notificação cumprida.

Despacho de prorrogação de prazo da Notícia de Fato com determinação de expedição de ofício ao Secretário de Educação, solicitando informações sobre: Unidades escolares no município de Carira que funcionam com ensino integral; percentual de alunos que estão incluídos no ensino integral; as metas estabelecidas para inclusão do percentual de 25% dos alunos até o ano de 2024. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

4) 28/04/2022 Expedição do Ofício nº 72/2022 à Secretaria Municipal de Educação. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

Juntada de resposta da Secretaria Municipal de Educação (Relatório de ações iniciais da implementação da política de educação integral em jornada ampliada).

Audiência extrajudicial realizada com a participação do Secretário Municipal de Educação de Carira. Na oportunidade, o Secretário informou que ainda não tem nenhuma escola da rede municipal com ensino integral. Registrou que já foram iniciadas as medidas no sentido de implementar o ensino integral em 03 unidades escolares já agora no meio do ano de 2022; seriam as escolas Professora Ilda Almeida Dutra (Carira/SE), Professora Maria de Glória Menezes e a Escola Rui Barbosa, estas últimas na Zona Rural. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

5) 13/07/2022 Portaria nº 08/2022 de instauração de Procedimento Administrativo com determinação de designação de audiência extrajudicial para 04 de agosto de 2022, às 10:00 horas, para a qual deverá ser notificado o Secretário de Educação do município de Carira-SE. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

6) 01/08/2022 Expedição de notificação ao Secretário Municipal de Educação para comparecer à audiência. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

7) 02/08/2022 Juntada da notificação cumprida.

8) 03/08/2022 Audiência extrajudicial realizada com a participação do Secretário Municipal de Educação de Carira e da equipe técnica da Secretaria. Na oportunidade, o Secretário informou que foi dado início à implementação do ensino em mais 03 unidades escolares, além das unidades Professora Ilda Almeida Dutra, Professora Maria de Glória Menezes e a Escola Rui Barbosa. Informou quais foram essas unidades: Luzia de Andrade Alves, Esmeralda Costa e Tobias Barreto. Explicou que já foram traçadas as diretrizes do ensino integral, que estão sendo apreciadas pelo Conselho Municipal



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

de Educação e que o Município está em discussão com os professores de cada unidade escolar, objetivando identificar as necessidades de cada unidade escolar no que diz respeito à grade curricular facultativa. Informou que após a aprovação das Diretrizes pelo Conselho Municipal, passa-se a adequação das escolas para o ensino integral, no tocante à parte jurídica. Por fim, informou que o Município pretende iniciar o ano letivo de 2023 com 06 unidades com ensino integral. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

9) 03/11/2022 Despacho determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Educação para informar o estágio atual de implementação do ensino integral nas escolas municipais de Carira/SE, relatando se as Diretrizes já foram aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação, se já foram feitas as adequações das escolas. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

10) 04/11/2022 Expedição do Ofício nº 236/2022 à Secretaria Municipal de Educação. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

Juntada do Ofício nº 236/2022 cumprido.

11) 16/11/2022 Juntada do Ofício nº 387/2022, oriundo da Secretaria Municipal de Educação, em resposta ao Ofício nº 236/2022.

Conclusão.

12) 17/02/2023 Despacho determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Educação para informar se as Diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação já foram publicadas no Diário Oficial, indicando a data da publicação para pesquisa do seu teor no Portal da Transparência do Município. Solicitando, ainda, a especificação das unidades escolares com o ensino integral já implementado no ano de 2023. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

13) 28/02/2023 Expedição do Ofício nº 038/2023 à Secretaria Municipal de Educação. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

14) 01/03/2023 Juntada do Ofício nº 038/2023 cumprido.

15) 07/03/2023 Juntada do Ofício nº 065/2023, oriundo da Secretaria Municipal de Educação, em resposta ao Ofício nº 038/2023.

16) 26/04/2023 Despacho determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Educação para apresentar cronograma de instituição do ensino integral nas outras unidades escolares, tendo em vista a informação prestada de que o ensino integral já foi implementado em 04 unidades escolares. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

Expedição do Ofício nº 074/2023 à Secretaria Municipal de Educação. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

17) 27/04/2023 Juntada do Ofício nº 074/2023 cumprido.

18) 16/05/2023 Juntada do Ofício nº 159/2023, oriundo da Secretaria Municipal de Educação, em resposta ao Ofício nº 074/2023.

Conclusão.

19) 26/07/2023 Despacho designando audiência extrajudicial para o dia 09/08/2023. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

20) 27/07/2023 Expedição de notificação ao Secretário Municipal de Educação para comparecer à audiência. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

Juntada da notificação cumprida.

Expedição de notificação ao Prefeito de Carira para comparecer à audiência. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

21) 01/08/2023 Certidão registrando nos autos que a notificação do Prefeito foi cumprida, via *whatsapp*.

22) 02/08/2023 Audiência extrajudicial realizada, no dia 01/08/2023, com a participação do Prefeito de Carira, do Secretário Municipal de Educação de Carira e de assessor técnico. Na oportunidade, o Promotor de Justiça informou que a reunião tem por objetivo pactuar algumas regras objetivando a formação de um termo de ajustamento de conduta no tocante a implantação do ensino integral das escolas municipais de Carira. O gestor municipal ressaltou que conversará com a equipe da Educação no sentido de verificar a conveniência de firmar o TAC e coletar informações no tocante ao estabelecimento de um cronograma para implementação do ensino integral. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

23) 16/08/2023 Despacho de prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo com determinação de expedição de notificação ao Prefeito para se manifestar acerca do interesse em firmar um termo de ajustamento de conduta com o objetivo de implementação do ensino integral nas escolas da rede municipal, conforme tratativas já iniciadas em audiência realizada no dia 01/08/2023. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

Expedição do Ofício nº 162/2023 ao Prefeito de Carira. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

24) 17/08/2023 Juntada do Ofício nº 162/2023 cumprido.

25) 22/11/2023 Despacho determinando a certificação nos autos acerca da apresentação de resposta ao Ofício nº 162/2023.

Expedição do Ofício nº 162/2023 ao Prefeito de Carira, reiterando o teor do Ofício nº 261/2023. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

26) 28/11/2023 Juntada do Ofício nº 261/2023 cumprido.

27) 04/12/2023 Juntada de resposta apresentada pelo Procuradoria-Geral do Município de Carira ao Ofício nº 261/2023.

Conclusão.

Juntada do Ofício nº 425/2023, oriundo da Secretaria Municipal de Educação, informando interesse em firmar acordo em relação à implementação do Ensino Integral nas unidades de ensino da rede municipal, depois de lida as respectivas cláusulas que serão inseridas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), iniciadas em audiência no dia 01 de agosto de 2023.

Conclusão.

28) 07/03/2024 Despacho designando audiência extrajudicial para o dia 19/03/2024, objetivando a discussão com o gestor municipal acerca das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta a ser firmado, com determinação de notificação do Prefeito de Carira e do Secretário Municipal de Educação. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

29) 13/03/2024 Expedição de notificação ao Secretário Municipal de Educação para comparecer à audiência. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

Juntada da notificação cumprida.

Expedição de notificação ao Prefeito de Carira para comparecer à audiência.

30) 14/03/2024 Juntada das notificações cumpridas.

31) 16/04/2024 Juntada da ata de audiência extrajudicial realizada no dia 19/03/2024 com a participação do Secretário Municipal de Educação. Após breve discussão e consenso acerca da necessidade de implementação do ensino integral nas unidades escolares do município, foi dado início às tratativas acerca do período para implantação do ensino integral em todas as escolas municipais e as metas a serem atingidas, sendo entregue uma minuta de Termo de Ajustamento de Conduta, cujas cláusulas serão também avaliadas pelo Prefeito de Carira. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

32) 02/05/2024 Despacho designando nova audiência extrajudicial para 15/05/2024, às 11h, com o Secretário de Educação e Prefeito do município de Carira. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

33) 07/05/2024 Expedição das notificações ao Prefeito de Carira e ao Secretário Municipal de Educação. (Promotor de Justiça Diego Gouveia Pessoa de Lima)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PACATUBA – PERÍODO DE 18/11/2023 a 18/11/2024

PROEJ nº

Fundamentação do arquivamento

Notícia de Fato nº 53.23.01.0075

Objeto: Trata-se de Notícia de Fato registrada a partir da Manifestação nº 47175, oriunda da Ouvidoria do MPSE, noticiando que servidora pública municipal de Brejo Grande/SE ELINALVA PEREIRA DOS SANTOS vem recebendo um salário exorbitante.

De início, oficiou-se ao município de Brejo Grande para prestar informações sobre os fatos narrados na presente Notícia de Fato (Ofício nº 012/2024). Em resposta, o ente municipal informou que os vencimentos percebidos pela referida servidora pública seriam em razão do cargo que ocupa, em consonância com a remuneração do magistério do Município e Plano de Carreira, sendo os valores compreendidos em lei como verbas de caráter pessoal e progressões (gratificação – referente ao cargo de diretora, promoção – nível e classe, triênio, adicional e titulação), bem como pagamento do 13º no período correspondente (Ofício/PMPR nº 46/2024).

Ato contínuo, oficiou-se ao Noticiante, por intermédio da Ouvidoria do MPSE, para se manifestar sobre as informações e documentos apresentados pelo município de Brejo Grande/SE (Ofício nº 110/2024). Todavia, transcorreu o prazo sem que houvesse manifestação do Noticiante (Certidão de fl. 192).

Assim, o Promotor de Justiça oficiante promoveu arquivamento sumário da presente Notícia de Fato, diante da inércia do manifestante, em que pese devidamente notificado, por entender que a demanda apresentada fora, de fato, desprovida de elementos de prova ou de informações mínimas para ensejar a apuração e instauração de procedimento.

As partes interessadas foram notificadas da decisão de arquivamento.

Notícia de Fato nº 53.24.01.0024

Objeto: Trata-se de Notícia de Fato registrada a partir da Manifestação nº 50313, oriunda da Ouvidoria do MPSE, noticiando atrasos nos pagamentos dos servidores contratados, do Município de Brejo Grande/SE, é pago de forma parcelado (duas vezes) e não integral, e os servidores não podem nem sequer questionar, pois o mesmo ameaça de demiti-los.

De início, o município de Brejo Grande foi notificado para apresentar informações sobre os fatos narrados na presente Notícia de Fato (Notificações nºs 139/2024 e 168/2024). Em resposta, o ente municipal informou que a Manifestação nº 50313 é completamente infundada, uma vez que não reflete a verdade dos fatos. Registrou que o Município de Brejo Grande/SE sempre tratou de forma igualitária todos os servidores, sejam efetivos, comissionados ou contratados, sempre tratando-os com responsabilidade administrativa, dispensando o devido respeito que os mesmos merecem, inclusive pagando, na maioria das vezes, as remunerações de maneira antecipada (Ofício nº 86/2024).

Ato contínuo, oficiou ao município para comprovar o alegado no Ofício nº 86/2024, por meio de

documentos (Ofício nº 180/2024). Em resposta, o ente municipal apresentou comprovantes de quitação das folhas de pagamento referente ao período de janeiro/2023 a junho/2024 (Ofício nº 97/2024).

Oficiado para se manifestar acerca das informações e documentos apresentados pelo Município de Brejo Grande, o reclamante permaneceu inerte (Ofício nº 244/2024; Certidão da Ouvidoria do MPSE datada de 09/09/2024).

Diante das informações prestadas pelo Município de Brejo Grande e da inércia do reclamante, o Promotor de Justiça promoveu o arquivamento sumário da presente Notícia de Fato, com fulcro no art. 3º, §2º, IV, da Resolução nº 008/215-CPJ.

As partes interessadas foram notificadas da decisão de arquivamento.

Procedimento Administrativo nº 53.23.01.0052

Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de acompanhar, no Município de Pacatuba/SE, o cumprimento da medida cautelar proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo da instaurado com o objetivo de acompanhar, no ADPF 976, relativa ao acolhimento de pessoas em situação de rua.

Município de Pacatuba/SE, o cumprimento da medida De início, oficiou-se ao município de Pacatuba solicitando informações quanto ao cumprimento da cautelar proferida pelo Supremo Tribunal Federal no medida cautelar proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo da ADPF 976, especialmente do bojo da ADPF 976, relativa ao acolhimento de quanto determinado em seus itens II e III (Ofício nº 247/2023). Em resposta, o Procurador do pessoas em situação de rua.

Município encaminhou o Ofício nº 374/2023, oriundo da Secretaria Municipal de Assistência Social aduzindo que não há pessoas em situação de rua em seu território, o qual, consoante apontou, é de pequeno porte I e não ostenta demanda para a implantação de Centro de Referência Especializado para a população nessas condições (Ofício nº 43/2023-PGM).

Assim, diante das informações prestadas pelo Município acerca do cumprimento da Medida Cautelar proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADPF nº 976, o Promotor de Justiça oficiante promoveu o arquivamento sumário do presente Procedimento Administrativo, nos termos do art. 46, da Resolução nº 008/2015 – CPJ.

O Procedimento Administrativo foi instaurado de ofício.

A parte reclamada foi notificada da decisão de arquivamento.

Procedimento Administrativo nº 53.24.01.0010

Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de fiscalizar o Programa “Prato Objeto: Trata-se de Procedimento Administrativo do Povo” no município de Ilha das Flores/SE, após o recebimento do Ofício nº 020/2024 oriundo da instaurado com o objetivo de fiscalizar o Programa Coordenadoria-Geral do MPSE.

“Prato do Povo” no município de Ilha das Flores/SE.

O Programa Prato do Povo consiste num convênio firmado entre a União e o Estado de Sergipe, com a adesão de alguns municípios, dentre eles Ilha das Flores, visando a aquisição de refeições, com vistas ao atendimento da população que está em situação de insegurança alimentar e nutricional e/ou

vulnerabilidade social.

De início, oficiou-se ao município de Ilha das Flores e a Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania – SEASIC para que prestassem maiores informações do aludido programa (Ofícios nºs 061/2024 e 062/2024).

Em resposta, o município de Ilha das Flores informou que nenhuma ação foi desenvolvida pelo Município em razão de não ter sido instado pelo convenientes. Esclareceu, no mais, que o plano de trabalho, termo de referência e aquisição de refeições não foram celebrados pelo Município, mas sim entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e a Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania de Sergipe, por meio do Convênio TRANSFEREGOV n. 941790/2023, Processo n. 71000.040314/2023-98 (Ofício PMIF nº 13/2024).

A Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania – SEASIC encaminhou Relatório de Execução do objeto do Termo de Adesão assinado pelo Município de Ilha das Flores/SE (Ofício Externo nº 578/2024-SEASIC).

Oficiou-se ao Município de Ilha das Flores para informar se vem cumprindo com as obrigações assumidas para o funcionamento do programa, essas mencionadas na cláusula segunda do Termo de Adesão nº 007/2023 (Ofício nº 164/2024), o Município comunicou que até o presente momento não houve qualquer incidente que demandasse a sua intervenção no tocante à segurança dos beneficiários; com relação ao monitoramento da execução do referido programa, disse que disponibiliza equipe técnica, inclusive com nutricionista, fazendo visitas aos estabelecimentos participantes responsáveis por distribuir a alimentação; no que diz respeito a instituição e ao funcionamento de Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, aduziu que o mesmo se encontra em funcionamento (Ofício Jurídico nº 031/2024).

Assim, diante das informações prestadas pelo Município e pela SEASIC, o Promotor de Justiça oficiante promoveu o arquivamento sumário do presente Procedimento Administrativo, por entender que o Programa Prato do Povo ainda está muito incipiente, ainda sem intercorrências, o que inviabiliza, por ora, a adoção de medidas fiscalizatórias pelo Ministério Público. Registrou que, se surgirem intercorrências, seja quanto ao fornecimento da alimentação, seja quanto ao cumprimento dos critérios de distribuição, poderá ser instaurado novo procedimento para a devida fiscalização.

O Procedimento Administrativo foi instaurado de ofício.

A parte reclamada foi notificada da decisão de arquivamento.

No Relatório Preliminar de Correição Ordinária nº 52/2024, a Corregedoria-Geral determinou, no prazo de 90 (noventa) dias:

1) fosse conferido impulso aos procedimentos extrajudiciais, para que não ficassem com mais de 90 dias, sem movimento efetivo (art. 32-A da Resolução nº 008/2015 – CPJ);

2) se priorizasse os procedimentos extrajudiciais instaurados há mais de 03 anos, objetivando dar-lhes resolutividade, uma vez que tramitam há um período longo, a partir de entendimento do CNMP⁵ (Inquéritos Cíveis: 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009, 53.17.01.0010, 53.18.01.0006, 53.18.01.0009, 53.18.01.0099, 53.19.01.0032, 53.19.01.0047, 53.19.01.0086, 53.19.01.0098, 53.19.01.0116, 53.19.01.0122, 53.19.01.0146, 53.19.01.0166, 53.19.01.0178, 53.19.01.0194, 53.20.01.0004, 53.20.01.0018, 53.20.01.0038, 53.20.01.0045);

3) se priorizasse a resolução das demandas extrajudiciais dos PROEJs nºs 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009, 53.17.01.0010, 53.18.01.0006, 53.18.01.0009, 53.18.01.0099, tendo em vista terem sido instaurados

Processo CNMP nº 0.00.000.000044/2015-24. “É cediço que o membro do Ministério Público deve realizar seu ofício, não só com lealdade, presteza e diligência, como também com zelo, o que implica a observância dos instrumentos normativos aplicáveis ao caso concreto, notadamente no que se refere aos prazos procedimentais”.

há mais de 05 (cinco) anos, nos termos da Recomendação nº 02/2023⁶, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe, de 09 de março de 2023.

Transcorrido o prazo de 90 (noventa) dias após o envio do Relatório Preliminar de Correição Ordinária nº 52/2024, a Corregedoria-Geral verificou o andamento dos procedimentos extrajudiciais instaurados há mais de 03 anos na Promotoria de Justiça de Pacatuba, tendo observado que o Inquérito Civil nº 53.20.01.0038 foi Arquivado com remessa ao Conselho Superior, conforme resenha anexa.

Observou-se, também, que houve o cumprimento das Diligências determinadas pelo Conselho Superior do Ministério Público nos Inquéritos Cíveis nºs 53.19.01.0032, 53.19.01.0086, 53.19.01.0098 e 53.19.01.0146, conforme resenhas anexas.

Em relação aos demais procedimentos extrajudiciais, a Corregedoria-Geral verificou o regular andamento dos mesmos, tendo sido determinadas diligências que efetivamente impulsionam os autos, conforme resenhas anexas.

Da análise do Painel Gerencial e dos relatórios do sistema PROEJ da Promotoria de Justiça de Pacatuba quando da elaboração do presente Relatório Final de Correição Ordinária, verificou-se a inexistência de procedimentos extrajudiciais fora do prazo ou sem movimentação há mais de 90 (noventa) dias.

6 O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE RESOLVE RECOMENDAR AOS PROMOTORES DE JUSTIÇA, respeitada a sua independência funcional, a adoção da seguinte medida: Atuação institucional, na perspectiva resolutiva, prestigiando a tramitação dos Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis e dos Inquéritos Cíveis instaurados há mais de 05 (cinco) anos, visando-se, dentro de um prazo razoável de 90 (noventa) dias, a resolução das correspondentes demandas extrajudiciais.

Diante o exposto, a Corregedoria-Geral verificou que o Promotor de Justiça correicionado atendeu às determinações constantes do Relatório Preliminar de Correição Ordinária nº 52/2024.

7) ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Relatórios	Em dia	Pendente	Sem Atribuição
MPJUD	X		
CITT (Interceptações Telefônicas) – Res. 36/CNMP	X		
Atividade Eleitoral			X

7.1) Observações Gerais do Promotor de Justiça – Sistemas

Como já delineado no item de nº 4.2, a despeito de as informações fornecidas pelo Cartório do Juízo indicarem e existência de processos no gabinete ministerial há mais de trinta dias e de inquéritos policiais remetidos há mais de trinta dias, as telas do sistema MPJUD (que seguem anexas) – incluindo-se a extraída no mesmo dia da elaboração das citadas certidões cartorárias (19/11/2024) – não denotam qualquer processo ou inquérito fora do prazo para a manifestação do Ministério Público, em todas as “caixas” (azul, laranja, vermelha e verde). Com efeito, o controle dos prazos processuais e procedimentais nesta Promotoria de Justiça é realizado de modo diário, contínuo e rigoroso, não apenas por uma questão formal ou numérica, mas, sobretudo, para observar a respectiva celeridade e duração razoável, e, ao fim e ao cabo, cumprir o dever legal ministerial de se manifestar dentro dos prazos normativos nos processos e procedimentos em que atua. Diante desse cenário, acredita-se haver alguma incongruência ou inconsistência entre o sistema MPJUD e o utilizado pelo TJSE, ou mesmo na alimentação de tais informações.

7.1) Observações Gerais da Corregedoria Geral – Sistemas

Verificou-se que os sistemas da Promotoria de Justiça de Pacatuba estavam sendo devidamente alimentados.

Em relação à diferença de processos entre o sistema MPJUD e o SCP, as inconsistências apontadas são decorrentes do sistema do TJSE por variados motivos. O controle dos prazos processuais deve ser feito através do sistema MPJUD, cuja alimentação adequada é avaliada pela Corregedoria Geral.

Ademais, o Sistema MPEXTRA foi implementado na Promotoria de Justiça de Pacatuba, em 25/06/2024, o referido sistema ainda não possui ferramenta disponível para gerar relatórios de atividades.

8) VISITAS

8.1 VISITAS A DELEGACIAS DE POLÍCIA (X) Sim () Não () Sem atribuição

8.2 VISITAS A PRESÍDIOS () Sim () Não (X) Sem atribuição

8.3 VISITAS A ENTIDADES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO (X) Sim () Não () Sem atribuição

8.4 VISITAS A UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS () Sim (X) Não () Sem atribuição

Sem unidades no Município

8.5 VISITAS A INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS () Sim (X) Não () Sem atribuição

Sem unidades no Município

8.6 VISITAS A UNIDADES DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO (X) Sim () Não () Sem atribuição

8.7 OUTRAS VISITAS EXTERNAS (X) Sim () Não (Especificar)

Foram realizadas visitas externas com o objetivo de acompanhamento social e implementação de projetos educacionais no Município de Pacatuba.

1. Visita domiciliar a pessoa com deficiência e em situação de risco e vulnerabilidade: Foi realizada uma visita a uma residência de uma pessoa em situação de risco, identificada como PDC (Pessoa com Deficiência ou em Condição de Dependência Continuada), que está sendo acompanhada em procedimento extrajudicial. A visita teve como finalidade avaliar as condições de vida, identificar necessidades específicas e assegurar o cumprimento de direitos fundamentais, conforme as diretrizes de proteção social.
2. Visitas a instituições escolares para implantação de projeto educacional: Também foram realizadas visitas a duas instituições escolares, com o intuito de iniciar a implantação de um projeto educacional voltado à preparação de jovens e adolescentes do Ensino Médio para concursos públicos e vestibulares. Esse projeto visa oferecer aulas voltadas ao desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o ingresso no ensino superior e no mercado de trabalho, ampliando as oportunidades acadêmicas e profissionais dos alunos.

Essas visitas refletem as ações contínuas voltadas ao fortalecimento do apoio a populações em situação de vulnerabilidade e à promoção de oportunidades de desenvolvimento educacional para a juventude de Pacatuba.

9) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS

9.1) Participou de seminário(s), congresso(s), curso(s) de pós-graduação, curso(s) de aperfeiçoamento e capacitação realizados pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público ou pelas Escolas Institucionais do Ministério Público, e/ou realizou publicação(ões) de livro(s) relacionado(s) com as suas atividades institucionais, nos últimos 365 dias de efetivo exercício funcional?

Resposta: participação no curso de vitaliciamento ministrado pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe, desde a entrada em exercício no cargo (25.7.2023) até o presente.

10) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ATUAÇÃO FUNCIONAL

Descrever e especificar as atividades desenvolvidas, inclusive em outros órgãos onde atua/atuou.	Descrição da atividade desenvolvida
10.1 Exercício da função pedagógica da cidadania:⁷ Ministrou aulas, palestras, conferências e cursos, sem remuneração, e/ou manteve diálogo com a população ou com sociedade civil organizada por meio de reuniões, encontros, entrevistas, mesas redondas, etc. relacionados às atribuições da Promotoria de Justiça, com o objetivo de promover as atividades do Ministério Público?	(X) Sim () Não Especificar: 1. Palestra sobre <i>bullying</i> e profissões, realizada no fórum de Pacatuba e direcionada aos alunos do Ensino Médio do Centro de Excelência Dr Leandro Maciel (Pacatuba), em 28/08/2024. Realização de reuniões com 2. Prefeitos Municipais, Coordenação e Equipe Técnica Casa Lar, Comandante da 5ª Companhia da Polícia Militar, Delegados, Conselhos Tutelares, Advogados, Diretor do GAECO, Secretários Municipais e pessoas da comunidade. 3. Ministração de aulas aos alunos participantes do Projeto Concursando, nos dias 31.10.2024 e 7.11.2024, no Centro de Excelência Leandro Maciel (Pacatuba), direcionadas à preparação dos alunos para as provas do ENEM e de concursos públicos.
10.2 Realização periódica de audiências públicas⁸	(X) Sim () Não Especificar: Em apoio ao Procurador da República ÍGOR MIRANDA DA SILVA, no bojo do Inquérito Civil n.º 1.35.000.000201/2023-31/MPF, tendo em vista o declínio de

⁷ Realização de palestras em escolas, associações, Ong's, clubes, etc.

⁸ Espaço dialógico da Democracia. Ouvir a comunidade, colher propostas e prestar contas de seu trabalho.


MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		atribuição ao MPF em relação ao banco Bradesco (IC 53.21.01.0067).
Tem interlocução com ou fiscaliza a atuação dos Conselhos de Controle Social (Conselhos Municipais nas áreas de saúde, educação, assistência social, idoso, meio ambiente, infância e juventude, pessoas com deficiência, consumidor etc.)?	(X) Sim () Não	<p>Especificar:</p> <p>Interlocução com os Conselhos de Controle Social e fiscalização do exercício das respectivas atribuições, a exemplo dos Procedimentos Administrativos nº 53.22.01.0041, 53.22.01.0042 e 53.22.01.0043, que visam a apurar o funcionamento dos conselhos municipais.</p> <p>A fiscalização também se opera por meio de denúncias encaminhadas pela Ouvidoria, por relatórios dos Conselhos ou pela própria população. A articulação ocorre, em regra, no bojo dos procedimentos extrajudiciais instaurados para tratar sobre demandas específicas em temáticas da área de cada Conselho.</p>
Existe, por parte da Promotoria de Justiça, articulação institucional externa, consistente em atuação conjunta, diálogo, cooperação e compartilhamento de informações com órgãos externos ao Ministério Público?	(X) Sim () Não	<p>Especificar: diálogos, reuniões e articulações permanentes com Magistrados, Delegados de Polícia, Prefeitos, integrantes do CRAMs, Conselhos Tutelares, Casas de Acolhimento de crianças e adolescentes, CREAS, CRAS, Secretarias Municipais etc., com vistas à cooperação e à eficiência no desempenho das respectivas atribuições.</p>
10.3 Combater as causas que geram desigualdades⁹	(X) Sim () Não	<p>Especificar:</p> <p>- diálogo permanente com os órgãos mencionados no item anterior, com vistas a combater as desigualdades socioeconômicas e de gênero. Inclusive, no Termo de Definição do Projeto Concursando, em execução nesta Promotoria de Justiça, foram utilizados dados oficiais veiculados no sítio eletrônico “Atlas BR” (<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/2804904>), que apura e divulga as informações concernentes a todos os aspectos do índice de desenvolvimento humano, apontando que o Município de</p>

9 Exercício da função extrajudicial de modo interdisciplinar, ou seja, dialogando com os demais ramos do conhecimento científico e se utiliza, em procedimentos judiciais e extrajudiciais, indicadores sociais como prova.


MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		<p>Pacatuba – SE – ocupa a 5.128ª posição no <i>ranking</i> nacional de Municípios brasileiros, e a 68ª posição dentre os Municípios do Estado de Sergipe.</p> <p>- o combate também é realizado mediante a abertura de procedimentos e, se necessário, com o ajuizamento de ações criminais, no bojo das quais, além de se buscar a repressão criminal, visa-se sempre à reparação dos danos causados à vítima (art. 387, IV, do CPP) e à prevenção, como se opera nas denúncias de crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, em que é requerido o encaminhamento do agressor aos grupos reflexivos de prevenção e combate a tais delitos. Ademais, a Promotoria de Justiça sempre se coloca à disposição para o atendimento às vítimas e os encaminhamentos necessários, notadamente para tratamento de saúde ou psicológico.</p>
10.4 Incentivo ao controle de constitucionalidade¹⁰	(X) Sim () Não	Especificar: embora ainda não tenha formulado recomendação ou requerimento nesse sentido, é realizada, de modo permanente, a fiscalização das atividades dos Poderes Legislativo e Executivo, sobretudo em procedimentos extrajudiciais.
10.5 Fiscalização do cumprimento das sentenças de procedência proferidas em ações promovidas pelo MP	(X) Sim () Não	Especificar: acompanhamento da fase de cumprimento das sentenças, a fim de verificar a sua efetividade e, se necessário, formular as manifestações judiciais necessárias para tanto.
10.6 Incentivar o cumprimento da Resolução 118 do CNMP: priorização da resolução consensual das demandas	(X) Sim () Não	<p>Especificar:</p> <p>A solução consensual das demandas é uma prioridade na atuação judicial e na extrajudicial. Nos processos judiciais, destaca-se a oferta de institutos jurídicos de direito negocial (a exemplo de transação penal e acordos de não persecução penal), desde que presentes os seus requisitos legais, bem como o fomento, no âmbito cível, à autocomposição, com participação em audiências etc.</p> <p>Já a atuação extrajudicial possui estreita</p>

10 Uso de recomendação dirigida ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, com o objetivo de provocar o controle preventivo de constitucionalidade e de representação dirigida ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Procurador Geral da República, com o intuito de promover o controle concentrado de constitucionalidade.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco

Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000

Pág. 82


MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		relação com a solução consensual das questões jurídicas, considerando a realização de diversas audiências extrajudiciais, nas quais foram obtidos acordos, prevenindo o ajuizamento de demandas, inclusive com o apoio da COAPAZ.
10.7 Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social no último ano	(X) Sim () Não	<p>Especificar:</p> <p>Caso do Deputado Christiano Cavalcante, que distribuiu dinheiro para as pessoas durante evento (processo de nº 202378200515).</p> <p>Procedimento referente à ausência de agência bancária na região de Pacatuba, Brejo Grande e Ilha das Flores (53.21.01.0067) – participação conjunta em audiência pública realizada pelo MPF em 12 de setembro de 2024, em razão de declínio de atribuição em relação ao banco Bradesco. A matéria correspondente pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <https://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-quer-a-regularizacao-de-servico-prestado-pelo-bradesco-beneficiarios-do-inss>.</p> <p>Processo de nº 202456000617, em que, em articulação com o CRAM, foi requerida a prisão preventiva do agressor em caso de crime envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, caso de grande repercussão social e noticiado na TV Record de Sergipe. O caso foi noticiado, inclusive, por meio da rede televisiva aberta, cuja matéria pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/live/GqzKIGyds_cY?si=o4cOVU-AcSxybi1U> (do min. 46 ao 58).</p> <p>Processo de nº 202478000380, que apura, dentro outros delitos, a prática de associação criminosa em contexto político, ajuizado após extenso e complexo procedimento extrajudicial nesta Promotoria de Justiça.</p> <p>Processos de números 202378100404 e 202078100380: atuação no júri que resultou</p>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

		na condenação dos autores de homicídio duplamente qualificado contra o então Secretário de Obras do Município de Brejo Grande. A ata do júri segue anexa.
--	--	---

10.8 Autoavaliação do membro da efetividade de sua atuação judicial e extrajudicial na comarca

10.8.1 Como o membro avalia o impacto de sua atuação judicial?

Resposta: satisfatória e eficiente, considerando-se a cooperação com os órgãos jurisdicionais e a contundência e a fundamentação das manifestações ministeriais nos processos correspondentes, sobretudo os atinentes a delitos graves, a violência doméstica e familiar contra a mulher e os concernentes a direitos e interesses de crianças e adolescentes. Tal forma de atuação visa a resguardar e proteger os direitos tutelados e, extraprocessualmente, prevenir e diminuir o índice de violação desses direitos, nos aspectos cíveis e criminais.

Lado outro, é importante destacar o substancial volume processual, como se observa do quantitativo de processos devolvidos por meio do sistema MPJud nos últimos doze meses. Somado a isso, tem-se o volume da parte extrajudicial e as eventuais cumulações e designações, valendo destacar que sou substituto automático na Promotoria de Justiça de Aquidabã, em que também há considerável volume processual.

Ademais, como delineado acima, o quantitativo de servidores é insuficiente, apesar da eficiência e da excelência do trabalho de todos, o que nos faz refletir se não seria viável a criação de mais uma Vara Judicial e, conseqüentemente, de mais uma Promotoria de Justiça, ou mesmo a designação de mais servidores a esta Promotoria de Justiça, inclusive para viabilizar o incremento da qualidade das manifestações ministeriais e das iniciativas sociotransformadoras da instituição.

A despeito disso, as caixas de intimações e de inquéritos têm estado controladas, e consigo conciliar as pautas de audiências judiciais e extrajudiciais, embora, para esta última, tenha começado a marcar audiências e reuniões no turno da tarde, ou seja, fora do horário de funcionamento do fórum, a fim de não prejudicar os respectivos andamentos.

10.8.2 Como avalia o impacto de sua atuação extrajudicial na proteção dos direitos coletivos violados na comarca?

Resposta: satisfatória e eficiente, considerando-se os altos índices de vulnerabilidade socioeconômica, de situações de risco envolvendo crianças, adolescente e idosos, e de procedimentos envolvendo o patrimônio público na Comarca. Por meio de diálogos, reuniões e audiências, tem-se logrado êxito em solucionar parte dos procedimentos de forma consensual. Em alguns casos, porém, foi necessário o ajuizamento de ação judicial. Importa consignar, ainda, as considerações veiculadas no item anterior, sobretudo as atinentes ao grande volume de procedimentos extrajudiciais e à carência de servidores.

() Prejudicado

11) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

11.1) A atuação da Promotoria de Justiça está, de algum modo, alinhada ao planejamento estratégico da Instituição?

Resposta: Sim, a atuação desta Promotoria de Justiça de Pacatuba está alinhada ao planejamento estratégico do Ministério Público de Sergipe (MPSE).

A Promotoria de Justiça de Pacatuba atua em consonância com o planejamento estratégico do MPSE, contribuindo para a efetivação das metas e objetivos institucionais estabelecidos para o período de 2022 a 2031.

(X) SIM. Informar e especificar se possui projeto, programa de atuação ou prática equivalente e, nesses casos, em que fase de implementação/execução se encontram:

Projeto Concursando, voltado à preparação de jovens e adolescentes - sobretudo alunos do Ensino Médio no Município de Pacatuba – para a aprovação nas provas de vestibulares e de concursos públicos das mais diversas áreas profissionais, bem como criação e sustentação de uma cultura de estudos, visando, especialmente, à emancipação profissional e socioeconômica dos alunos participantes. O projeto é acompanhado por meio do Procedimento Administrativo de nº 20240217700000042 e se encontra em fase de execução.

Insta notar, outrossim, que, a despeito de esta Promotoria ainda não ter desenvolvido um planejamento específico, vem se alinhando ao Planejamento Estratégico do MPSE também por meio dos procedimentos extrajudiciais nos sistemas Proej e MPExtra, das visitas institucionais, do atendimento às partes, vítimas e advogados, de reuniões com interessados, com gestores públicos e Conselhos de Direitos, dentre outras atuações já citadas no bojo do presente relatório.

Por derradeiro, consigna-se que este Promotor já solicitou o apoio do Grupo Técnico para a elaboração do PAEG desta Promotoria de Justiça, e está aguardando o agendamento da reunião correspondente.

() NÃO

() Não sabe informar

11.1) Desenvolve ou apoia algum projeto ou programa de interesse social para a Comunidade?	(X) Sim
	() Não
11.2) Se desenvolver algum projeto ou programa de interesse social, citar qual(uais):	
<p>Projeto Concursando, voltado à preparação de jovens e adolescentes - sobretudo alunos do Ensino Médio no Município de Pacatuba – para a aprovação nas provas de vestibulares e de concursos públicos das mais diversas áreas profissionais, bem como criação e sustentação de uma cultura de estudos, visando, especialmente, à emancipação profissional e socioeconômica dos alunos participantes. O projeto é acompanhado por meio do Procedimento Administrativo de nº 20240217700000042 e se encontra em fase de execução.</p>	
11.3) Relação dos procedimentos extrajudiciais (PROEJ) com atuação dentro do planejamento estratégico:	
<ul style="list-style-type: none"> • 53.24.01.0013 Classe: Procedimento Administrativo Categoria: Meio Ambiente Iniciativa: Combater a Poluição Ambiental em suas diversas formas • 53.24.01.0011 Classe: Procedimento Administrativo 	

Categoria: Infância e Adolescência

Iniciativa: Promover o cumprimento do direito à saúde mental da criança e adolescente

- 53.24.01.0004
Classe: Procedimento Administrativo
Categoria: Direitos Humanos
Iniciativa: Campanhas preventivas de combate à violência contra idosos
- 53.23.01.0055
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Patrimônio Público
Iniciativa: Atualização dos membros e servidores do MP/SE na tutela do patrimônio público / Ação Capacite-se
- 53.23.01.0051
Classe: Procedimento Administrativo
Categoria: Direitos Humanos
Iniciativa: Campanhas preventivas de combate à violência contra idosos
- 53.23.01.0043
Classe: Procedimento Administrativo
Categoria: Meio Ambiente
Iniciativa: Universalizar a distribuição do serviço de água potável, na forma do novo marco legal do saneamento básico
- 53.23.01.0044
Classe: Procedimento Administrativo
Categoria: Mulher
Iniciativa: Buscar o fortalecimento da rede de órgãos e entidades de defesa das mulheres / Projeto Vamos Conversar sobre Gênero?
- 53.23.01.0045
Classe: Procedimento Administrativo
Categoria: Meio Ambiente
Iniciativa: Universalizar a distribuição do serviço de água potável, na forma do novo marco legal do saneamento básico
- 53.23.01.0041
Classe: Procedimento Administrativo
Categoria: Atividades Cíveis e Criminais
Iniciativa: Aperfeiçoar as atividades institucionais relativas às investigações e ações penais, nos crimes dolosos contra a vida / Projeto Plano Curso/Treinamento Análise de Procedimentos Investigativos e Elaboração de Denúncias
- 53.23.01.0029
Classe: Procedimento Administrativo

Categoria: Meio Ambiente

Iniciativa: Universalizar a distribuição do serviço de água potável, na forma do novo marco legal do saneamento básico

- 53.23.01.0023

Classe: Procedimento Administrativo

Categoria: Direitos Humanos

Iniciativa: Atuar na implementação e na fiscalização adequada da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua / Ação Campanha de implementação e na fiscalização adequada da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua - CIFPNPSR

- 53.23.01.0015

Classe: Inquérito Civil

Categoria: Direitos Humanos

Iniciativa: Atuar na implementação e na fiscalização adequada da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua / Ação Campanha de implementação e na fiscalização adequada da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua - CIFPNPSR

- 53.23.01.0007

Classe: Procedimento Administrativo

Categoria: Segurança Pública

Iniciativa: Segurança pública, mediação de conflitos e polícia comunitária

- 53.23.01.0004

Classe: Inquérito Civil

Categoria: Direitos Humanos

Iniciativa: Atuar na implementação e na fiscalização adequada da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua / Ação Campanha de implementação e na fiscalização adequada da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua – CIFPNPSR

- 53.22.01.0089

Classe: Procedimento Administrativo

Categoria: Meio Ambiente

Iniciativa: Universalizar o esgotamento sanitário na forma do novo marco legal do saneamento básico

- 53.22.01.0080

Classe: Inquérito Civil

Categoria: Terceiro Setor

Iniciativa: Acompanhar repasse de recursos públicos com base na Lei 13.019/2014

- 53.22.01.0075

Classe: Inquérito Civil

Categoria: Infância e Adolescência

Iniciativa: Priorização da Família Acolhedora para garantir a convivência comunitária e a reintegração familiar no Estado de Sergipe


MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 53.22.01.0063
Classe: Procedimento Administrativo
Categoria: Educação
Iniciativa: Capacitação dos profissionais da educação nos municípios em temáticas relacionadas à violência contra os grupos vulneráveis / Projeto Semana Escolar de Combate à violência
- 53.22.01.0062
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Direitos Humanos
Iniciativa: Campanhas preventivas de combate à violência contra idosos
- 53.22.01.0040
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Terceiro Setor
Iniciativa: Acompanhar repasse de recursos públicos com base na Lei 13.019/2014
- 53.22.01.0041
Classe: Procedimento Administrativo
Categoria: Terceiro Setor
Iniciativa: Acompanhar repasse de recursos públicos com base na Lei 13.019/2014
- 53.22.01.0042
Classe: Procedimento Administrativo
Categoria: Terceiro Setor
Iniciativa: Acompanhar repasse de recursos públicos com base na Lei 13.019/2014
- 53.22.01.0043
Classe: Procedimento Administrativo
Categoria: Terceiro Setor
Iniciativa: Acompanhar repasse de recursos públicos com base na Lei 13.019/2014
- 53.22.01.0044
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Saúde
Iniciativa: Priorizar as demandas coletivas e que podem ser coletivizadas / Projeto Saúde em Cores I / Projeto Saúde em Cores II
- 53.22.01.0045
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Saúde
Iniciativa: Priorizar as demandas coletivas e que podem ser coletivizadas / Projeto Saúde em Cores I / Projeto Saúde em Cores II
- 53.22.01.0046
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Saúde

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000

Iniciativa: Priorizar as demandas coletivas e que podem ser coletivizadas / Projeto Saúde em Cores I / Projeto Saúde em Cores II

- 53.22.01.0038
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Educação
Iniciativa: Priorização da Educação Infantil / Projeto Educação Infantil - O futuro está no presente
- 53.22.01.0033
Classe: Procedimento Administrativo
Categoria: Meio Ambiente
Iniciativa: Universalizar o esgotamento sanitário na forma do novo marco legal do saneamento básico
- 53.22.01.0031
Classe: Procedimento Administrativo
Categoria: Infância e Adolescência
Iniciativa: Promover o cumprimento do direito à saúde mental da criança e adolescente
- 53.21.01.0066
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Terceiro Setor
Iniciativa: Acompanhar repasse de recursos públicos com base na Lei 13.019/2014
- 53.20.01.0045
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Direitos do Consumidor
Iniciativa: Projeto Carne Saudável
- 53.20.01.0018
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Saúde
Iniciativa: Priorizar as demandas coletivas e que podem ser coletivizadas / Projeto Saúde em Cores I / Projeto Saúde em Cores II
- 53.20.01.0004
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.19.01.0194
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.19.01.0178
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes

Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade

- 53.19.01.0166
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Patrimônio Público
Iniciativa: Acompanhar licitações e contratações de bens, serviços e obras públicas
- 53.19.01.0146
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.19.01.0122
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Patrimônio Público
Iniciativa: Identificar e acompanhar concessões e permissões de serviços e bens públicos
- 53.19.01.0116
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.19.01.0086
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.19.01.0098
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.19.01.0047
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.19.01.0032
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.18.01.0099
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade

- 53.18.01.0009
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.18.01.0006
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.17.01.0008
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.17.01.0009
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.17.01.0010
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.17.01.0005
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade
- 53.17.01.0006
Classe: Inquérito Civil
Categoria: Apoio às Vítimas de Crimes
Iniciativa: Dar atenção às testemunhas e vítimas da criminalidade

11.4) Observações gerais/Justificativa

-

12) OBSERVAÇÕES GERAIS E DIFICULDADES ENFRENTADAS:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000

O Promotor de Justiça registrou:

Todos os servidores lotados na Promotoria desempenham suas atribuições com excelência, eficiência e proatividade. Nada obstante, esta Promotoria atende a três Municípios (Pacatuba, Brejo Grande e Ilha das Flores), fator que, aliado ao crescente volume quantitativo de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais (os quais, em diversos casos, apresentam substancial complexidade, ante a intersecção dos fatores sociopolíticos que os envolvem), demanda, proporcionalmente, um número maior de servidores e estagiários.

Outrossim, é importante consignar que, em razão do substancial volume de processos e procedimentos acima citados, a designação de servidor/técnico/assessor substituto por apenas dois dias por semana mostra-se insuficiente para a continuidade e a eficiência do trabalho prestado por esta Promotoria, que, repise-se, apenas possui duas assessoras com formação em Direito, uma atuante na parte judicial e outra na extrajudicial.

A par disso, é importante salientar que a disponibilização do serviço de acesso à internet no fórum é interrompido com frequência, prejudicando o andamento das audiências judiciais e extrajudiciais, as quais precisam ser gravadas nos respectivos sistemas informatizados.

Entrementes, desde a assunção da titularidade desta Promotoria, em 24.10.2023, é perceptível que o trabalho nela desempenhado tem gerado resultados positivos, não apenas no que atine ao aspecto estatístico ou de produtividade, mas também na efetividade da atuação ministerial e no alinhamento das metas, estratégias e prioridades, com vistas à melhoria das condições dignitárias, socioeconômicas e de segurança da sociedade.

13) OBSERVAÇÕES DA CORREGEDORIA GERAL SOBRE OS ITENS 10 E 11

A Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público, ao dispor em seu artigo 4º sobre os aspectos a serem observados nas correições, ressalta a necessidade de verificação qualitativa das manifestações do membro (inciso IX); a avaliação dos impactos sociais da atuação do membro, por meio de indicadores (inciso IX); a cooperação na implementação da Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva (inciso IX); o comparecimento em reuniões em conselhos de controle social (inciso XIII); as experiências inovadoras e atuações de destaque (inciso XV); a avaliação do desempenho funcional, verificando-se, inclusive, a participação e a colaboração efetiva nas atividades da unidade (inciso XVI) e o cumprimento regular de projetos estratégicos, inclusive no que refere ao tempo dedicado a eles (XVIII).

O exame desses aspectos é crucial para contribuir com o aprimoramento das atividades do Ministério Público de Sergipe e, consequentemente, o alcance da sua

missão institucional, estabelecida coletivamente, e que significa o compromisso da Instituição com os seus deveres e funções constitucionais (art. 127 e 129, *caput*, da Constituição) e com a eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, da Constituição).

Neste sentido, a Administração Superior, inspirada na Carta de Brasília, que estabelece como diretrizes estruturantes, dentre outras, a “concepção do Planejamento Estratégico como garantidor da Unidade do Ministério Público”, a “criação de mecanismos que possibilitem a atuação prioritária do agente político do Ministério Público, em consonância com as metas apontadas no Planejamento Estratégico, nos Planos de Atuação e nos Projetos Executivos” e o “estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada, e com monitoramento, para verificar a sua efetividade”, tem estimulado os diversos órgãos que integram o MPSE, a participarem ativamente da consecução dos seus objetivos institucionais, a exemplo da criação do Programa “*Vamos Impulsionar o Planejamento Estratégico – VIPE*”, com vistas a estimular a participação e o engajamento dos membros e servidores do MPSE na execução do Planejamento Estratégico da Instituição (Resolução Conjunta nº 022/2020 – CPJ/CSMP).

Diante do exposto, no item referente à avaliação qualitativa, o Membro do Ministério Público informou promover as atividades especificadas nos subitens 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 10.6 e 10.7, descrevendo as atividades desenvolvidas, em compasso com as atribuições da Promotoria de Justiça de Pacatuba.

Quanto à atuação da Promotoria de Justiça, alinhada ao Planejamento Estratégico do MPSE, que constitui ferramenta essencial da Instituição, para o atingimento do seu mister, o Promotor de Justiça elencou os procedimentos extrajudiciais que tramitam na Promotoria com atuação dentro do planejamento estratégico.

Além disso, informou desenvolver o projeto “*Concursando, voltado à preparação de jovens e adolescentes – sobretudo alunos do Ensino Médio no Município de Pacatuba – para a aprovação nas provas de vestibulares e de concursos públicos das mais diversas áreas profissionais, bem como criação e sustentação de uma cultura de estudos, visando, especialmente, à emancipação profissional e socioeconômica dos alunos participantes*”. O projeto é acompanhado por meio do Procedimento Administrativo de nº 20240217700000042 e se encontra em fase de execução.

Neste sentido, a Corregedoria Geral destaca a importância do Membro do Ministério Público avaliar as metas e as prioridades do Planejamento Estratégico 2022-2031 do MPSE, levando em consideração as necessidades, as possibilidades e as atividades do contexto econômico, social, ambiental e temporal da localidade da Promotoria de Justiça, desenvolvendo projetos e práticas alinhadas às prioridades da Instituição.

14) REGISTRO FOTOGRÁFICO



15) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente Correição, verificou-se a regularidade da atividade judicial da Promotoria de Justiça, encontrando-se os processos/inquéritos policiais remetidos há mais de 30 dias com diligências (Tabela 4). Desse modo, os serviços judiciais estão atualizados.

No Relatório Preliminar de Correição, a Corregedoria-Geral determinou o cumprimento das medidas abaixo assinaladas, em relação aos procedimentos extrajudiciais:

a) fosse conferido impulso aos procedimentos extrajudiciais, para que não ficassem com mais de 90 dias, sem movimento efetivo (art. 32-A da Resolução nº 008/2015 – CPJ);

b) se priorizasse os procedimentos extrajudiciais instaurados há mais de 03 anos, objetivando dar-lhes resolutividade, uma vez que tramitam há um período longo, a partir de entendimento do CNMP¹¹ (Inquéritos Cíveis: 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009, 53.17.01.0010, 53.18.01.0006, 53.18.01.0009, 53.18.01.0099, 53.19.01.0032, 53.19.01.0047, 53.19.01.0086, 53.19.01.0098, 53.19.01.0116, 53.19.01.0122, 53.19.01.0146, 53.19.01.0166, 53.19.01.0178, 53.19.01.0194, 53.20.01.0004, 53.20.01.0018, 53.20.01.0038, 53.20.01.0045).

c) se priorizasse a resolução das demandas extrajudiciais dos PROEJs nºs 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009, 53.17.01.0010, 53.18.01.0006, 53.18.01.0009, 53.18.01.0099, tendo em vista terem sido instaurados há mais de 05 (cinco) anos, nos termos da Recomendação nº 02/2023¹², do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe, de 09 de março de 2023.

Diante da análise do Sistema PROEJ da Promotoria de Justiça de Pacatuba, constatou-se o cumprimento das determinações constantes no Relatório Preliminar de Correição Ordinária nº 52/2024.

CONCEITO – Art. 74 da Resolução nº 005/2014 – CPJ

11 Processo CNMP nº 0.00.000.000044/2015-24. “É cediço que o membro do Ministério Público deve realizar seu ofício, não só com lealdade, presteza e diligência, como também com zelo, o que implica a observância dos instrumentos normativos aplicáveis ao caso concreto, notadamente no que se refere aos prazos procedimentais”.

12 O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE RESOLVE RECOMENDAR AOS PROMOTORES DE JUSTIÇA, respeitada a sua independência funcional, a adoção da seguinte medida: Atuação institucional, na perspectiva resolutiva, prestigiando a tramitação dos Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis e dos Inquéritos Cíveis instaurados há mais de 05 (cinco) anos, visando-se, dentro de um prazo razoável de 90 (noventa) dias, a resolução das correspondentes demandas extrajudiciais.

A Correição destina-se à análise da atividade funcional e da conduta pública e particular dos membros do Ministério Público (art. 70 da Resolução nº 005/2014 – CPJ). A atribuição de conceito deve ocorrer, de forma fundamentada, nos termos do parágrafo único do art. 74, da referida Resolução.

Em relação à forma e à qualidade de redação das peças processuais analisadas (Item 4), verificou-se clareza, objetividade e profundidade dos textos jurídicos. De igual modo, constatou-se que a atividade judicial está regular. No dia da Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial, com carga/vista, à Promotoria de Justiça, há mais de 30 dias, em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação. Conceito: **ÓTIMO**.

Quanto ao desempenho Atividade Extrajudicial (Item 6), a Promotoria de Justiça de Pacatuba tem atribuição plena para atuar nos municípios de Pacatuba/SE, Brejo Grande/SE e Ilha das Flores/SE. Após análise correicional, **a Corregedoria Geral orienta que continue a priorizar os procedimentos extrajudiciais instaurados há mais de 03 anos, objetivando dar-lhes resolutividade (PROEJs nºs 53.17.01.0005, 53.17.01.0006, 53.17.01.0008, 53.17.01.0009, 53.17.01.0010, 53.18.01.0006, 53.18.01.0009, 53.18.01.0099, 53.19.01.0047, 53.19.01.0116, 53.19.01.0122, 53.19.01.0166, 53.19.01.0178, 53.19.01.0194, 53.20.01.0004, 53.20.01.0018, 53.20.01.0045).** Conceito: **MUITO BOM**.

Sobre o desempenho na utilização dos sistemas (Itens 7 e 8), verificou-se que os sistemas da Promotoria de Justiça estavam sendo devidamente alimentados. Conceito: **ÓTIMO**.

Quanto à avaliação qualitativa, o Membro do Ministério Público informou promover as atividades especificadas nos subitens do item 10, descrevendo as atividades desenvolvidas, em compasso com as atribuições da Promotoria de Justiça de Pacatuba. Conceito: **ÓTIMO**.

No item 11, na avaliação do planejamento estratégico, considerando as atribuições da Promotoria de Justiça de Pacatuba, o Promotor de Justiça informou desenvolver o projeto “*Concursando, voltado à preparação de jovens e adolescentes – sobretudo alunos do Ensino Médio no Município de Pacatuba – para a aprovação nas provas de vestibulares e de concursos públicos das mais diversas áreas profissionais, bem como criação e sustentação de uma cultura de estudos, visando, especialmente, à emancipação profissional e socioeconômica dos alunos participantes*”. O projeto é acompanhado por meio do Procedimento Administrativo de nº 20240217700000042 e se encontra em fase de execução.

O Membro do MPSE elencou os procedimentos extrajudiciais que tramitam na Promotoria com atuação dentro do planejamento estratégico. Conceito: **ÓTIMO**.

1. Forma e qualidade de redação das peças processuais analisadas: ÓTIMO
2. Desempenho Atividade Judicial: ÓTIMO
3. Desempenho Atividade Extrajudicial: MUITO BOM
4. Desempenho Utilização dos Sistemas: ÓTIMO
5. Avaliação Qualitativa: ÓTIMO

CONCEITO GERAL: ÓTIMO

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste Relatório para conhecimento do Promotor de Justiça interessado, para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias, e, após, seja levado ao conhecimento do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual 02/90, do art. 5º, § 2º, da Resolução nº. 149 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Ressalta-se, por fim, que os trabalhos correcionais verificam a situação da unidade ministerial num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os(as) Promotores(as) de Justiça devem manter os serviços da Promotoria em dia e organizados.

Como não foram observadas pendências durante a correição, passado o prazo de resposta do Sr. Promotor de Justiça e após apreciação do relatório pelo CSMP, archive-se.

Aracaju, 28 de março de 2025.

Rodomarques Nascimento
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público